

A CERÂMICA PORTUENSE EVOLUÇÃO EMPRESARIAL E ESTRUTURAS EDIFICADAS¹

Teresa SOEIRO
Jorge Fernandes ALVES
Silvestre LACERDA
Joaquim OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

No cortejo do trabalho de 1940, realizado no Porto, em comemoração do duplo centenário, o *carro da cerâmica*, projectado por Carlos Carneiro, apresentava uma superfície totalmente revestida de azulejos, que era encimada por um vaso de grandes dimensões com decorações alusivas às efemérides e por dois conjuntos de isoladores utilizados nas instalações eléctricas, consideravelmente ampliados. Procurava-se deste modo sintetizar as grandes tendências na produção cerâmica do Porto da altura - artefactos domésticos, materiais de construção e equipamento para electrificação - aliando a tradição às recentes inovações (a cerâmica eléctrica começara apenas a fabricar-se com a primeira guerra, por necessidade de substituição das importações alemãs).

No entanto, a capacidade inovadora da indústria de cerâmica portuense nunca fora de deslumbrar, apesar de, no clima pombalino de meados do século XVIII, um núcleo restrito de *fábricas* sediadas na Cidade e em Vila Nova de Gaia começar a chamar a si a grande produção no domínio da faiança, submergindo as pequenas unidades de olaria artesanal, fenómeno que cresceu naturalmente no século seguinte. Eram fábricas que respondiam essencialmente à procura gerada pelo crescimento urbano, não sendo de estranhar que o direccionamento da sua produção se orientasse, gradualmente, para os materiais de construção e de decoração de exterior, embora assegurando com os artefactos domésticos um mercado complementar, que aqui e ali chegou a dar mostras de grande qualidade e a conquistar um substancial espaço geográfico para o seu consumo.

À queixa tradicional de falta de qualidade da matéria-prima para a produção de cerâmica fina, que obrigava a vultuosas compras de barro branco a negociantes de Lisboa, os industriais de cerâmica podiam acrescentar novo elemento concorrencial - a utensilagem de ferro vulgarizada pelas fundições e a louça de metal esmaltado que, com crescente sucesso, a fundição do Bolhão começou a colocar no mercado pelos meados do século XIX². Para além disso, havia uma outra debilidade

¹ — Trabalho realizado no âmbito do projecto *Estruturas sócio-económicas e industrialização no Norte de Portugal (sécs. XIX - XX)*, patrocinado pela JNICT. Uma primeira visão de síntese sobre o tema foi presente ao colóquio *História da Cerâmica Portuguesa Moderna*, que decorreu nas Caldas da Rainha, de 23 a 25 de Fevereiro de 1996.

estrutural frequentemente citada: o elevado consumo de combustível necessário para os fornos, com custos substanciais no Porto (quer a carqueja e a lenha, quer o carvão inglês, muito caro, ou o carvão português, mais barato mas com menos poder calórico) e o conseqüente agravamento dos preços no consumidor. Sublinhe-se que a primeira fábrica cerâmica do distrito a utilizar a energia eléctrica foi precisamente a Electro-Cerâmica, de Gaia, em 1914.

Sendo embora constituída por um número reduzido de fábricas, por comparação com a nublosa têxtil que sufocava o Porto, ou longe de apresentar a inovação técnica de uma indústria como a chapelaria, por exemplo, a cerâmica portuense ainda assim não era um sector a desprezar, apresentando unidades empresariais que procuravam impôr-se pela qualidade dos seus produtos, facto que a componente artística enformadora do trabalho de faiança permitiu ressaltar dado o mérito de muitos dos colaboradores. Casos houve em que a racionalização do trabalho e o volume operário colocaram conjuntamente algumas destas fábricas como exemplos de modernização industrial: veja-se a Fábrica das Devezas, de António de Almeida Costa & C^a, dedicada a artefactos para ornamentação e construção, apresentada em 1897 como relativamente mecanizada e ocupando uma população operária de 400 homens, 50 mulheres e 250 menores, tendo ainda uma sucursal na Pampilhosa (Mealhada)³.

No princípio eram naturalmente as oficinas ... que perduraram! Nos inícios deste século, segundo Charles Lepierre, ainda laboravam oficinas primitivas de louça preta que ocupavam no conjunto mais de cem trabalhadores, embora muitos só dessem à roda sazonalmente (no Verão), dedicando-se no resto do ano à agricultura ou ao ofício de pedreiro⁴. Já as oficinas de telha, segundo o resumo do inquérito de 1881, existiam em abundância, estando presentes em grande número de concelhos, com relevo para Vila Nova de Gaia, que era, de resto, o grande pólo cerâmico do distrito, aí se localizando a maior parte das fábricas. São estas últimas, no sentido de edifícios criados de raiz ou preparados para o efeito, com relativa concentração de mão-de-obra e de processos mais ou menos racionais de fabrico para produção de mais elevada qualidade e em grandes quantidades, as que tem suscitado a atenção dos historiadores de arte. Graças a nomes como Joaquim de Vasconcelos, José Queirós, Pedro Vitorino ou Vasco Valente há já uma informação abundante sobre as diversas fábricas de cerâmica da região do Porto, especialmente sobre as que se dedicaram à faiança, quer analisando o nível qualitativo da produção, quer estudando a evolução das sociedades empresariais que as sustentaram.

É essa informação que procuraremos sistematizar, recorrendo complementarmente a pesquisa de arquivo e a trabalho de campo. Nesta linha, depois de prestarmos atenção à produção de tipo artesanal, perspectivaremos quadros de evolução fabril associando a cronologia de arranque das fábricas ao *clima* industrial que as enquadra, entendendo por *clima* o quadro institucional e a sua tradução em políticas industriais, bem como a atitude dos empresários que deram corpo às diversas fábricas. Note-se, porém, que se algumas fábricas ficaram pelo caminho, não saltando do quadro inicial, outras revelaram uma grande elasticidade: se o evoluir dos tempos, com novas exigências técnicas e de mercado, provocou uma natural desestruturação, algumas delas souberam reestruturar-se e persistir chegando quase até aos nossos dias. Mas terá sido a lentidão destas transformações na indústria nacional a explicar a resistência de algumas fábricas e a sublinhar a validade das suas estruturas específicas, não obstante o arcaísmo, até aos inícios do século XX. Depois, o protec-tionismo alfandegário e o condicionamento industrial ajudarão a compreender o fenómeno nos anos do Estado Novo.

1. PARA LÁ DAS FÁBRICAS - A VERTENTE ARTESANAL

Se a fábrica surge como sinal de progresso industrial, representando uma unidade com maior capacidade técnica e de capital, com maior concentração de mão-de-obra, por isso com mais capaci-

2 — ALVES, Jorge Fernandes - «As exposições industriais do Porto nos meados do século XIX», O Tripeiro, 7^a série, nº 6, Junho 1994, pp. 171-176. ALVES, Jorge Fernandes e VILELA, José Luís - José Vitorino Damásio e a Telegrafia Eléctrica em Portugal. Lisboa, Portugal Telecom, 1995, pp. 47-49.

3 — Catálogo da Exposição Industrial Portuguesa em 1897 no Palácio de Crystal Portuense. Lisboa, 1900, p. 377.

4 — LEPIERRE, Charles - Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

dade de aprofundar a divisão de trabalho e de produzir em maior quantidade e qualidade, o artesanato não é necessária nem rapidamente ultrapassado. Considerado historiograficamente como etapa prévia à industrialização, o devir histórico veio mostrar que o modelo artesanal subsistiu durante muito tempo, tendo encontrado nichos de mercado favoráveis aos seus produtos. Esta persistência, que se estende aos dias de hoje para certos tipos de louça regional, marca profundamente os primórdios da própria evolução fabril, pois muitas fábricas não são senão oficinas alargadas sob o ponto de vista produtivo, tanto mais que o trabalho cerâmico assume durante muito tempo características artísticas, de singularidade da peça. De resto, a olaria tradicional terá ainda sido responsável pela formação de parte de mão-de-obra que posteriormente veio a desempenhar funções fabris.

1.1. A olaria e a louça comum

As olarias de cerâmica comum, ocupação sazonal de artistas-camponeses ou oficinas especializadas capazes de produzir para o mercado, parece estarem em franco desenvolvimento no século XVIII, beneficiando do crescimento económico do mundo rural e do seu maior poder aquisitivo, que permitiu diversificar o parco espólio familiar usado no quotidiano⁵.

Para cozer sobre a lareira, a cerâmica de lume tinha poucos substitutos, cedendo apenas em algumas circunstâncias lugar ao caldeiro metálico suspenso. Como pequeno e versátil contentor ou para servir a alimentação, a louça de madeira era uma alternativa algo ultrapassada e a de metal uma hipótese pouco acessível. Já um século depois, a situação parece ter-se invertido. Sobre a lareira surge o pote de três pernas em ferro ou pote galego⁶, orgulho do camponês, e outras formas de vasilhame em ferro fundido, produto do incremento da siderurgia. Depois, a cerâmica teve ainda que enfrentar a louça de esmalte e a grande versatilidade dos objectos em folha. Mais significativamente, a mudança nas práticas de cozinhar, o abandono do lar em favor do fogão, retirou funcionalidade a algumas das formas cerâmicas mais comuns, como por exemplo a ola ou panela. Assim sendo, a cerâmica de cozinha que ocupou tantos oleiros estava cada vez mais confinada a compradores de poucas posses, incapazes de acompanhar o progresso.

O fabrico de cerâmica comum no distrito estava particularmente vocacionado para as louças negras e algo grosseiras, que o *Inquérito* de 1881 caracteriza como «*industria primitiva que fabrica productos quasi archeologicos*»⁷. Este documento localiza os centros produtores apenas em Baião (13 fornos) e Gaia (60 a 80 operários), ignorando outros pequenos centros oleiros que certamente também a fabricariam à mesma data.

Já o *Inquérito Industrial* de 1890⁸ assinala a presença da indústria cerâmica em outros concelhos do distrito, mas com a grave lacuna de surgirem numa mesma rubrica cerâmicas de construção e olarias. Em Amarante existiram 12 estabelecimentos, envolvendo um capital que não chegava aos 400 mil réis (fixo de 136\$500 e circulante de 252\$000). Davam trabalho, sazonal, a vinte e nove operários e aprendizes, fabricando panelas, alguidares, etc, no valor de 1 187\$000 para o ano de 1889. Em Baião as unidades ascendiam a vinte e oito, utilizando a força de trabalho de vinte e um mestres e quarenta e cinco operários e aprendizes, dos quais oito eram mulheres. Destes estabelecimentos, os vinte e três que prestaram os esclarecimentos pedidos produziam louça comum e telha, no valor de 4 033\$800 para o ano de 1889. Em Marco de Canaveses as oficinas são apenas duas e no Porto uma. Valongo teria dezasseis estabelecimentos, dois dos quais individualizados, dispondo de um capital de 2 180\$000, nos quais trabalhavam 31 mestres e 32 operários. Produziam apenas telhas, sendo em 1889 a produção total de 2 445 milheiros, no valor de 1 704\$000, destinadas aos mercados do distrito. As oficinas de Gaia, dezanove, utilizavam 59 operários, dos quais 9 eram mulheres, enquadrados por 16 mestres. Estes dados não têm em conta, evidentemente, as unidades fabris.

5 — GARCIA ALÉN, Luciano - *La alfareria de Galicia*, v. 1, La Coruña, 1983, 20 e segs.

6 — FRANCO GARCIA, Jose - «Sargadelos y el pote gallego. Consideraciones técnicas», *Cadernos do Seminário de Sargadelos*, A Coruña, 66 1994.

7 — *Relatorio apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 54.

8 — PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV ("Indústrias fabris e manufactureiras"), Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

Quanto à oficina situada no Porto, no Bairro Ocidental, fabricava «*figuras representando os costumes portugueses*», 650 unidades em 1889, no valor de 487\$500, para o que utilizava barro e tintas no valor de 33\$000, destinadas aos mercados de Inglaterra e França⁹.

No final da primeira década do século XX continuava a ser fabricada louça negra no distrito do Porto, como se expõe no Inquérito levado a cabo no âmbito da 1ª Circunscrição Industrial¹⁰. A técnica de fabrico com roda baixa e a cozedura em soenga individualizava este grupo, que tinha como centros produtores mais importantes a freguesia de Gove (Paredes) em que se ocupavam 100 trabalhadores, a de Ancede (Lordelo) em que labutavam 80, ambas no concelho de Baião e a de Madalena (e também Gondar), em Amarante, com 30 operários. A louça fabricada em fornadas irregulares ia sendo vendida, transportada para as feiras e mercados em cargas bem estivadas sobre o dorso de animais ou mesmo às costas ou à cabeça dos vendedores como ainda hoje é bem recordado no centro oleiro de Coimbrões, Vila Nova de Gaia, onde por esta época também se fabricava louça preta, empregando idêntica tecnologia¹¹.

Já a louça vermelha quase desaparecera face ao ascendente exercido pelo centro produtor de Barcelos, que veio a dominar os mercados de Entre Douro e Minho, com lugar reservado na feira anual do Senhor de Matosinhos, enquanto que na primeira metade do século XIX os produtos da região varina se vendiam no mercado do largo de Anjo, à Cordoaria¹². Louça diversa vendia-se também no final de setecentos na Praça Nova das Hortas, havendo queixas de que tal vendagem embaraçava a circulação e por isso foi transferida, por ordem da Câmara, para a praça do Laranja¹³.

Mas, como já foi sobejamente estudado, a cerâmica tinha no Porto e seu aro fortes raízes, como também em outras áreas de Entre Douro e Minho, na região de Aveiro, no distrito de Vila Real e em Cima Douro, centros produtores que encaminhavam parte dos seus excedentes para a metrópole do Norte, concorrendo e muitas vezes levando vantagem em relação ao fabrico local¹⁴.

Na cidade do Porto um dos locais de produção cerâmica, do século XVII ao XIX, foi o arrabalde de S. Lázaro, o qual Sousa Reis evoca antes da sua integração urbana: «*Antes de se construir o Passeio Publico de Lazaro, que data de 1834, era aquella Praça tida como hum arrebalde da Cidade, pois constantemente estava obstruida de taboas cheias de telha, tejollos e cantaros de barro em sequeiro, por proximo morarem muitos oleiros*»¹⁵.

Estudado por Pedro Vitorino e António Cruz¹⁶, este núcleo de olarias de Santo Ildefonso, S. Lázaro e Santo André, que esteve activo pelo menos entre o início de seiscentos e meados de oitocentos, seria constituído por pequenas oficinas, que se expandiam para o espaço público e eram mantidas por sucessivas gerações da mesma família. Entre estes proprietários de olarias do campo de S. Lázaro estava Quitéria Roza, viúva de Custódio Rodrigues Monteiro que casou em segundas núpcias com um irmão deste, Teodoro Rodrigues Monteiro¹⁷, também oleiro, de quem voltou a enviuvar. Em 1824, certamente devido ao seu estado, vê-se na necessidade de fazer sociedade com seu filho, do primeiro casamento, Bernardo Rodrigues Monteiro, para prosseguir na arte¹⁸. A partir desse contrato sabemos que a oficina estava estabelecida na casa de morada da viúva, tendo nela trabalhado os falecidos maridos, e ficando agora entregue a um filho, por um prazo de três anos. A

9 — PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV ("Indústrias fabris e manufactureiras"), Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 644 e 670.

10 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a industria cerâmica na 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Porto, 67 1913; LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.

11 — Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto - *30 anos de actividade corporativa*. 1937 - 1967. Vila Nova de Gaia, S.N.O.I.C.O.C., 1967.

12 — RIBEIRO, Emanuel - *Agua fresca*. (Apontamentos sobre olaria nacional). Porto, p. 52.

13 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 19.

14 — REAL, Manuel Luis et al. - «Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante - Porto: elementos para uma sequência longa - séculos IV - XIX», in *Actas das 1ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, p. 171 - 186.

15 — REIS, Henrique Duarte de Sousa - *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da Cidade do Porto*, vol. 1, Porto, BPMP, (Manuscritos Inéditos da Biblioteca Publica Municipal do Porto - II série), 1984, p. 168.

16 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 5 e segs; CRUZ, António - «Oleiros do Pôrto e Vila Nova», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, 5 1942, p. 135 - 144 e «Oleiros do Pôrto e d'alem - rio», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, 6 1943, p. 116 - 118; FERREIRA, J. A. Pinto - «Abertura», in *Cerâmica Portuense (séculos XVIII e XIX)*. Roteiro. Exposição documental e artística. Porto, 1973, p. 19 e segs.

primeira outorgante entrava para a sociedade com a casa, a louça e o barro existente na oficina e o segundo com o seu trabalho. As despesas com seu maneio e salarios de trabalhadores seriam tiradas da maça da sociedade e os lucros ou prejuízos repartidos igualmente. Ficavam também em poder da mãe a caixa e os livros de escrituração, devendo o filho apresentar contas diariamente. Este dispunha para suas despesas pessoais de 9\$600 rs mensais levantados na sociedade e aquela de uma quantia indefinida para si e suas despezas. Para assumir maiores despesas e contratar pessoal a mãe deveria ser consultada. No momento da dissolução a primeira outorgante teria de ficar com idêntico fundo, matéria prima e peças, àquele com que tinha entrado para a sociedade.

Num outro arrabalde da cidade do Porto, Santo Ovidio, existia em 1818 outra oficina de olaria, propriedade de José António de Real, nela morador. Certamente que em dificuldades para manter ou expandir o seu negócio, acaba por realizar com António José de Sousa Silva Guimarães, morador na rua do Pinheiro, um contrato para estabelecer uma sociedade que consistia na exploração de «Fabrica d'olaria no sítio de Santo Ovidio onde se acha ja estabelecida»¹⁹. O segundo outorgante entrava com o capital de 195\$400 rs, enquanto o primeiro entrava com trabalho, pagava o aluguer das instalações, os apetrechos, as lenhas e matos, fazia a escrituração. Os lucros seriam divididos em três partes, duas para o sócio capitalista e uma para o oleiro. Este tinha ainda o ónus de ter os seus bens e os da fábrica hipotecados ao cumprimento de contrato e preservação dos interesses do capital envolvido.

Na outra margem do rio, no concelho de Vila Nova de Gaia, o principal centro oleiro era Coimbrões, que contava em 1808²⁰ com 37 fabricantes de panelas, a que se devem acrescentar as duas fábricas de louça. Em Mafamude são sete os fabricantes do primeiro género e um individuo é registado como louceiro. Em Valadares habitavam dois fabricantes de panelas, cinco em Canelas, nove na Madalena e em Vilar do Paraíso e um em Pedroso. Estes fabricantes de panelas, numerosos no início de oitocentos, demarcam-se dos oleiros seiscentistas de Gaia, da área central junto da rua Direita, da Fervença, também muitos, mas ao que parece dedicados a formas mais elaboradas deste ofício, cozendo em forno, por vezes pintando a louça, branca, mais em conformidade com o que veio a ser a prática das fábricas surgidas no século XVIII²¹. Mesmo para Coimbrões, Manuel Leão também documentou estes fabricos²², os mais afectados pela concorrência da indústria nascente, que de certa forma veio a extremar as diferenças entre esta cerâmica mais cuidada e a olaria negra, feita com o barro local²³ e cozida nas soengas²⁴.

1.2. Cerâmica de construção

O Inquérito Industrial de 1881²⁵ regista a existência de oficinas de fabrico de telha e tijolo um pouco por todo o distrito, com maior expressão nos concelhos de Valongo (64 fornos e 450 operários) e Vila Nova de Gaia (150 fornos e 300 operários). Com meios técnicos e rotinas pouco

17 — Este mesmo Teodoro Rodrigues Monteiro surge em 1820 na escritura em que se ajusta a construção da torre da igreja de S. Cosme como «fabricante d'olaria e morador em Santo Andre freguezia de Santo Ildefonso»: ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 427, fl. 209 - 211.

18 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 436, fl. 110 - 111.

19 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 420, fl. 331v.- 332v.

20 — AHMP - Contribuição de Guerra - 1808, Lv 2024.

21 — LEÃO, Manuel - «Notas sobre a olaria gaiense no século XVII», *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 5(32) 1991, p. 21 - 24; «A olaria Vilanovense no século XVI», *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 6(40) 1995, p. 37 - 48.

22 — LEÃO, Manuel - «A olaria em Gaia no século XVIII», *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 4(29) 1990, p. 56 - 59.

23 — VILA, Romero - «As olarias de Gaia», *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 2(13) 1982, p. 30 - 34.

24 — VILA, Romero - «A olaria em Gaia e os seus últimos oleiros», *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 3(23) 1987, p. 25 - 27. Esta actividade teria terminado nos finais do século XIX: «A louça que se fabricava nas soengas de Coimbrões, era feita de barro negro, tinha muita resistência, era perfeita e barata, sendo, por isso, muito procurada em todos os mercados. Desta boa e já saudosa louça ainda se lembrarão muitos dos dignos leitores, porque só ha cerca de 30 anos que ela se deixou de fabricar, dando o povo o nome de Paneleiros aos seus fabricantes, alcunha que se estendeu, indistintamente, a todos os habitantes deste lugar», *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, Novembro de 1925.

25 — Relatório apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 32.

exigentes, estas oficinas funcionavam perto das fontes de matéria-prima, em harmonia com o trabalho dos campos, ao qual não retiravam permanentemente mão-de-obra, apenas a ocupando em curtos períodos sazonais sem quebra do fluir do labor rural, satisfazendo a cada vez maior vontade de substituir as coberturas em colmo e lousas por algo mais *moderno*, menos trabalhoso e suficientemente durável e funcional. O Verão era a estação própria para o fabrico da telha e do tijolo que necessitavam de calor para secar na *eira* antes de ir para o forno²⁶.

Esta pequena indústria sofria já em 1881 grande concorrência exercida pelos produtos fabris provenientes de unidades instaladas no próprio distrito ou nos vizinhos de Viana, Braga e Aveiro, que agora circulavam com maior facilidade devido às melhores condições oferecidas pelos transportes terrestres, uma vez que o custo da deslocação seria de facto gravoso dado estarmos perante bens pesados, frágeis e de pouco valor unitário.

Mesmo com a pressão exercida pelas fábricas, as oficinas que utilizavam apenas força manual para o fabrico de cerâmica de construção continuavam activas nas primeiras décadas deste século tendo sido recenseadas em 1912 nove destas unidades na freguesia de Vilar do Paraíso, uma na Madalena e em Gulpilhares, outras em Avintes, todas no concelho de Vila Nova de Gaia, dando que fazer a mais de 51 operários com salários entre os \$260 e os \$300²⁷. Curiosamente é já em algumas destas freguesias que um século antes se registara a presença de fábricas de telha. Estas seriam em 1808 uma em Valadares, outra em Gulpilhares, onde havia também treze profissionais, mais uma fábrica e três homens do ofício em Canelas, e por último dezoito em Vilar do Paraíso²⁸.

2. MANUFACTURAS E FÁBRICAS

A indústria de cerâmica, como confirma J. Borges de Macedo, teve um salto qualitativo na segunda metade do século XVIII, através de medidas fomentadoras inspiradas nos exemplos italiano, francês ou inglês. Mestres e contramestres das principais manufacturas então instaladas eram frequentemente daquelas nacionalidades. E, na transição do século, publicaram-se vários tratados que abordavam os aspectos tecnológicos desta arte industrial. É neste contexto proteccionista, que inclui medidas alfandegárias (alvarás de 7 de Novembro de 1770, de 10 de Dezembro de 1783 e de 15 de Fevereiro de 1794), que se deve inserir a fase expansionista do sector, com a criação de 56 fábricas, entre 1767-1810, no nosso País²⁹.

No caso portuense, a introdução de capital exterior, vindo quase sempre do negócio, explica muitas das primeiras manufacturas de louça, permitindo estruturar unidades com alguma concentração técnica e de mão-de-obra. De facto, muitas das fábricas são propriedade ou participações societárias de negociantes que contratam técnicos de cerâmica para gerir a produção de louça. Raras vezes o industrial evolui da situação artesanal, ou seja, do meio cerâmico, surgindo ou da área comercial da cidade, ou dispendo de dinheiro proveniente do Brasil ou ainda possuindo propriedades (edifícios ou terrenos) que procura rentabilizar através da manufactura. Com o decorrer do tempo, a propriedade e o saber fabril transmitem-se geracionalmente e a cerâmica portuense vive épocas em que está controlada por restritos núcleos familiares. A mesma tendência evolutiva foi também a observada por Amado Mendes para a cerâmica de Coimbra³⁰. A evolução da legislação comercial sobre as sociedades levará a propriedade das fábricas de cerâmica a transformar-se e a concentração oligopolista far-se-á também sentir.

26 — Sobre o processo de fabrico tradicional da telha portuguesa e do tijolo veja-se: ARAÚJO, António Veiga - «As telhas de Barqueiros», in *Actas do colóquio Manuel de Boaventura* - 1985, v. 2, Esposende, 1987, p. 169 - 198 e FARIA, Abílio Mariz de - «Inventário Arqueológico. As Telhas das Necessidades», *Barcellos Revista*, Barcelos, 2 1985, p. 101 - 139.

27 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscção dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 18 - 19 e 42 - 43.

28 — AHMP - Contribuição de Guerra - 1808, lv. 2024.

29 — MACEDO, J. Borges de - *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2ª ed., Lisboa, Querco, 1982. p. 228-229.

30 — MENDES, José Amado - *Cerâmica em Coimbra nos finais do séc. XIX e inícios do séc. XX (achegas para o seu estudo)*. Coimbra, 1988.

A CERÂMICA PORTUENSE

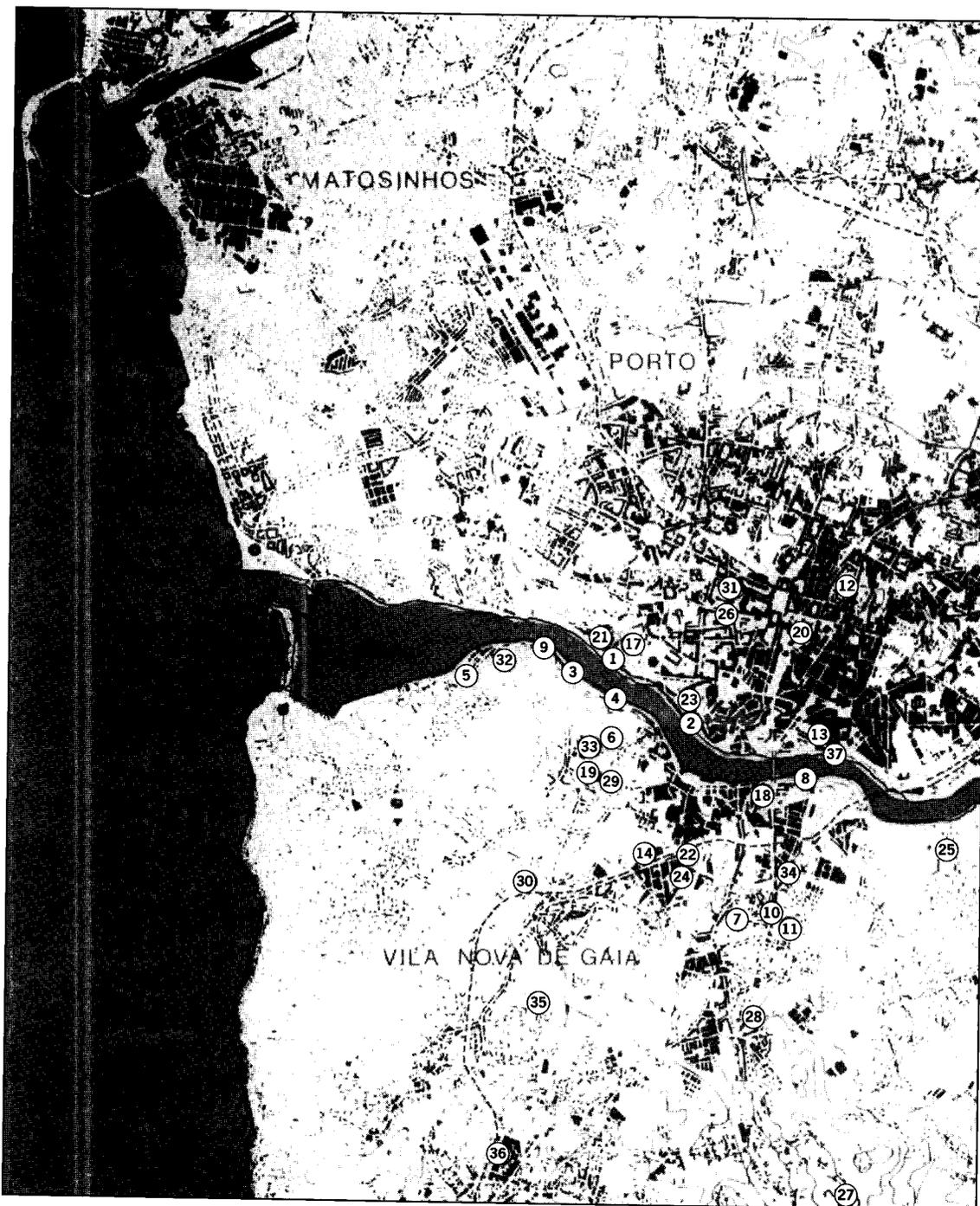


Fig. 1 – Mapa de distribuição das fábricas de cerâmica.

- | | | |
|--|--|--|
| 1. Fábrica de Massarelos | 14. Fábrica do Carvalhinho | 27. Fábrica de Vilar do Paraíso |
| 2. Fábrica de Miragaia | 15. Fábrica da Torrinha | 28. Fábrica de Santo Ovídio ou do Senhor do Padrão |
| 3. Fábricas do Cavaquinho | 16. Fábrica do Choupelo | 29. Fábrica de José Monteiro de Lima |
| 4. Fábrica de Santo António do Vale da Piedade | 17. Fábrica de Entre Quintas | 30. Fábrica de Cerâmica do Fojo |
| 5. Fábrica da Afurada | 18. Fábrica do Senhor d'Além | 31. Fábrica de Silva Moreira |
| 6. Fábrica das Regadas | 19. Fábrica do Candal | 32. Fábrica de S. Paio, Afurada |
| 7. Fábrica da Rasa | 20. Fábrica da Rua do Almada | 33. Empresa Electro-Cerâmica |
| 8. Fábrica da Fervença | 21. Fábrica Nova do Arnaud | 34. Fábrica de Cerâmica de Soares dos Reis |
| 9. Fábrica do Monte Cavaco | 22. Fábrica das Devesas | 35. Fábrica da Madalena |
| 10. Fábrica da Bandeira | 23. Fábrica de Monchique | 36. Fábrica de Cerâmica de Valadares |
| 11. Fábrica das Palhacinhas | 24. Fábrica de Pereira Valente | 37. Fábrica da Corticeira |
| 12. Fábrica do Alto da Fontinha | 25. Fábrica de Oliveira do Douro | |
| 13. Fábrica da Rua do Sol | 26. Fábrica de Mosaicos de José Fernandes Dias & C.ª L.ª | |

2.1. Manufacturas do clima pombalino

Incluimos neste primeiro grupo um conjunto de empresas do século XVIII que, na sua fase inicial, usufruíram de alguma forma de privilégios de tipo mercantilista, genericamente das proibições de entrada de louça que não fosse da Índia ou China (1770) ou especificamente de *exclusivos*. Salientamos desde já que algumas dessas fábricas vieram até ao século XX, demonstrando longevidade e alguma capacidade de adaptação. No entanto, atravessaram períodos muito difíceis, não se podendo esquecer as graves consequências das invasões francesas e suas sequelas, como os decretos de 1808/1810 que abrem os portos do Brasil aos Ingleses e retiraram o mercado ultramarino aos produtos metropolitanos. Também o período das guerras liberais constituiu uma fase negra na vida destas fábricas.

Sublinhe-se a concentração geográfica destas primeiras indústrias cerâmicas, alinhadas nas duas margens do Douro, primeiro do lado do Porto, depois em Gaia, localizadas sobre o rio, facto que as dificuldades de transporte por terra, quer para as matérias-primas, quer para os produtos finais, explicam facilmente, tanto mais que a exportação para o Brasil e o envio para outras partes do Reino era uma das finalidades sempre presentes.

A noção de *fábrica*, embora o vocábulo conste dos textos notariais e dos inquéritos da época, tem aqui um significado muito relativo, pois geralmente trata-se de um edifício, por vezes de três/quatro andares, que é também casa de habitação do proprietário, distribuindo-se o parque produtivo pelos andares inferiores e pelo *rocio*, ocupando pouco mais de duas ou três dezenas de trabalhadores. Na realidade, são situações oficinais alargadas, que evidenciam alguma concentração de capital, geralmente de origem exterior à cerâmica. Este é talvez um dos seus aspectos inovadores, ou seja, é geralmente alguém do tipo *negociante*, quase sempre ligado ao comércio desenvolvido com ou no Brasil, num processo de diversificação de investimentos, quem dinamiza estas fábricas. Aproveita mão-de-obra que vigia de perto, arranjando um sócio ou contratando um mestre já rodado em outras fábricas, às vezes a peso de ouro, praticando eventualmente alguma racionalização nas tarefas, ainda que débil, até pela natureza do edifício, estruturado em altura, que condiciona todos os movimentos. No entanto também podemos assistir à transferência de actividade em meio industrial, como por exemplo o caso do genovês Jeronimo Rossi, que em 1771 possuía em parceria com Claudio Ruelen, súbdito francês, uma fábrica de tecidos de algodão, estabelecida na freguesia de Massarelos³¹.

Assim, a arquitectura é determinada por uma tecnologia artesanal de construção, relacionada com os materiais locais. Apesar de alguns dos edifícios estarem conotados com um tipo rural, transparece na sua linguagem um carácter de urbanidade, expressa pela ordem e *racionalidade* dos elementos que a compõem e definem. Elementos estruturais, que não permitem *vencer* determinados vãos com a consequente utilização de tipos de fenestração de habitação, já que no mesmo imóvel se conjugam as duas funções: habitação e produção.

São quatro as grandes unidades de produção paradigmáticas deste período, as fábricas de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Vale de Piedade, certamente as que tinha em mente Rebelo da Costa³². A seu lado surgem estabelecimentos de pequena craveira, como os das Regadas, Rasa e Afurada. De outras temos apenas referências documentais, a abertura dos processos de licenciamento, não tendo provavelmente passado alguma vez dessa fase de intenção.

Tal como refere Jorge Pedreira³³ em genérico para as várias indústrias, também na cerâmica portuense se fez sentir de forma assinalável o papel dos privilégios concedidos pela Junta do Comércio, virados, de alguma forma, para uma potenciação do tecido produtivo, na medida em que as concessões de exclusivo ou de isenções tinham por contrapartida o ensino do ofício a um determinado número de aprendizes de nacionalidade portuguesa, numa perspectiva escolar que se pode considerar importada do modelo francês. Sublinhe-se, no entanto, que esta contrapartida era bastante utópica, na medida em que os contratos com mestres revelam a intensa e meticulosa negoci-

31 — ADP - Cartório Notarial do Porto, Po 4º, lv. 277, fl. 102v.

32 — COSTA, Agostinho Rebêlo da - *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, 2ª ed., Porto, Livraria Progredior, 1945, p. 275.

33 — PEDREIRA, Jorge Miguel Viana - *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa, Difel, 1994.

ação para a transmissão dos segredos da arte, não sendo portanto estes objecto de uma clara divulgação profissional.

A actividade administrativa da Junta do Comércio, como órgão coordenador da política económica, forneceu um *cadastro* destas unidades que pretendiam alcançar algum tipo de privilégio, o que hoje constitui uma fonte de informação indispensável, sobretudo se aliada a documentação notarial e judicial.

No que se refere ao capital inicial as informações são escassas, tanto mais que estas fábricas estavam em remodelação contínua. No entanto, as diversas unidades não devem fugir ao leque balizado pelo exemplo da pequena fábrica pertencente a Manuel Luis Alves, 2 contos, e a do Cavaquinho, com 9 contos, em 1816. O apetrechamento técnico era bastante rudimentar, de características officinais, com a particularidade de normalmente existir para a tarefa de moer vidro um aproveitamento de pequenos cursos de água que permitiam o funcionamento de engenhos hidráulicos, diminuindo a utilização do emprego de força braçal. Os elementos comuns a todas eram, naturalmente, o terreiro de preparação e os tanques de depuração do barro, as *rodas* de oleiro, as áreas de secagem e os fornos, estes aquecidos predominantemente a carqueja.

Sendo a força braçal a base destas unidades, determinando por isso os níveis de produção, o que representa em número de trabalhadores cada uma delas?

Fábricas de cerâmica - nº de trabalhadores / unidade

ANO	Massarelos	Miragaia	Cavaquinho	V. Piedade	Regadas	Rasa	Fervença	Monte Cavaco
1804	30	36	71	39				
1814	19	27	33	25				
1817			15					
1818				19	12			
1819						7		
1822		39						
1825				25				
1826			41					14
1828							12	

Em 1804, normalmente caracterizado como um ano bastante positivo para o sector exportador da cerâmica, as quatro principais manufacturas portuenses apresentavam um total de 176 trabalhadores, o que se traduzia numa média pouco superior às três dezenas (note-se que os 71 da fábrica do Cavaquinho correspondem na realidade a duas unidades, a de faiança e a de pó de pedra). Em 1814, portanto já na ressaca das invasões francesas e das alterações de mercado operadas com a abertura dos portos do Brasil, o volume de trabalhadores desce significativamente cifrando-se agora em apenas 104. Embora os dados posteriores não cubram sincronicamente todas as fábricas parece assistir-se, a partir dos anos 20, a uma lenta e ligeira recuperação, que no entanto não atinge os valores de 1804. Esta evolução do número de trabalhadores nas fábricas voltadas para a exportação, parece, grosso modo, acompanhar de perto as curvas do comércio externo³⁴. O recrutamento deste pessoal, a avaliar pela indicação das naturalidades insertas no inquérito de 1814, é fundamentalmente de natureza local - freguesias do Porto e Gaia - embora haja alguns imigrantes de origem dispersa. Este facto parece indicar um aproveitamento nulo ou fraco dos saberes dos centros oleiros tradicionais.

Os dados relativos à produção não são geralmente quantificáveis, ficando-se pela mera descrição com expressões do tipo «*grande abundância*» e alguma incerteza (da fábrica de Miragaia refere-se que «*não pode dizer quantia certa porque huns annos faz seis, oito, dez contos de reis* e

34 — ALEXANDRE, Valentim - *Os sentidos do império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto, Ed. Afrontamento, 1992.

outros ainda menos»³⁵). Dados de tipo fiscal confirmam esta ordem de grandeza. A fábrica de Vale de Piedade registou 8 e 11 contos respectivamente em 1802 e 1803 e a do Cavaquinho, para as mesmas datas, apresentou 15 e 14 contos de reis³⁶.

2.2. Fábricas do clima liberal

Com as transformações liberais dos mercados, que incluíram a extinção da Junta do Comércio e o fim da concessão de privilégios e exclusivos, as fábricas vivem agora numa situação claramente concorrencial, atravessando por vezes conjunturas de dificuldade. Nesta etapa vai-se destacar a família Nunes da Cunha, cujos membros animaram, autonomamente, na segunda metade do século passado, várias fábricas (Carvalhinho, Cavaquinho, Monte Cavaco), ainda que estabelecendo solidariedades diversas, como por exemplo, o estabelecimento de contratos colectivos para o fornecimento de barro branco com negociantes de Lisboa³⁷, processo de tipo cartelizante que se inicia na década de sessenta e se vai manter até ao século XX. Barro este que raramente era utilizado puro, mas sim doseado com barro de outras proveniências, nomeadamente de Avintes e Vila do Conde.

Muitas fábricas desta época vivem de uma forma mais dura as contingências do mercado, desaparecendo na voragem da concorrência. Das dezanove fábricas em laboração que inventariamos para este período, cinco vinham de trás. Das restantes catorze (3.8 a 3.21) só cinco (Monte Cavaco, Bandeira, Carvalhinho, Torrinha e Senhor d'Além) continuavam activas no início do século XX.

Embora com evidente exagero apetece dizer que agora as unidades industriais deste sector surgem a esmo, com pequenos capitais e em deficientes condições de instalação, aproveitando espaços desocupados, desde capelas ou conventos em ruínas a casas de habitação. Os edifícios e a sua arquitectura são determinados pelas condicionantes económicas expressivas de um utilitarismo e funcionalismo vulgar, misto de continuidade e de necessidade, derivado de ainda num mesmo espaço se conjugarem as duas finalidades, habitação e produção. Construídos em pedra, normalmente revestidos de elementos cerâmicos - azulejos, com coberturas sobre estruturas de suporte em madeira, na maior parte das vezes encobertas por platibandas ou elementos em cantaria nos beirais e cornijas. Salienta-se a diferenciação dos vãos nas marcações dos pisos e entradas (através de sacadas), e também as aberturas principais tratadas com elementos de cantaria salientes do pano da fachada.

Destas fábricas, como dissemos, poucas sobrevivem à passagem do século, e as que o fazem tem de proceder a alterações de instalações e equipamento (caso exemplar do Carvalhinho), facto que por vezes as fragilizou perante outro tipo de empresas mais fortes no mercado nacional. Apresentam já uma tentativa de controle horizontal, através da criação de uma pauta para fixação de preços mínimos, por escritura pública de 1877 (13 de Abril), aumentada quanto ao refugio em 1880, pauta essa que é um minucioso documento de tipos, qualidades e diversidade dos preços dos pro-

35 — AN/TT - Junta do Comércio, lv. 454. No âmbito deste projecto estamos a ultimar a publicação desta importante fonte para o estudo dos primórdios da industrialização do Porto: *Mappa das Fabricas de todas as Naturezas que existem nesta Comarca do Porto de que he Conservador Sebastião Correia de Sá Dezembargador da Caza da Suplicação, Superintendentente dos Tabacos e Alfandega da mesma cidade, e que ate ao prezente se poderão conhecer en o qual se ve o nome de Proprietarios Nº de Mestres, Offeciaes, Aprendizes, e Serventes, estado em que se achão, generos que empregão obras que fazem, vendem annualmente, e pra onde se exportão mandado fazer pela Regia Provizão expedida pelo Tribunal da Real Junta do Commercio em data de 30 de Outubro de anno proximo passado de 1813.*

Resumo : Fábricas de De pannos - 2; De Baetinhas de Lam e Algodão - 2; De Chapeos Serios, entre finos e groços - 11; De tirador de Ouro e Prata - 1; De cortumes de sola - 7; De tecidos de seda do largo - 68; De tecidos de seda do estreito - 20; De tecidos de Algodão - 7; De louça fina - 4; De papel - 1; De Cal - 1; De Colla - 1; De Estamparia - 2; De novos inventos - 1; De meias de seda, Algodão, barretes e luvas - 1; De trocedor de seda, Algodão, pello, e trama - 1; TOTAL - 130.

36 — AN/TT - Imposto das fábricas, 3%, lv. 5368 e 5369.

37 — Veja-se, por exemplo, o contrato de 9 de Fevereiro de 1861 com João Machado, de Lisboa, que agrega ainda outros fabricantes do Porto (Araújo Lima, Gonçalves de Castro, Felix de Araújo Gomes do Candal, Fábrica de Massarelos) estabelecendo o fornecimento de todo o barro a consumir para faiança, limpo de cré, por três anos prorrogáveis, sendo cada carro de 42 cestos a 1\$200 rs posto no navio em Lisboa, correndo a descarga e seguros por conta dos compradores (ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 566, pp. 19-20). Idêntico contrato com o mesmo fornecedor e apenas Tomás Nunes da Cunha & Silva a 21.7.1877, ao preço de 1\$800 rs. (ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, lv. 560, pp. 63-63vº). Novo contrato colectivo a 18.5.1899, com o preço a 2\$950 rs (ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 756, pp. 10vº-12). Outro contrato colectivo, entre o mesmo fornecedor e 9 fábricas, a 17.5.1902, ao preço de 2\$000 rs (ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 774, 43vº-45).

duto fabricados. Este aspecto mostra que os empresários têm profunda consciência da necessidade de partilhar o mercado para sobreviverem, pois a concorrência pura seria a destruição total.

Esta debilidade empresarial vislumbra-se, por exemplo, no facto de os capitais iniciais conhecidos para as novas fábricas serem baixíssimos: um conto de réis constituiu o ponto de partida das fábricas da Afurada e Monte Cavaco, quatro contos o da fábrica da Rua do Sol. Neste contexto destaca-se a fase inicial da fábrica das Devesas, já com os seus quinze contos de investimento em 1873, unidade esta que posteriormente vai conhecer um grande desenvolvimento. A tecnologia dominante é ainda a da fase anterior, sustentada essencialmente pelo trabalho braçal, embora já se verifiquem algumas referências à entrada de alguns maquinismos, como por exemplo na fábrica de Vale de Piedade, dirigida pelo conhecido industrialista Araújo Lima, que nela introduz uma máquina Clayton. As referências quantitativas aos volumes de produção são por agora desconhecidas.

O indicador mais expressivo nos documentos oficiais é o do número de operários, o que nos demonstra a determinação estrutural do factor mão-de-obra. Em 1849, uma notícia de conjunto que dá conta da existência de duas fábricas no Porto e cinco em Vila Nova de Gaia, apresenta um total de 193 trabalhadores, com a particularidade de já surgirem 11 mulheres nas fábricas de faiança de Gaia, provavelmente a imitarem a incorporação deste segmento de mão-de-obra no sector têxtil local³⁸. Por esta altura a cerâmica disputava com as fundições o 2º lugar no *ranking* da indústria portuense, embora muito distante do sector têxtil que ocupava, a uma larguíssima distância, o 1º lugar. No inquérito de 1852 aparecem já 288 trabalhadores distribuídos por 6 fábricas, revelando um claro crescimento nos meados do século.

A exportação, nomeadamente de louças para o Brasil, decaía substancialmente: como exemplo vejam-se os dados de 1859/60 que indicam pouco mais de 14 contos de reis (87% de toda a louça exportada pela Alfândega do Porto³⁹, nesse ano), valor que nos inícios do século corresponderia facilmente ao exportado por uma única unidade.

2.3. Fábricas do clima industrial

A situação de concorrência praticamente pura de meados do século XIX originou por si só alguma selecção neste sector, com as unidades sobreviventes e as que surgem de novo a pautarem-se por comportamentos dotados de maior eficiência. Este tipo de preocupações circunscreve um clima substancialmente diferente do anterior, que vai mesmo proporcionar a emergência de unidades de grande dimensão e com preocupações de apetrechamento técnico, mais de acordo com as exigências do mercado e da concorrência internacional, proporcionando ao mesmo tempo um maior nível qualitativo da produção. Mas o que vai agora marcar profundamente as fábricas do sector é a opção por segmentos de mercado, claramente especializados e susceptíveis de produção em série, embora as que optam pelo material de construção continuem com pequenas fatias de produção de louça, por vezes sem grande sucesso.

A produção para a construção civil é o grande elemento responsável por esta aceleração do crescimento e ocorre em consonância com o apetrechamento técnico, tirando partido das novas formas de energia. Surgem assim as grandes unidades dedicadas à telha, tijolo, canalizações e a materiais decorativos para a construção civil de que é o melhor exemplo a fábrica de Almeida Costa, nas Devesas, modelo que será seguido por outras unidades como a cerâmica do Fôjo e mais tarde a de Valadares, esta desenvolvendo, até aos dias de hoje, uma importante linha de cerâmica sanitária. Noutra corrente considere-se a Electro-cerâmica, que acabou por enveredar maioritariamente pela porcelana aplicada aos componentes eléctricos, aproveitando a conjuntura favorável criada pela 1ª Guerra Mundial e a proibição do comércio com a Alemanha. Naturalmente que houve sempre uma pequena faixa residual de mercado que mantinha as características oficinais e as formas tradicionais de produção, ainda que com algum apetrechamento técnico mais sofisticado. Nestas circunstâncias,

38 — *Revista Universal Lisbonense*. Lisboa, 2ª série, t. 2, p. 392.

39 — *Mappa estatístico da Alfândega do Porto...1859-1860* Porto, 1861.

o desenvolvimento das diversas unidades acusa a interdependência de outros sectores, como a construção civil e a electrificação.

Estas fábricas, a partir da década de 1880, revelam já uma consciencialização crescente perante as novas técnicas, nomeadamente da necessidade de novos recursos energéticos, da criação de novos modelos do espaço fabril e, especialmente, uma nova concentração geográfica: agora é a proximidade do combóio que determina a localização, por isso se situam em Gaia, junto à estação do caminho-de-ferro, numa altura em que aquele meio de transporte ainda não atravessava o rio Douro ou mesmo depois, porque o entreposto ferroviário de Gaia ficava mais perto dos pontos de abastecimento/escoamento, tendo ainda mais espaços disponíveis, de acordo com as novas exigências quanto a condições de salubridade⁴⁰. São fábricas já conformes a uma concepção horizontal, de pavilhões amplos, favoráveis à mecanização e automatização de certas funções gradualmente aplicadas, que se alargam também ao espaço exterior envolvente, chegando por vezes a construir ou promover os seus próprios bairros.

Os edifícios são completamente distintos da residência dos proprietários, que às vezes moram em zonas afastadas: o automóvel vai vencer as distâncias que antes se revelavam um *handicap*. Emerge uma nova racionalidade e operatividade do espaço fabril a que corresponde a coerência formal, submetendo o desenho a uma composição e valorizando o tratamento figurativo da fachada. Usam-se componentes românticas-neo, ressaltando elementos no desenho de fachada - arcos, coroaamento através de frontões em alvenaria, etc. No entanto, ainda não se valoriza a utilização de novos materiais - ferro e vidro - na construção dos espaços, nem o grande volume dos fornos se torna determinante na concepção dos edifícios. As formas definem-se num tratamento plástico e emblemático em que o que está em causa é a aparência de um elevado *status* económico. Já não chegam só quatro paredes e um telhado para fazer uma fábrica. Acima de tudo é preciso a fachada, em que se faz a junção de elementos puramente funcionais com uma nova estética urbana.

A razão social destas firmas evolui da sociedade comanditária para as novas formas permitidas pela legislação comercial, particularmente a sociedade por quotas, a partir de 1901, generalizando-se depois a sociedade anónima.

O capital destas empresas cresceu substancialmente face aos padrões anteriores, não obstante o facto de começar a surgir o fenómeno inflacionário que condiciona uma leitura linear dos números apresentados. Mas veja-se, por exemplo, o caso da fábrica das Devesas que dos 15 contos em 1873, sobe para 45 contos em 1881 e 330 em 1906, entre uma grande diversidade de situações. O capital fixo cresce correlativamente, tanto mais que as fábricas vão procurar equipar-se com tecnologia mais actualizada e instalações de raiz, aumentando a capacidade produtiva e a eficiência. Generaliza-se o uso da máquina a vapor e a instalação de motores a gás pobre, a instalação de fornos horizontais e a da tracção mecânica ao longo de todo o processo produtivo. Segue-se posteriormente a vaga da electrificação, sendo exemplo disso a Electro-Cerâmica. Mas a debilidade do sistema eléctrico nacional obrigou algumas fábricas a adquirir geradores próprios para colmatarem as falhas de energia, facto extensivo a outros sectores industriais

As empresas atingem agora uma concentração operária importante e crescente. A fábrica das Devesas, por exemplo, passa dos 210 operários em 1881, para 700 em 1899, embora as fábricas mais antigas não apresentem este crescimento, verificando-se mesmo diminuições de efectivos, como no caso de Vale de Piedade que de 148 em 1881, passa para 78 quase vinte anos mais tarde. Outras informações revelam números de operários para a Empresa Eletro-Cerâmica, 166 trabalhadores em 1930 e 159 em 1936, mostrando que a sua afirmação não foi fácil nem linear; bem assim como para a fábrica do Carvalhinho, com 130 operários em 1930 e 235 em 1936⁴¹. A natureza agregada da informação estatística oficial no decorrer do século XX não permite sistematizar nem prosseguir este tipo de análise diferencial entre as diversas fábricas.

40 — Com base na Lei de 21 de Outubro de 1863.

41 — MOURA, Francisco Pereira de et al. - *Estudo Sobre a Indústria Portuguesa*. Lisboa, 1957, p. 141.

A chave para a afirmação destas fábricas será o condicionamento industrial, incluindo aqui as experiências de protecção ao parque instalado que se vão verificando desde 1914, através do processo burocrático das circunscrições industriais, muito selectivas no que respeita à instalação de novas unidades. O reverso da medalha ocorre por altura da abertura à EFTA, que traz os primeiros problemas, sobretudo com a necessidade de grandes investimentos em equipamento, o que se tornou fatal para muitas delas.

3. AS EMPRESAS E A SUA IMPLANTAÇÃO

Não sendo nosso objectivo estudar monograficamente cada uma das unidades manufactureiras e fabris que laboraram no sector cerâmico, retomamos neste ponto apenas sumariamente as respectivas trajectórias para as enriquecer documentalmente e nelas realçar dois aspectos, por um lado a dimensão e formas empresariais que assumiram nos diversos momentos e por outro os projectos e edificações na sua diacronia e relação com o tecido urbano.

3.1 Fábrica de Massarelos

Embora muitas vezes apresentada como fundada em 1738 por Manuel Duarte Silva, natural de Guimarães⁴², Vasco Valente⁴³ discute essa data e atribui-lhe a de 1766, tendo como base uma escritura de emprazamento do terreno onde o edifício se veio a construir, facto que por si não impediria a existência de outras instalações anteriores que tivessem servido de ponto de partida. Mais estranho será que o pároco de Massarelos a tenha ignorado nas suas relativamente prolixas respostas ao inquérito de 1758⁴⁴. Apenas de 1789 data o pedido de isenções semelhantes às atribuídas a Miragaia e Cavaquinho⁴⁵. Por um inventário de 1774 sabemos que esta fábrica instalada em Massarelos, perto do rio como convinha às suas necessidades de transporte, se integrava em uma «propriedade que consta de hu nobre edificio composto de cazas sobradadas para vivenda, com tres sobrados para a parte do rio Douro, com alas e quartos e vistas apraziveis com seu quintal e fonte de agoa dentro, armazens, tilheiros, fornos e tanques em que esta estabelecida a fabrica de lousa fina»⁴⁶.

A *Relação das Fábricas* de 1788 refere-a, bem como os demais inquéritos elaborados pela Junta do Comércio durante as primeiras décadas do século XIX⁴⁷. Em 1804 a fábrica dispunha de sete rodas em que trabalhavam outros tantos homens, aplicando-se mais sete à pintura e seis ao cuidado dos fornos. Três homens trabalhavam no engenho de moer vidro e outros em tarefas indiferenciadas, somando no total trinta pessoas⁴⁸. O de 1814⁴⁹ data o começo da laboração de 1764, atribui à fábrica 19 trabalhadores e anota que «*fabrica louça de faiança de todos os feitios que são gastaveis. Seu consumo nesta cidade e para o Brasil, e Galiza. Estado da fabrica em decadencia em rezão das circunstancias actuais e muito principalmente pela falta de gente*». Já em 1812 tinham respondido que a unidade estava decadente pelas mesmas razões, fabricando louça no valor de 6 000\$000 rs, o que seria cerca de metade da produção de 1807. Utilizava barros de Lisboa e da terra, areia de Coina, chumbo, estanho, sal e drogas para as tintas⁵⁰. O combustível empregue era a

42 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882, p. 559 - 560; QUEIRÓS, José - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 107 - 108.

43 — VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936, p. 12.

44 — «Memórias paroquiais na divisão administrativa de Porto, em 1758, através do Dicionário Geográfico de Portugal: Maçarellos: Descrição/ do lugar de Maçarellos/ em Abril de 1758», *O Tripeiro*, Porto, 6ª série, 4(11) 1964, p. 324 - 326.

45 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

46 — VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936, p. 12.

47 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

48 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

49 — AN/TT - Junta do Comércio, lv. 454.

50 — Em 1814 consumiu 100 quintais de chumbo em barra, 18 quintais e 3 arráteis de estanho, 4 arráteis de safra, 4 arráteis de esmalte, 1 arrátel de antimónio, 1 arrátel de fezes de ouro; em 1817 indica que as matérias primas empregues foram 80 quintais de chumbo, 20 quintais de estanho, 6 arráteis de esmalte, 3 arráteis de antimónio, 2 arráteis de fezes de ouro, 4 arráteis de safra 120 carradas de barro de Lisboa e 5 viagens de areia de Coina; em 1829 utilizou 100 quintais de chumbo, 40 quintais de estanho, 7 quintais de drogas para tintas vindas da Holanda, 100 carradas de barro, 7 viagens de areia, 6 barcos de carqueja e 20 de carvão.

A CERÂMICA PORTUENSE

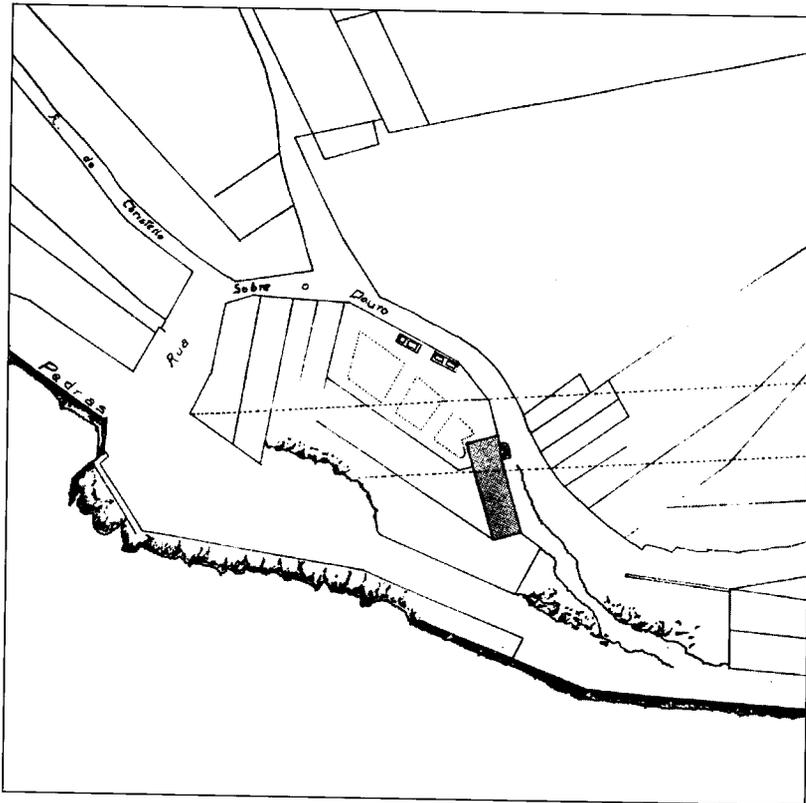


Fig. 3.1. - Fábrica de Massarelos, segundo a planta de 1826 (Esc. apr. 1:500)

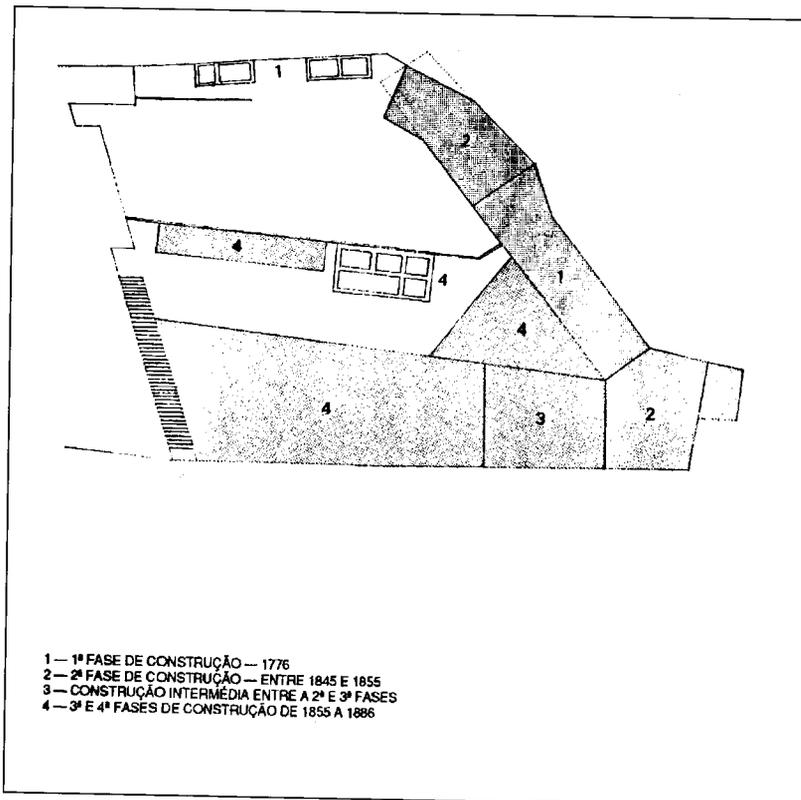


Fig. 3.2. - Fábrica de Massarelos, fases de construção das instalações na rua da Restauração (Esc. apr. 1:850).

carqueja. Toda a produção se vendia com facilidade no reino e para a Galiza, Angola e a América, não sendo suficiente para o mercado. A data de 1764 volta a ser mencionada pelo proprietário quando em 1815 pede à Junta do Comércio que lhe seja passada uma segunda via da Provisão, pois o documento original tinha-se extraviado durante as invasões. Feitas as buscas, não surgiu no arquivo central qualquer documento relativo à implantação da fábrica, pelo que foi tido como bom o mais antigo apenso ao processo pelo proprietário⁵¹. A mesma data é sustentada na informação de 1829 em que se afirma «esta fabrica a mais antiga no seu genero pois foi estabelecida em 1764 pelo avô do actual proprietário e do mesmo nome. Acha-se actualmente em estado muito decadente não só pelas criticas e actuais circunstancias mas muito principalmente porque as mais fabricas que depois se estabeleceram estão vendendo a louça em infimos preços o que continuando serão obrigados todos a fexar as suas fabricas e do mesmo modo esta»⁵².

Tratava-se de uma empresa familiar, gerida longo tempo pelo proprietário e sua descendência, depois arrendada a outros industriais, como foi o caso de Rocha Soares, da fábrica de Miragaia, familiar por afinidade (1819-24)⁵³. Os últimos anos desta etapa, tormentosos para a vida da fábrica, tiveram ainda mais dois marcos em 1829/30: um incêndio⁵⁴ e o litígio, em 1830, entre Manuel Duarte Silva, negociante falido e terceiro proprietário da unidade, e José António Cruz⁵⁵ que lhe contestava a posse. Uma vez dada razão ao antigo proprietário, José António Cruz, que ocupava a fábrica, foi intimado a comparecer com as chaves da mesma sob pena das portas serem arrombadas a mando do Corregedor, o que veio a acontecer com grande vexame e prejuízos⁵⁶.

Também o projecto da futura rua da Restauração punha, desde a sua aprovação em 1826⁵⁷, em questão a sobrevivência da fábrica naquele local, permanência que obrigou a desviar a via impedindo-a de desembocar directamente no cais fluvial, solução conseguida não sabemos a que custo mas que de qualquer forma indicia um bom posicionamento do proprietário junto das instâncias do poder.

No ano de 1830 a fábrica de Massarelos já teria voltado à plena posse da família de Manuel Duarte Silva, sendo explorada pelos filhos deste antigo proprietário, sob a forma da sociedade Silva Guimarães & Irmãs. Quinze anos depois um dos anteriores herdeiros acaba por ceder a fábrica ao seu tio por afinidade, João da Rocha e Sousa, por sua vez sobrinho de Francisco Rocha Soares, de Miragaia, que também arrendara outra empresa rival, o Cavaquinho⁵⁸. Em meados do século (1853) empregava trinta e três homens e três menores⁵⁹.

Morre em 1870 João da Rocha e Sousa e a fábrica entra em novo período de instabilidade da administração, passando primeiro aos sobrinhos, sendo co-herdeiro António Rodrigues de Sá Lima, para depois entre 1873 e 1878 ainda ser objecto de exploração pela família, por uma sociedade formada pelos filhos do anterior, António e João Sá Lima⁶⁰ (sob a firma Sá Lima & Irmão, constituída em 8 de Setembro de 1873), então empregados comerciais, que ali investem 8120\$000 réis, valor do trespasse dos bens em stock cedidos pelo pai, tendo ainda os novos sócios de pagar a renda anual

51 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

52 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

53 — VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936, p. 7 e 12.

54 — OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de ceramica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915*. Breves estudos. Porto, Tip. O Comercio do Porto, 1920, p. 124.

55 — Em 1804 era caixeiro-administrador da fábrica um Domingos José da Cruz.

56 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

57 — AHMP - MNL 2/A - 41

58 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)». *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882, p. 559 - 560; OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de ceramica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915*. Breves estudos. Porto, Tip. O Comercio do Porto, 1920, p. 124; VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936, p. 12.

59 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

60 — A escritura de partilhas realizada após a sua morte revela-nos, com grande eloquência a estrutura da sua fortuna: 46.096\$300 rs em bens imobiliários; 16.488\$700 rs em papés de crédito; 1.041\$791 rs em móveis; 230\$550 rs em roupas de cama; 66\$620 rs em roupas de mesa; 342\$684 rs em louças, pano de linho e miudezas; 201\$520 rs em joias; 445\$088 rs em pratos; 2.830\$000 rs em dinheiro; 4.048\$000 dívida activa do trespasse das fabricas de loiça e cal (esta situada na Quinta da Macieirinha); 667\$400 rs em outras dívidas activas; 654\$000 rs em bens nos Arcos de Valdevez - Sabadim - e 221\$700 rs em móveis da Quinta de Laborim, perfazendo um total de 70.334\$952 rs, in: ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 1º, 4ª Série, lv. 738, fl. 60-64.

A CERÂMICA PORTUENSE

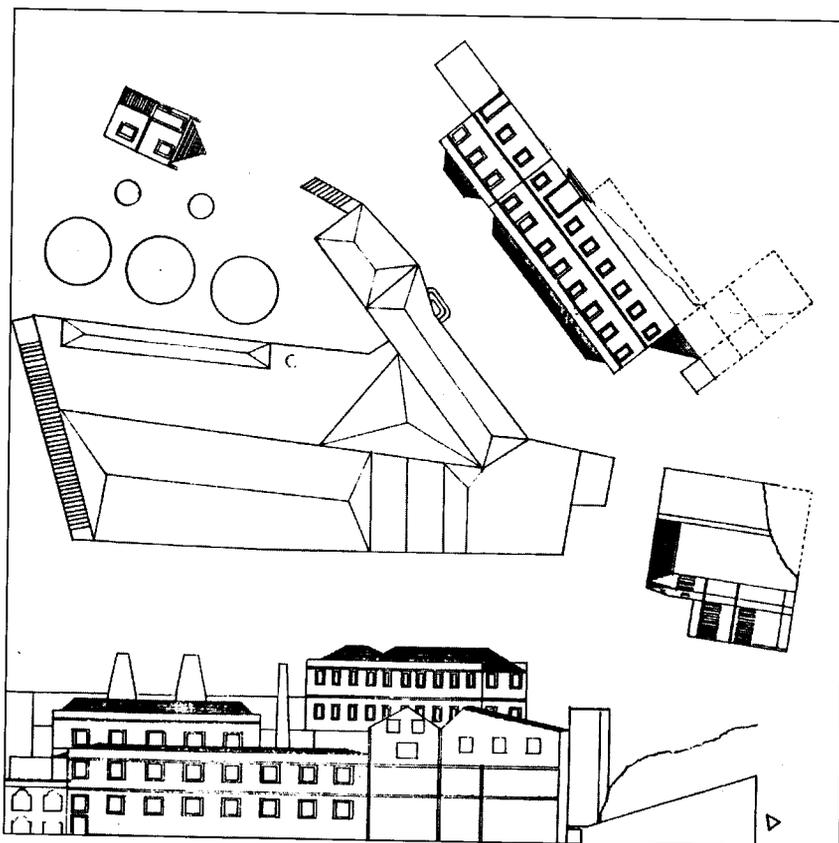
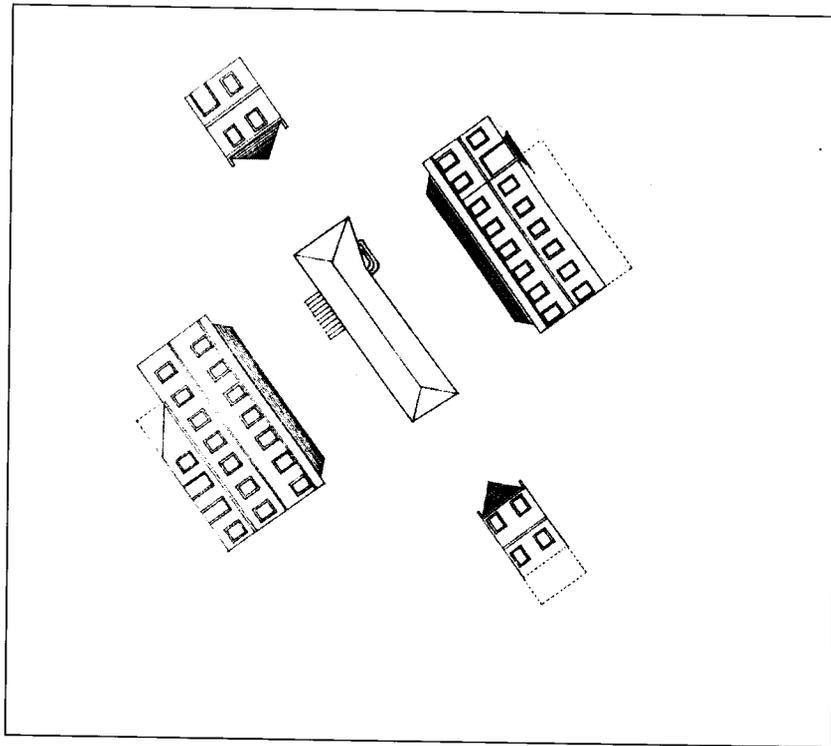


Fig. 4 - Fábrica de Massarelos, em 1766 e em 1864/86 (Esc. apr. 1:850)

de 650\$000 réis⁶¹. Os novos gestores devem ter conseguido algum sucesso na administração da fábrica dado que, conforme se pode observar pela escritura de partilhas já citada, em 3 anos conseguiram amortizar praticamente 50% do valor global da transacção referida. Pelo *Inventario geral do material e utensilios existentes nas fabricas de louça e cal, pertencentes á firma social Sá Lima & Irmão, feito em 31 de Dezembro de 1877*⁶², podemos fazer uma ideia aproximada do tipo de bens produzidos: louças vidradas - almofias; ananas; assucareiros; azulejos; bacias; bispotes; bolinas; bules; cafeteiras; caixas de sabão; canecas; cesto de fruta; chcaras; escarradores; figuras para jardim; floreiras; formas para bolos; leiteiras; molheiras; paliteiros; pias para água benta; pires; pratos; saladeiras; sopeiras; talheres; terrina; tijelas; tinteiros; travessas; vasos; - Louças cruas e enchacotadas - Matérias primas: barros; areia; chumbo; vidro; tintas e mais materiais - Móveis e utensilios.

Uma vez dissolvida a sociedade em 1878⁶³ apenas um deles, João da Rocha e Sousa Lima, fica em Massarelos. É dele a fábrica quando se procede ao Inquérito Industrial de 1881⁶⁴, em que se informa que possui um forno, ocupando nele cinco pessoas, enquanto que nos tanques trabalham três, quinze nos tornos, dezassete na pintura e três em serviços vários, num total de quarenta e três entre os quais trinta e um são homens, que auferem entre 360 e 700 rs, e doze rapazes com salários entre 100 e 160 rs. O capital orçava em 8 000\$000 rs e a produção calculava-se em 15 000\$000 rs. Fora do núcleo da fábrica ficavam os dois moinhos ou azenhas de Vilar, em que se moía o vidro. É também por estes anos (1884) que se introduz na produção uma máquina a vapor vinda de França, semi-fixa, tubular, com cinco cavalos de potência⁶⁵, e se constrói a fachada voltada para o rio (1886), designando-se no cabeçalho das facturas como *Fábrica de Louça de Massarelos, a vapor*.

No Inquérito de 1890⁶⁶ surge já como explorada pela viúva de João da Rocha e Sousa Lima, *Clementina Vieira C. de Lima de Arnaud & Sucessores*. Empregava então quarenta e um operários e dezassete aprendizes. Dois anos depois foi arrendada por Francisco Ferreira Rebelo e em 1895 fechava por cinco anos. Charles Lepierre descreveu-a quando se encontrava encerrada, reconhecendo que tinha boas condições de funcionamento pois estava equipada com três fornos, um filtrador mecânico, oito moinhos para vidro, dois balancés para azulejos e um motor a vapor com 10 cavalos. Nela trabalhavam sessenta operários e a produção anual avaliava-se em 20 000\$000 rs⁶⁷.

Depois de estar cinco anos paralisada (1895-1900), a Fábrica de Massarelos entra na sua derradeira etapa de exploração, sendo alugada a João Regis de Lima, de Lisboa, que rapidamente a trespassou, em 1901, para nova sociedade⁶⁸, composta na sua maioria por ingleses e liderada por William Maclaren, antigo mestre da Fábrica de Sacavém. Imprimem-lhe nova dinâmica e vão adaptando o modelo societário: começando por ser uma sociedade em comandita simples (Mac Laren, Wall & Comandita), passa em 1904 a sociedade por quotas de responsabilidade limitada⁶⁹, aproveitando a lei (11.4.1901) que criou esta fórmula jurídica, com a designação de *Empresa Cerâmica Portuense, Lda*. Para além de novo estatuto, que estabelecia, por exemplo, a alienação preferencial de quotas à sociedade ou aos restantes sócios, esta transformação significou ainda um aumento substancial de capital: dos 27 contos de réis iniciais passava-se agora para os 70, o que, depois do balanço, implicava uma entrada em numerário de cerca de 45 contos.

Por esta altura, já a empresa tinha uma estrutura bipolar pois, para além da antiga fábrica entre a rua da Restauração e o cais da Alfândega, dinamizava um outro núcleo fabril na Quinta do

61 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 601, fl. 9v.

62 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, DA 50, fl. 1-16.

63 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8º, lv. 563, fl. 1 - 1v.

64 — *Relatorio apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 299.

65 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mç. 1448.

66 — PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV ("Indústrias fabris e manufactureiras"), Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

67 — LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 112.

68 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 771, fl. 16 - 18.

69 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 787, fl.35v - 39v.

A CERÂMICA PORTUENSE

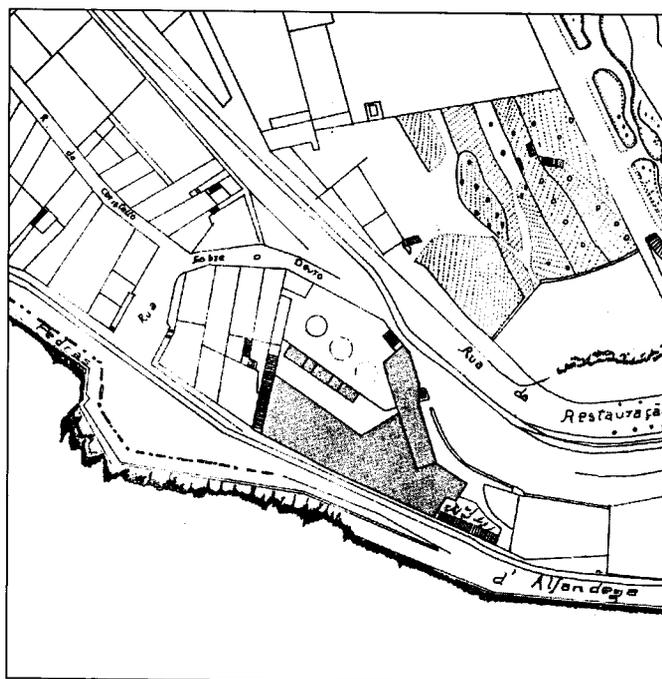


Fig. 5.1. - Fábrica de Massarelos, segundo a planta de 1826 (Esc. apr. 1:500).

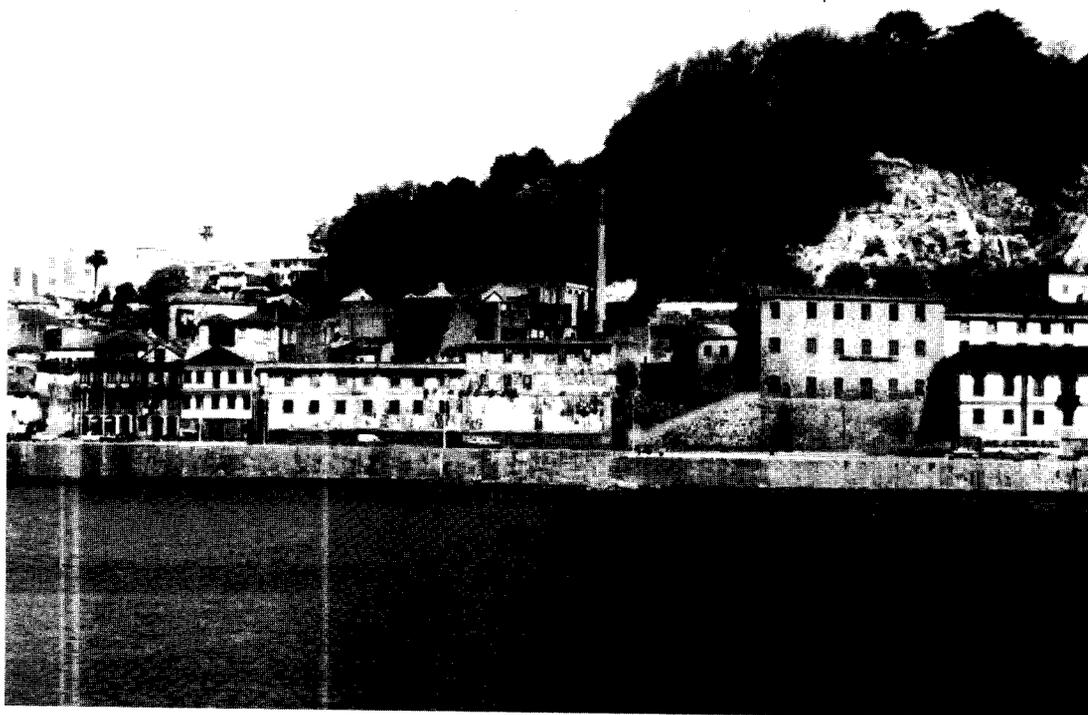


Fig. 5.2. - Estado actual das instalações da Fábrica de Massarelos na rua da Restauração.

Roriz, em Quebrantões Norte, onde tinha a sua sede, e onde habitava, no primeiro andar, o então director técnico Maclaren. Luís Ferreira Girão⁷⁰ refere estes dois estabelecimentos, separadamente, informando que a fábrica da rua da Restauração, especializada em louça de uso doméstico e em azulejos, dispunha de dois bons fornos de sistema circular⁷¹, tinha vinte tornos, bombas, prensas, etc e ainda um motor a gás pobre com potência de 20 cv. Empregava ao todo cento e sessenta e nove pessoas, entre as quais se contavam trinta e três mulheres e vinte e seis aprendizes⁷². A segunda unidade, em Quebrantões Norte, perto da ponte D. Maria Pia, alongava-se face à margem do Douro⁷³, distribuída por três pisos. Especializada no fabrico de tubos de grés e outros acessórios, dispunha de três fornos de sistema circular⁷⁴, duas máquinas para tubos, quatro para tijolos, uma para botijas e outra de moer o barro. Eram accionadas por um motor de 20cv. Nela laboravam cinquenta e quatro pessoas, das quais nove eram mulheres e quatro aprendizes.

A *Empresa Cerâmica Portuense, Lda.* é dissolvida em 1912⁷⁵, depois de um arrastado processo de aquisição das diversas cotas⁷⁶, para imediatamente ceder lugar (18 de Setembro de 1912) a nova sociedade⁷⁷ de nome colectivo e de responsabilidade solidária e ilimitada. Os sócios eram agora apenas Archibald James Wall e mulher e Charles F. Chambers e seu filho, que preferiram uma co-gestão e mútua responsabilização, através da firma Chambers & Wall.

O edifício da fábrica de Massarelos, na Restauração, desaparece em 1920, consumido por um incêndio para cuja eventualidade havia, curiosamente, uma cláusula de regulamentação prevista num contrato de arrendamento e promessa de venda de 1914⁷⁸, a qual preconizava a compra pela sociedade do terreno e salvados pela diferença da indemnização de seguros até à verba de 20 contos de réis, facto cuja concretização foi escriturada notarialmente em 1924. A partir daqui o que ficou a vigorar foi apenas o prestígio da marca «Massarelos-Porto», que continuou a ser utilizado na produção da fábrica de Roriz e unidades associadas. Para continuar a produzir louça, a empresa viu-se obrigada a modificar a unidade de Quebrantões, dotando-a de quatro fornos de cozer louça (dois circulares e dois rectangulares adossados) e ampliando as oficinas e anexos, obra cujo pedido de licença data de 1920 - 1921⁷⁹.

O modelo da sociedade por quotas voltou de novo em 1933 (Chambers & Wall, Lda⁸⁰), embora três anos mais tarde a própria fábrica de Roriz fosse vendida à *Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia SARL*, empresa lisboeta que então possuía já uma cadeia de cerca de uma dúzia de fábricas em diversos locais (Lisboa, Coimbra, Arraiolos, etc.) e armazéns de distribuição nas sete principais cidades, mas quase exclusivamente direccionada para os materiais de construção⁸⁰. Enquanto empresa familiar, durante o século XIX, pode afirmar-se que, em geral, os períodos negros da fábrica de Massarelos coincidiram com os momentos de ruptura, por óbito, dos seus proprietários e gestores, factos que ocasionavam sempre instabilidade, só superável no século XX pelas novas fórmulas societárias. Mas, os novos tempos traziam outro tipo de dificuldades.

70 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 29 - 32.

71 — Em Setembro de 1910 entra na Câmara o pedido para construir um terceiro forno e mais uma mufla, que ficariam no alinhamento dos anteriores: AHMP - AG, Licenças de obras, lv. 251, fl. 338 - 343. Já se vêem na planta anexa ao processo de pedido de Alvará, de 16 de Janeiro de 1914: GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mç. 1448.

72 — Em Janeiro de 1910 a empresa pede licença para aumentar o edifício da rua da Restauração acrescentando um piso ao já existente, sobre a fábrica da louça: AHMP - AG, Licenças de obras, lv. 240, fl. 38 - 46. No ano seguinte constrói seis retretes para os seus empregados, entre outras pequenas obras: AHMP - AG, Licenças de obras, lv. 256, fl. 1 - 7.

73 — Já em data posterior à que baliza este trabalho, a fábrica foi algo afectada pela construção da marginal, tendo que mudar algumas estruturas menores, mas ficou valorizada pela sua disposição face à estrada. A construção da Ponte S. João, no Freixo, encerrou o processo, com a destruição das ruínas da fábrica da qual restam dois fornos transplantados e transformados em memória.

74 — A licença para a construção destes três fornos e do alpendre que os abriga data de 1917: AHMP - AG, Licenças de obras, lv. 344, fl. 81 - 86.

75 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 836, fl.59 - 61v.

76 — VALENTE, Vasco - *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1950, p. 42.

77 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 836, fl.61v - 64v.

78 — VALENTE, Vasco - *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1950, p. 43.

79 — AHMP - AG, Licenças de obras, lv. 365, fl. 60 e lv. 398, fl. 425 - 436.

80 — A aquisição de fábricas em dificuldades era uma solução óbvia no tempo do condicionamento industrial, como fórmula de expansão para empresas mais poderosas.

A CERÂMICA PORTUENSE

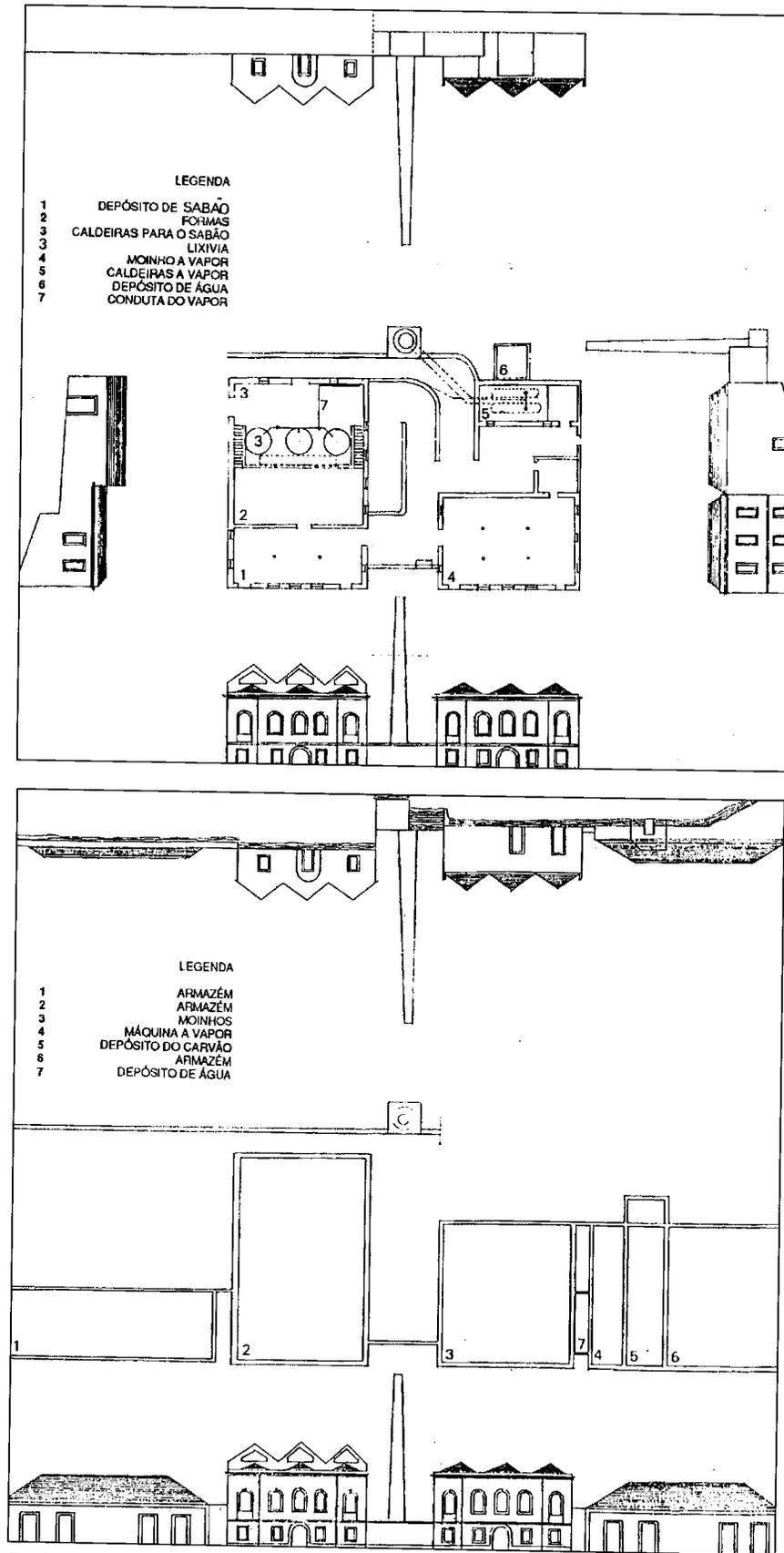


Fig. 6 - Instalações da Real Saboaria do Roriz (1873) e da Fábrica de Moagem (1901) que vieram a ser aproveitadas para a Fábrica de Massarelos, unidade de Quebrantões (Esc. apr. 1:775).

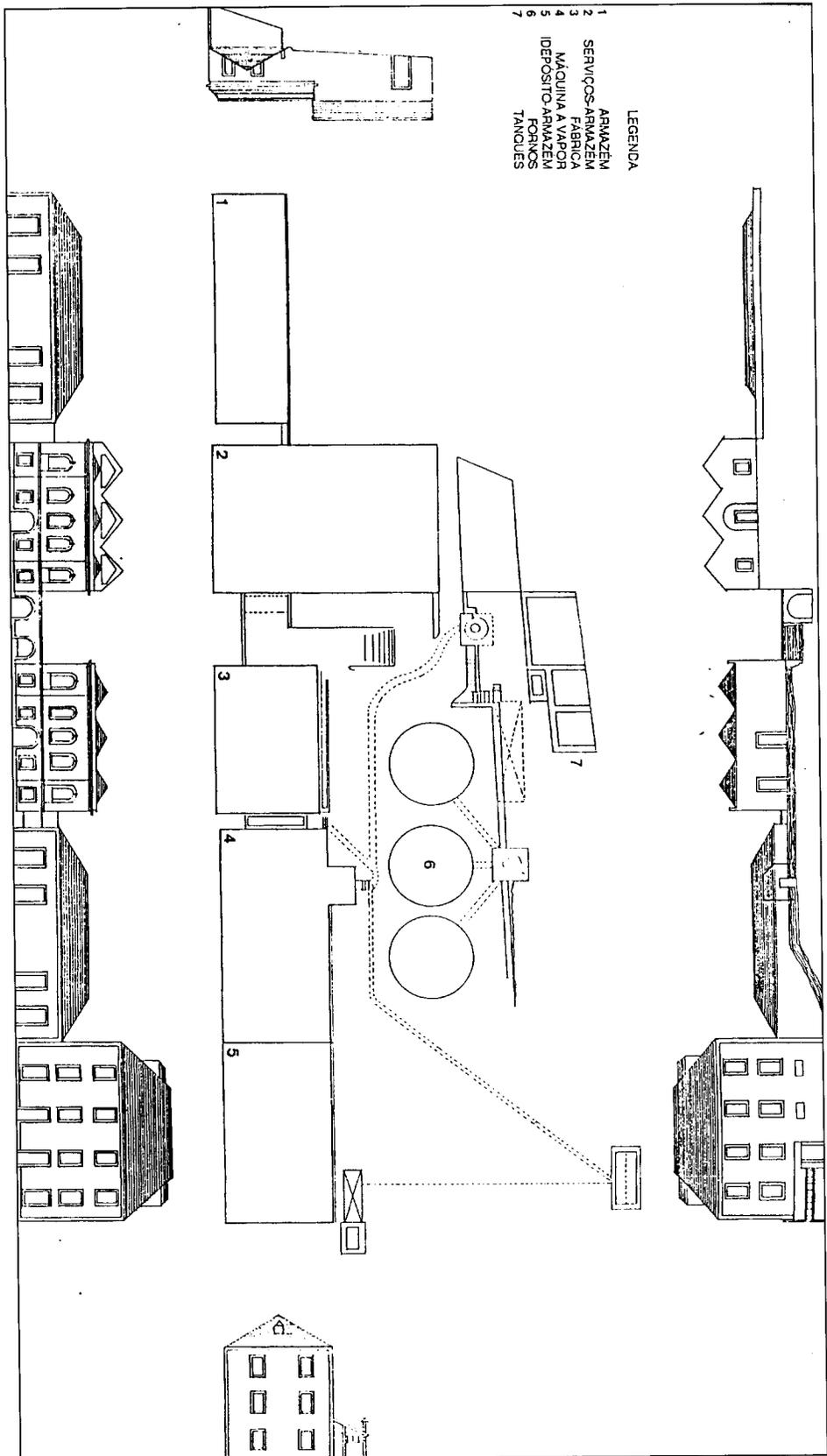


Fig. 7 - Fábrica de Massarelos, a unidade de Quebrantões em 1904 (Esc. apr. 1:750).

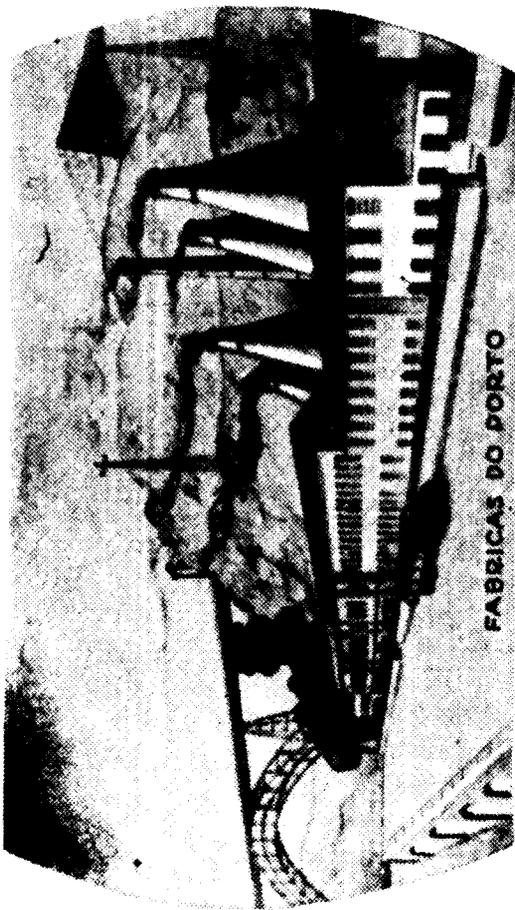
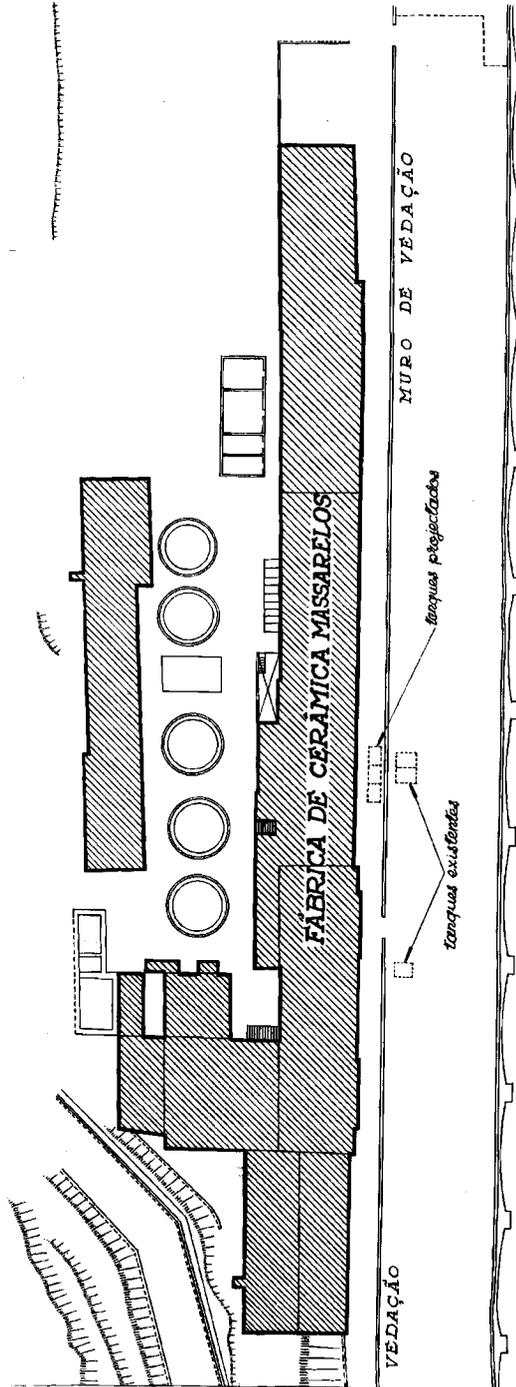


Fig. 8.1. - Imagem da Fábrica de Massarelos, em Quebrantões, incluída no catálogo das Fábricas LUFAPO de Faianças e Porcelanas S.A.R.L.



8.2. - Fábrica de Massarelos, na fase final da expansão (Esc. apr. 1:1000).
Arquivo da Direcção Regional do Ambiente do Norte.

3.2. - Fábrica de Miragaia

Esta fábrica foi fundada em 1775 por João Rocha, natural de Sabadim, Arcos de Valdevez, comerciante emigrado na Baía onde fez fortuna, e pelo seu sobrinho João Bento da Rocha⁸¹, com o objectivo de «*manufacturar toda a qualidade de peças da ditto loiça á maneira da que vem dos Paizes Estrangeiros*», segundo a petição apresentada à Junta do Comércio⁸². Foi deferida pelo Alvará de 5 de Dezembro de 1775⁸³, com a condição de «*ensinar a aprendizes nacionaes deste Reino sem reserva alguma de segredo a ditto profissão de Ularia nem pelo referido ensino levar-lhes premio algum pecuniario em todo o tempo da sua aprendizagem*». Nestes homens entronca uma verdadeira dinastia de industriais cerâmicos - os "Rocha" de Miragaia - que souberam solicitar privilégios alfandegários para a produção de faianças (Alvará de 14 de Junho de 1782⁸⁴) e alargar essa isenção ao ultramar (1793⁸⁵), introduzir inovações como a produção de louça em formas (1827-1830) e chegaram mesmo a explorar em determinados momentos as fábricas concorrentes: a de Massarelos (1819-1833), a de Santo António de Vale da Piedade (1825-1844), a do Cavaquinho (por 1845).

Para o sucesso deste empreendimento concorreu certamente, para além da capacidade de gestão dos empresários com largo tirocínio no comércio, o facto de terem cooptado em outras fábricas oficiais de grande mestria (três vieram da fábrica do Rio de Janeiro, dois da do Rato e quatro da fábrica de Massarelos⁸⁶) que fizeram escola e de disporem de capitais angariados nos negócios do Brasil, nos quais labotou primeiro João Rocha e depois o seu sobrinho Francisco Rocha Soares, herdeiro da fábrica desde 1779, mas que só regressou ao reino em 1799⁸⁷. Um exame efectuado na fábrica em 1804⁸⁸ revelou que ela dispunha de doze rodas em que se empregavam um mestre e seis oficiais, na pintura existiam outros tantos, o mesmo acontecendo no forno. Para além destes ainda laboravam na fábrica mais quinze homens e dois no engenho de moer vidro, que estava instalado separadamente.

Seguem-se os anos conturbados da Guerra Peninsular, anotando-se no Inquérito de 1812 que a fábrica estava algo decadente devido aos estragos provocados pelos franceses. Mesmo assim fabricava louça de toda a qualidade, quarenta a cinquenta fornadas, que se vendia na cidade, no Minho e alguma para a América⁸⁹. Em 1814 a fábrica de Miragaia era a maior da cidade do Porto no ramo da cerâmica, com 27 trabalhadores que manipulavam 200 carradas de barro de Lisboa, cinquenta carradas de areia também de Lisboa, 200 quintais de chumbo, 50 de estanho, 50 arráteis de tintas vindas de Inglaterra, 3 000 centos de carqueja e duzentas barras de sal⁹⁰. Mas a imensidade da louça inglesa que entrou em Portugal e no império depois desta data ditou novo período de crise, em que a louça ficava nos depósitos das fábricas, representando um avultado capital imobilizado que estas dificilmente suportavam. Desta situação se queixa Francisco Rocha Soares, informando em 1819 a Junta do Comércio de que poderia produzir louça no valor de doze ou catorze contos mas estava a trabalhar a um quarto da capacidade porque «*trabalha porem coaze sem consumo algum por cauza da emmencidade de louça Inglesa que há neste reino e Américas em termos de se fechar por falta de meios e auxilios*»⁹¹. Dez anos depois (1829 e 1830) continuava a ter empatados em louça sem escoamento mais de dezoito contos⁹².

81 — OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de ceramica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915*. Breves estudos. Porto, Tip. O Comercio do Porto, 1920, p. 127; REIS, A. Matos - «Personagens de Arcos de Valdevez no periodo áureo da faiança portuguesa», *Terra de Val de Vez. Boletim Cultural*, Arcos de Valdevez, 3 1981, p. 43 - 50; SANTOS, Paula Mesquita - «O retrato de João da Rocha, industrial do Porto e benfeitor de Viana, por João Glama Ströberle», *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 20 1996, p. 157 - 168.

82 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

83 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

84 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

85 — VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936, p. 9 e segs.

86 — OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de ceramica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915*. Breves estudos. Porto, Tip. O Comercio do Porto, 1920, p. 127.

87 — OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de ceramica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915*. Breves estudos. Porto, Tip. O Comercio do Porto, 1920, p. 127 - 128.

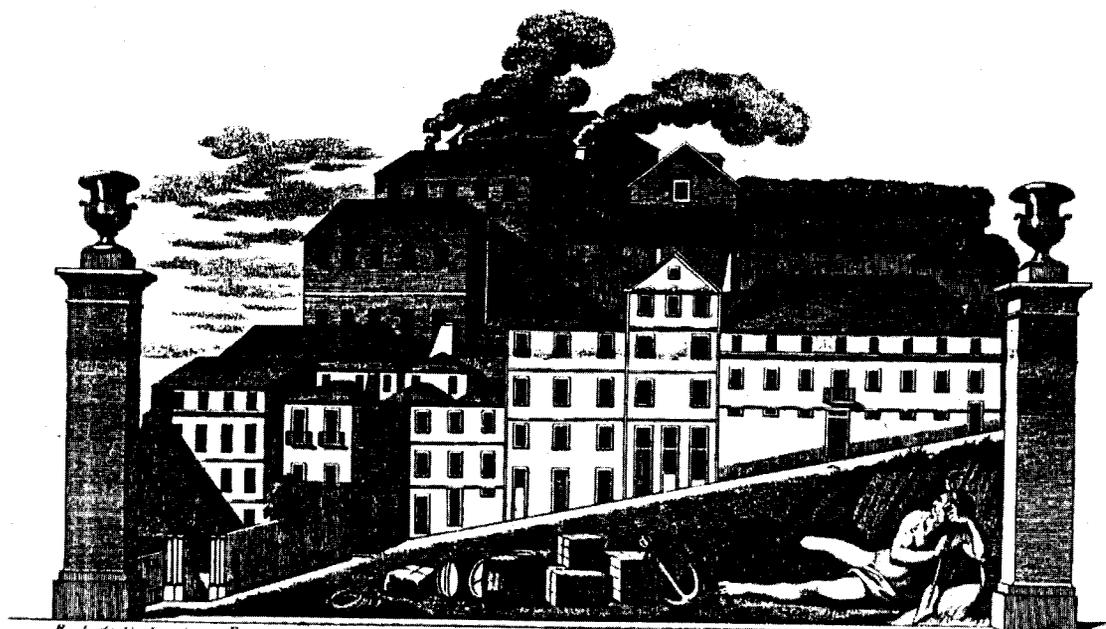
88 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

89 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

90 — AN/TT - Junta do Comércio, lv. 454.

91 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

92 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12



H. J. da Costa gravou, Porto.

FABRICA DE LOUÇA DE MIRAGAIA.



Fig. 9 – Fábrica de Miragaia, imagem da unidade fabril impressa numa factura oitocentista e estado actual do local.

No ano de 1822 Francisco da Rocha Soares, tendo como administrador o sobrinho, João da Rocha e Sousa, solicita para a sua fábrica o exclusivo da louça pintada estampada e condições especiais para conduzir os barros, como as que haviam sido dadas ao Cavaquinho. A Junta do Comércio reconhece a qualidade da louça mas recusa o exclusivo⁹³. A 6 de Março de 1822 procede-se à vistoria da fábrica, que é descrita como *propriedade de casas nobres*, sitas na rua da Esperança, que albergavam a casa de fazer louça, com três rodas em que trabalham dois oficiais, um aprendiz, e dois trabalhadores, um grande depósito para a carqueja, a casa dos tendais e lotes para secar a louça, duas salas para fazer vidrados e tintas, uma abóbada para secar barro em que se ocupam quatro homens, um grande telheiro com cinco tanques de barro, casa de pisar barro e forno de queimar estanho e chumbo, que ocupa três homens, casa com dois fornos de cozer louça a cargo de quatro homens, outra casa com quatro rodas e grande lote para estender a louça, nela se empregando quatro oficiais, dois aprendizes e dois trabalhadores, um terraço com dois coadores de barro e dois tanques a cargo de um homem, a casa da pintura em que exercem seis oficiais e três aprendizes, a sala grande em que se vende a louça da responsabilidade de dois caixeiros e por fim dois armazéns para depósitos da louça e barros. Separada desta unidade estava a azenha de moer vidro, com dois trabalhadores, que ficava na vizinha freguesia de Massarelos. A mão de obra perfazia um total de dois caixeiros, doze oficiais, seis aprendizes e dezanove trabalhadores⁹⁴.

Por 1827 a fábrica teria experimentado com sucesso fazer louça de pó de pedra⁹⁵. No final da década introduzia uma inovação, o fabrico de louça em formas à imitação da inglesa. Os primeiros moldes deveriam ter sido mais uma vez de qualidade elevada pois foram executados por um lente da Academia do Comércio e Marinha e por um arquitecto⁹⁶. No início do período liberal estava pois a fábrica numa fase dinâmica, tendo mesmo controlado a produção das principais concorrentes, quando morre em 1829 Francisco da Rocha Soares.

O novo dono, Francisco Rocha Soares filho, liberal militante, ultrapassada a guerra civil, era agraciado pelo rei consorte, de visita à fábrica em 1836, abria agências em Lisboa, Setúbal, Funchal e Luanda (1839 - 1844) e controlava mesmo o mercado da louça na cidade não só por ter tomado conta das principais fábricas concorrentes como por, em 1845/48, ter congregado as demais em uma única organização, o depósito e venda de louça que estabeleceu na rua da Esperança com a participação das fábricas do Carvalhinho, Fervença, Fontinha, Monte Cavaco e Vale Piedade⁹⁷.

Mas, o comprometimento político na Guerra Civil e agora na Patuleia e Junta do Porto revelou-se desastroso para Francisco Rocha Soares, filho⁹⁸, que encontramos em 1852 falido e com a fábrica encerrada⁹⁹. Neste ano e no seguinte as respostas aos questionários oficiais são dadas em nome da firma Teixeira & C^a, fábrica de louça em Miragaia, onde trabalham quarenta e cinco pessoas¹⁰⁰. Morto o proprietário em 1857(?), o estabelecimento industrial acabou por ser vendido em hasta pública.

3.3 Fábricas do Cavaquinho

As Fábricas do Cavaquinho têm merecido grande atenção por parte dos estudiosos, sendo aceite que se trata de duas unidades, a mais antiga dedicada ao fabrico de faiança e uma segunda vocacionada para a louça de pó de pedra, inovação das últimas décadas de setecentos. A sua história está porém indissociavelmente ligada.

93 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

94 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

95 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica Portuguesa*, Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 19 - 25.

96 — OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de cerâmica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915. Breves estudos. Porto, Tip. O Commercio do Porto, 1920, p. 128.*

97 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882, p. 560 - 561; OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de cerâmica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915. Breves estudos. Porto, Tip. O Commercio do Porto, 1920, p. 314 - 315.*

98 — OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de cerâmica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915. Breves estudos. Porto, Tip. O Commercio do Porto, 1920, p. 132.*

99 — O italiano Vazine teria ensaiado nesta fábrica, sem sucesso, por 1850, o fabrico de grés: VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuguesa*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 19 - 25.

100 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

A primeira fábrica, estabelecida na Quinta de Vale de Amores, propriedade de D. Joana Eufrásia Mesquita, dataria de Fevereiro de 1780¹⁰¹ e teria tido como impulsionador e gerente o seu segundo marido, João Bernardo Guedes. É a este que encontramos a estabelecer sociedade com Severino José da Silva, mestre no fabrico de louça que tinha já passado entre outras pela fábrica do Rato¹⁰², em escritura bastante minuciosa quanto a direitos e obrigações de cada um¹⁰³. Em Novembro do mesmo ano João Bernardo Guedes, já viúvo e único herdeiro das propriedades que incluíam a fábrica, arranjava novo sócio capitalista para financiar o seu projecto¹⁰⁴. Aliás, a sociedade foi depois sucessivamente alargada e remodelada, pois a fábrica e as experiências a que procedia haviam-se tornado em um sorvedouro de capitais, como no-lo descreve um interessante artigo de Manuel Leão¹⁰⁵. A existência desta fábrica tem sido ofuscada pela vizinha criação de uma outra, tendo-se a primeira diluído temporariamente na segunda, que teve maior visibilidade histórica.

Em paralelo com a actividade anterior João Bernardo Guedes e Diogo José de Araújo interessam Domingos Vandelli em um novo projecto para implantar no Porto uma fábrica de louça de pó de pedra¹⁰⁶. Com efeito, por escritura de 7 de Agosto de 1786 os sócios da fábrica de faiança estabelecem uma sociedade com o célebre universitário, memorialista e então deputado à Junta do Comércio, Domingos Vandelli, o qual já criara uma outra fábrica de porcelana em Coimbra, e tinha como objectivo agora iniciar em Portugal a produção de louça de pó de pedra, à moda inglesa. Para o efeito, os ditos proprietários assumem as despesas e Vandelli assegura as *receitas e segredos*, pelos quais cobraria 25% dos lucros. Para isso propuseram-se todos construir uma nova fábrica "vizinha e superior na situação" à outra, para a qual obtiveram Alvará datado de 7 de Fevereiro de 1787¹⁰⁷. Não foi tarefa fácil construir a nova fábrica que ainda não laborava em 1789¹⁰⁸, ano em que se fez uma concordata social para esclarecer a situação das diversas participações no capital¹⁰⁹. O primeiro mestre indicado por Vandelli chegou a fugir, abandonando a empresa. Mas em 1790 já laborava¹¹⁰ e a 1 de Setembro de 1794 faz-se novo documento de constituição de sociedade quando os sócios estavam já refeitos de todas as canseiras e despesas: depois de muitos trabalhos, a segunda fábrica arrancara e «*tiverão a satisfação de verem na maior perfeição a louça da mesma Fabrica de pó de pedra e de merecerem os seus trabalhos e suas fadigas a Real aprovação de Sua Magestade consedendo-lhes novas graças pellas representações informações e diligencias do mencionado socio o Illm^o Domingos Vandelli. Os Povos e mesmo a Nobreza e Ministros de Sua Magestade da Relação do Porto e outros lugares cheios de contentamento correrão a consumir a louça da dita Fabrica e concorrendo as encomendas para o Brazil conquistas e Provincias Centrais deste Reino acharão e achão realmente os ditos socios que o edificio he pequeno e que so pode progredir a ditta Fabrica unindolhe o edificio barreiros utencilios e oficinas da outra fabrica de faiança aproveitando-se os ofeciais e aprehandizes*»¹¹¹.

101 — E não de 1768, data do arrendamento do terreno, como quiseram alguns autores, cf: VALENTE, Vasco - *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1950, p. 85 e segs.; SANDÃO, Arthur de - *Faiança portuguesa séculos XVIII e XIX*, vol. 2, Lisboa, Livraria Civilização, 1976, p. 125.

102 — LEÃO, Manuel - "A Fábrica Cerâmica do Cavaquinho e João Bernardo Guedes", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 34 1992, p. 52.

103 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5^o, 1^a Série, lv. 316, fl. 10.

104 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^o, lv. 302, fl. 142v. - 143.

105 — LEÃO, Manuel - "A Fábrica Cerâmica do Cavaquinho e João Bernardo Guedes", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 34 1992, pp. 51-56.

106 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2^o, lv. 370, fl. 58v - 60v.

107 — Refira-se ainda que João Bernardo Guedes possuía uma fábrica de cal no sítio do Cavaquinho e que a 17 de Junho de 1793 a ela associa António José do Nascimento Monteiro, constituindo entre si sociedade por dez anos, para a qual João Bernardo Guedes recebe 200\$000 rs a fim de adquirir pedra e cal para a laboração: ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^o, lv. 351, fl. 19v. - 20.

108 — VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936, p. 49.

109 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça; QUEIRÓS, José - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, 2^a ed., Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 116 - 117; VITORINO, Pedro - *Cerâmica Portuense*, Gaia, Ed. Apolono, 1930, p. 30 - 31; OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de cerâmica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915. Breves estudos*. Porto, Tip. O Commercio do Porto, 1920, p. 174.

110 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

111 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^o, lv. 355, fl. 85-87v^o.

PORTUGALIA

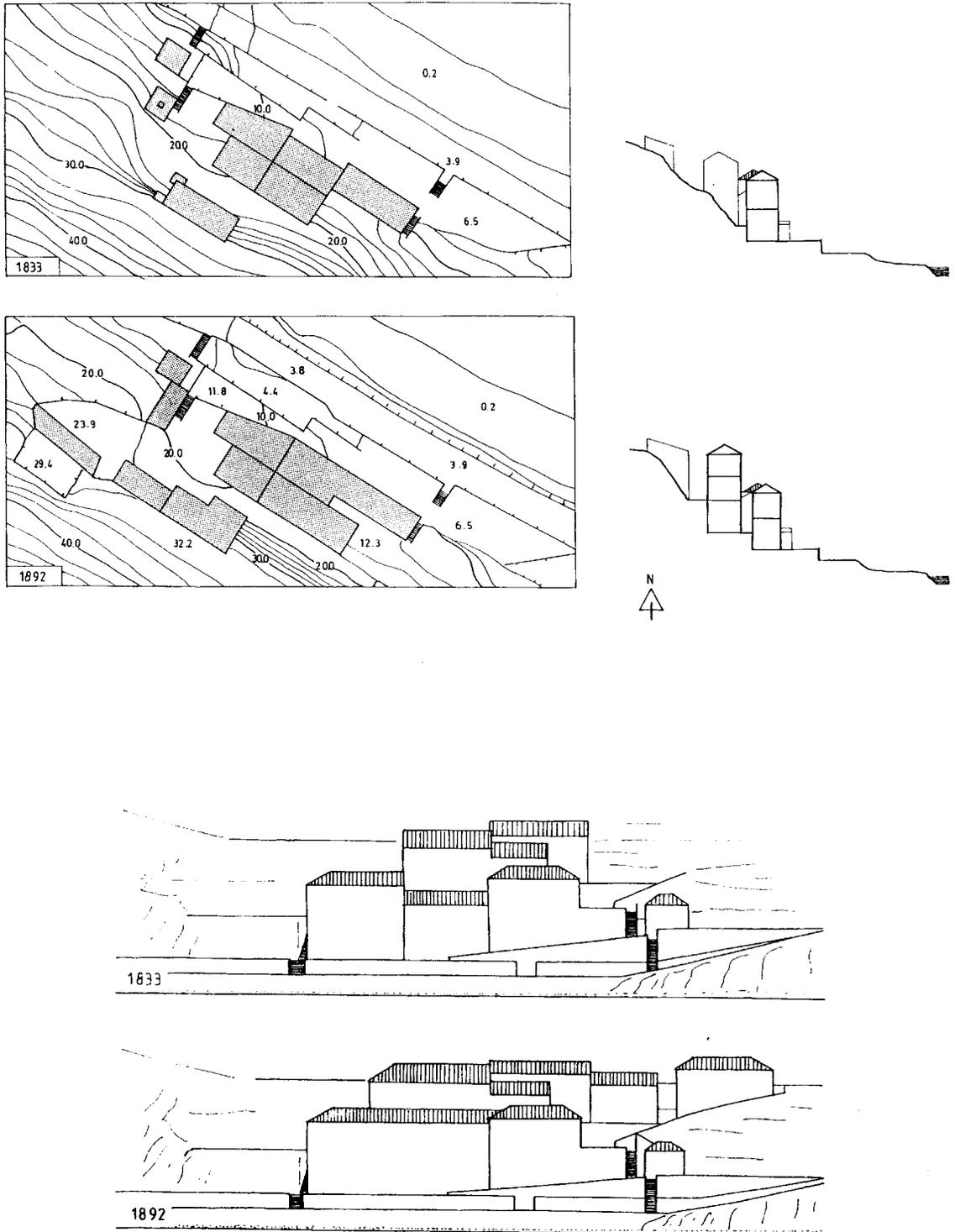


Fig. 10 - Fábricas do Cavaquinho, implantação e reconstituição de volumes (esc. aprox. 1 : 1600)

A CERÂMICA PORTUENSE



Fig. 11 - Estado actual das instalações das Fábricas do Cavaquinho.

Agora procedia-se à união das duas fábricas, passando todos a laborar apenas na louça de pó de pedra, em reconhecimento do sucesso verificado. Teve isenções e privilégio de exclusivo para as Províncias do Norte e as Beiras desde 7 de Fevereiro de 1787, prorrogado por prazos sucessivos de dez anos, e de isenção de direitos de entrada no Brasil a partir de 20 de Dezembro de 1793, graças às influências de Vandelli¹¹². Produzia louça preta ou marmoreada vidrada, numa mistura de vidro e barro, sem pretensões artísticas, antes procurando um produto resistente e de bom aspecto, facto que lhe permitiu conquistar uma grande fatia de mercado, substituindo a importada de Inglaterra. Empregava em 1804 vinte e seis oficiais, doze aprendizes, dezasseis trabalhadores, quinze serventes e dois carreiros, setenta e um ao todo¹¹³.

A Fábrica do Cavaquinho foi bastante penalizada pela concorrência¹¹⁴ e também com as invasões francesas, tendo praticamente paralisado depois de 1808. Em 1814 são recenseados nesta fábrica trinta e três trabalhadores, embora se diga que «*fabrica louça de todas as qualidades a imitação da ingleza. Seu consumo prezentemente nesta cidade. Estado da fabrica achase em grande decadencia depois da entrada dos francezes nesta cidade pelo pouco gasto e consumo que geralmente tem a mesma louça por haver grande abundancia da que tem vindo de Inglaterra e por esta mesma razão quase nenhuma exportação tem para a nossa America por ter ali chigado grande quantidade da do Norte*»¹¹⁵.

Seguem-se anos de mudança, iniciada pela entrada de João Raimundo Nogueira¹¹⁶, um deputado da Junta de Administração da Companhia das Vinhas do Alto Douro e administrador do contrato do tabaco, ainda em sociedade com João Bernardo Guedes, em 1815. Talvez a decadência da comercialização da louça de pó de pedra tenha reabilitado a antiga fábrica de faiança, pois nos negócios de 1815 já se fala de novo nas duas separadamente. Por esta declaração de sociedade ficamos a saber que «*elles conjuntamente são os unicos donos e proprietarios das duas fabricas de louça de faiança e de pó de pedra actualmente estabelecidas no dito sitio de Valle de Amores, aliás do Cavaquinho*». Facto também significativo é a alusão à forma como foram estabelecidos os quinhões para a fábrica de faiança: «*João Nogueira, pella pessoa do seu antecessor, com a metade de sua despeza, o comparecente Caetano Joze dos Santos pella mesma forma com a outra ametade, e para construção e estabelecimento da fabrica de pó de pedra o comparecente João Nogueira com hua quarta parte de sua despeza, Caetano Joze dos Santos com tres oitavas partes e o comparecente Claudino Pereira Xavier com hua quarta parte e João Bernardo Guedes com hua oitava parte*»¹¹⁷. Para além destas duas unidades continuava a funcionar o forno de cal, para a administração do qual foi designado João Nogueira, em virtude do contrato celebrado com João Bernardo Guedes¹¹⁸. Esta nova sociedade entrou imediatamente em vigor para a exploração do forno de cal, enquanto que para a fábrica da louça só teria efeito a partir do momento em que se dissolvesse a sociedade antes criada, o que ocorreu em 1816¹¹⁹. A dissolução da sociedade, com a respectiva aprovação de contas é feita a 29 de Julho de 1816, tendo João Nogueira adquirido por 591\$509 rs a parte de Domingos Vandelli, que este optou por receber em dinheiro e não em espécies. Com o contracto de dissolução de sociedade celebrado a 29 de Julho de 1816¹²⁰ entre João Nogueira e Claudino Pereira Xavier, na qualidade de sucessor de João Roberto da Fonseca, poderemos ter uma ideia aproximada do valor dos capitais envolvidos. A avaliação global dos lucros obtidos pela sociedade, na quota parte per-

112 — QUEIRÓS, José - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 118 - 119; VITORINO, Pedro - *Cerâmica Portuguesa*, Gaia, Ed. Apolono, 1930, p. 32.

113 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

114 — Veja-se a forma como Vandelli se opõe ao licenciamento da fábrica pedida em 1804/5 por Magalhães & Cª: AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

115 — AN/TT - Junta do Comércio, lv. 454.

116 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 409, fl. 255v. - 226v.; Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 410, fl. 166v; Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 412, fl. 249 - 250v.; Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 412, fl. 268 v.

117 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 409, fl. 255v.

118 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 410, fl. 166v.- 167v.

119 — A dissolução da sociedade e respectiva aprovação das contas acontece a 29 de Julho de 1816, tendo João Nogueira adquirido por 591\$509 réis a parte de Domingos Vandelli. No mesmo dia é feita a dissolução da sociedade entre João Nogueira e Claudino Pereira Xavier: ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 412, fl. 258v. - 260.

120 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 412, fl. 258v-260.

tencentente a Claudino Pereira Xavier, foi de 1.750\$434 rs, sendo 1.338\$789 referente à louça e 411\$645 o valor relativo à matéria-prima e utensílios. Em virtude deste contrato, João Nogueira adquire por 1.081\$040 rs a quota do seu antigo sócio, a qual será paga por intermédio de letras e pelo espaço de 12 meses, em virtude de também este não pretender receber o pagamento em géneros.

No ano de 1817 a Junta do Comércio inclui esta fábrica no seu inquérito como pertencente a João Bernardo Guedes, cujo privilégio seria renovado a 17 de Dezembro de 1817. Nela trabalhavam um mestre, oito oficiais, quatro aprendizes e dois serventes, que preparavam de trinta a quarenta forradas de louça por ano¹²¹. Dez anos volvidos, em 1826¹²², na posse de João Nogueira, estavam a trabalhar separadamente as duas fábricas, empregando a de pó de pedra o mesmo número de pessoas antes mencionado, a que se acrescentavam, na de faiança, um mestre, quinze oficiais, oito aprendizes e dois serventes. Vendia apenas para o reino e essa parecia ser a maior limitação desta indústria que tentava reorganizar a produção. As queixas nos anos seguintes centram-se de facto na grande quantidade de louça em armazém, empate que em 1828 chegava aos 15 000\$000 rs e nos dois anos seguintes rondava os vinte contos¹²³.

A fábrica do Cavaquinho, grandemente prestigiada, parece ter mergulhado na década de trinta, mais uma vez, em crise, tendo sido sucessivamente arrendada pelo novo proprietário que a herdou, o Conde de Sarmento¹²⁴, até a vender a Joaquim Nunes da Cunha, um industrial do ramo que vira em 1858 a sua fábrica da Fervença ser desmontada para dar passagem à nova estrada de ligação à ponte sobre o Douro¹²⁵.

É este proprietário que a explora em 1881, por ocasião do Inquérito, mas pouco depois teria falecido, sucedendo-lhe à frente da empresa a viúva e o filho¹²⁶, em 1884, sob a firma Margarida Rosa Nunes & Filho¹²⁷, dissolvida em 1889¹²⁸. Em resultado desta operação a nova unidade toma a designação de Viúva de Joaquim Nunes da Cunha e a viúva assume por inteiro a responsabilidade da gestão bem assim como todo o activo e passivo da anterior sociedade. No entanto e por processo judicial de inventário foram os terrenos e mais pertences divididos entre os descendentes. Desta forma, Maria de Jesus Nunes Macedo, filha de Margarida Rosa Nunes, e o seu marido Tomás da Silva Macedo, vendem a Alberto de Almeida Lucas, empregado comercial, em 21 de Janeiro de 1897, «a quarta parte do prédio, terreno e pertencas onde existe uma fábrica de louça, no sitio do Caes do Cavaco»¹²⁹. Finalmente, já perto do fim do século, possuíam-na o filho e seus descendentes, tomando a sociedade a designação de Luiz Nunes da Cunha & C^a. Assim a conheceu Charles Lepierre¹³⁰ que diz «o edificio compõe-se de tres corpos proximos e a niveis diferentes, n'uma area de 100 metros quadrados aproximadamente; dois dos corpos têm dois pavimentos e o outro é um alpendre destinado a deposito e preparo dos barros.... o forno que funciona é de dimensões regulares e o combustivel é lenha. Tem mais dois fornos para faianças e outros dois para louça de pó de pedra, que estão abandonados. Tem 7 moinhos movidos por um pequeno motor a vapor da força de 4 cavallos; 10 rodas. Emprega 30 operarios adultos com salarios de 400 a 500 réis e 6 menores com 100 a 160 réis». Inglória decadência para esta Real Fábrica, que encerrou para as suas instalações pasarem a albergar outras indústrias¹³¹.

121 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

122 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

123 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

124 — VALENTE, Vasco - *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1950, p. 115 - 116

125 — AZEVEDO, João Antonio Monteiro de - *Descrição topographica de Villa Nova de Gaya e da festividde, que em acção de graças pela restauração de Portugal se celebrou na Igreja matriz em 11 de Dezembro de 1808. Acrescentada com muitos additamentos, e noticias interessantes sobre a sua historia por Manoel Rodrigues dos Santos*, 2ª ed., Porto, Imprensa Real, 1881, (2ª reimpressão, Vila Nova de Gaia, Rocha/artes gráficas, 1995), p. 184 - 185.

126 — Este possui em exclusivo o estabelecimento de olaria que existe próximo da fábrica de louça.

127 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5º, 7ª série, lv. 117, fl. 25.

128 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5º, 7ª série, lv. 139, fl. 60v.

129 — A.D.P. - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5º, 7ª Série, lv. 183, fl. 64-66.

130 — LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 106 - 107

131 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882, p. 563; VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António doVale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936, p. 64.

3.4. Fábrica de Santo António do Vale de Piedade

Embora seja noticiado pelos ceramólogos que esta fábrica foi construída em Vila Nova de Gaia, na quinta de Vale Piedade, entre 1790 e 1792, pelo genovês Jerónimo Rossi¹³², vice-cônsul da Sardenha no Porto, porque este só naquela data arrematou a propriedade em praça pública, temos que considerar a existência de uma outra unidade precedente, ainda que eventualmente para fabrico experimental, pelo menos desde 25 de Junho de 1784, data do Alvará indicada pelo proprietário ao inquérito sobre as fábricas feito em 1788¹³³, que coincide também com a notícia da contratação de um mestre de vidro e pintura e outro para casa da roda¹³⁴.

Pelo novo imposto lançado sobre as fábricas em 1801 sabemos que Rossi exportava bastante para a América¹³⁵, tendo como os demais sofrido um importante golpe com as perturbações causadas pelas invasões francesas e pela posterior abertura dos mercados nacional e ultramarino aos produtos ingleses. Diz-nos o auto de exame de 1804¹³⁶ que empregava trinta e nove pessoas.

A fábrica, depois de nomeada como herdeira Dona Joana Rossi em 1813¹³⁷, continuava em usufruto do fundador, estando em 1814 em *meia decadência*. Mesmo assim ocupava vinte e cinco trabalhadores, e «*emprega generos deste país: barro branco, dito azul, aréa, lenha, sal, raspa de cobres. Generos de fora do reino: chumbo em barra, estanho em barrinhas, antimónio, fezes de ouro, esmalte, safra, azarcão, nitro, sal de limo, tutia, roxo morado, capa rosa, sombra de colonia. Fabrica prato e tijela fina, e de carregação de todos os lotes, supeiras, bispotes de diferentes tamanhos, canecas de bojo, e direitas de diferentes tamanhos, bacias e salvas maiores e menores, aparelhos de chá e xicolate, bazos para flores, ditos para boticas, talhas e outras variedades havendo que dellas faça emcomendas. Seu consumo no reino e para o Brasil. Estado da fabrica em meia decadência*»¹³⁸. A melhor descrição que dela temos para os seus primórdios é, no entanto, a de um auto de exame por parte do Superintendente do Tabaco e da Alfândega, feito em 15 de Abril de 1818 (semelhante a outro de 1814¹³⁹) a pedido do proprietário para obter isenção de direitos na importação de chumbo e estanho e outros produtos para consumo na fábrica: «*fazendo-se o dito exame, se achou constar de huma grande propriedade, e dentro della estabelecida a mesma fabrica, a qual se compoem de tres grandes fornos= sete rodas= hum engenho para moer vidro= huma caza de pintura= varios armazens=hum escritorio, ocupando-se nestas manufacturas hum administrador; hum mestre de roda com quatro officiaes; quatro trabalhadores; tres forneiros; tres trabalhadores dos mesmos; hum em moer vidro; tres officiaes para a pintura; e hum trabalhador*»¹⁴⁰.

Morto Jerónimo Rossi em 1821, as filhas continuam a explorar a fábrica e pedem a renovação do Alvará de 25 de Junho de 1784¹⁴¹, que obtêm através da provisão de 12 de Março de 1825. Nessa ocasião a fábrica teria passado a ser explorada por Francisco da Rocha Soares, de Miragaia, produzia cerca de 5 000 dúzias de peças, contava com o trabalho de três mestres, cinco oficiais, quatro aprendizes e treze serventes, consumindo 100 carradas de barro de Lisboa, 4 viagens de areia de Coia, 160 arráteis de chumbo, 30 arráteis de estanho e mais de mil centos de carqueja. Vendia no reino e para o Brasil¹⁴². Assim se manteve até 1833, quando entrou numa nova fase de exploração.

132 — VALENTE, Vasco - *Jerónimo Rossi, fidalgo ceramista*. Porto, 1931

133 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12.

134 — SANDÃO, Arthur de - *Faiança portuguesa séculos XVIII e XIX*, vol. 2, Lisboa, Livraria Civilização, 1976, p. 147.

135 — AN/TT - Junta do Comércio, lv. 5368.

136 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

137 — VALENTE, Vasco - *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1850, p. 199 - 203.

138 — AN/TT - Junta do Comércio, lv. 454

139 — «Achou-se primeiramente huma grande propriedade edificada em terreno proprio do suplicante, e dentro della erecta a mesma fabrica», a qual se compunha de três grandes fornos, sete rodas, um engenho de moer vidro, uma casa de pintura, um escritório e vários armazéns. Nela se empregavam vinte e uma pessoas, manipulando 110 quintais de chumbo e 22 quintais de estanho: ADP - Tribunal da Relação do Porto, 2ª Secretaria, pç 1021.

130 — ADP. - Tribunal da Relação do Porto, 2ª Secretaria, pç 1010.

141 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça.

142 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12.

A CERÂMICA PORTUENSE

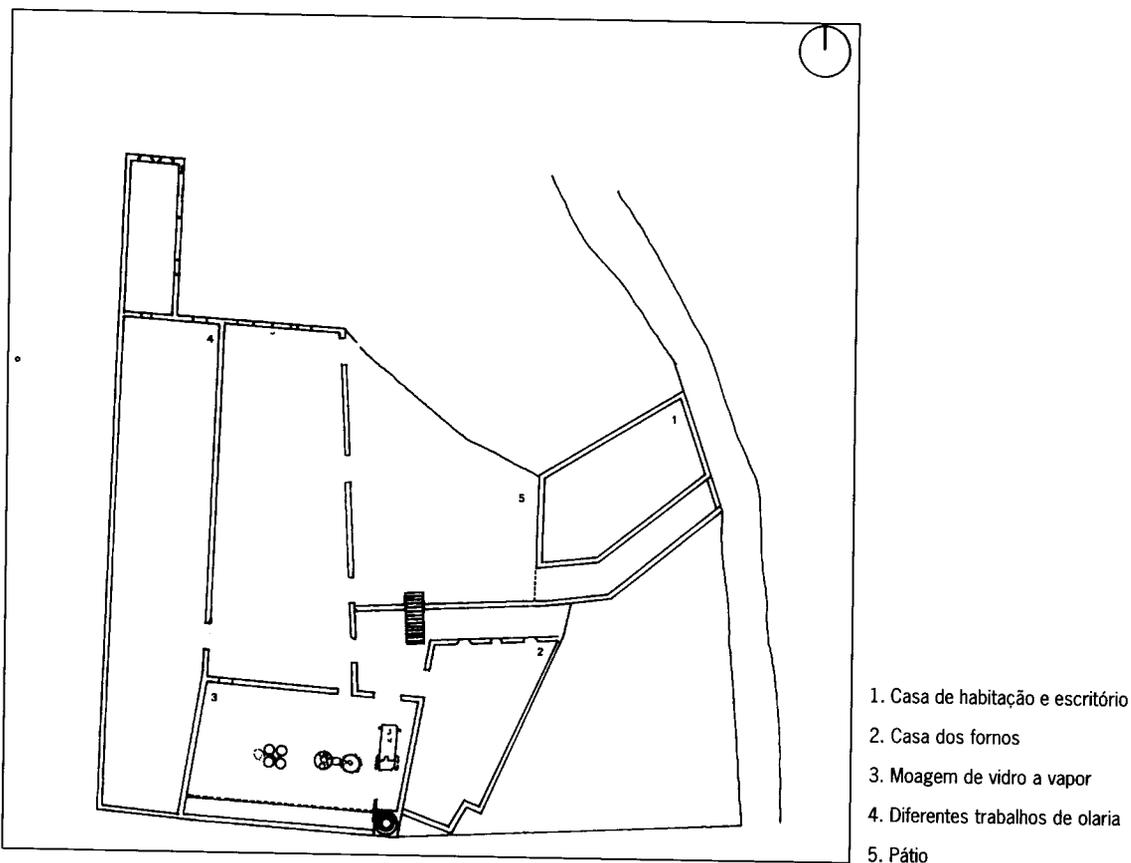


Fig. 12.1. - Fábrica do Vale de Piedade, na segunda metade do século XIX (Esc. apr. 1:800).

DISTRICTO DO PORTO - CONCELHO DE GAIA - FREGUEZIA DE SANTA MARINHA - LOGAR DE GAIA
RUA VITÓRIA DE CAMPOS N.º 10

PLANTA A QUE SE REFERE O REQUERIMENTO DE ANTONIO JOSE DA SILVA

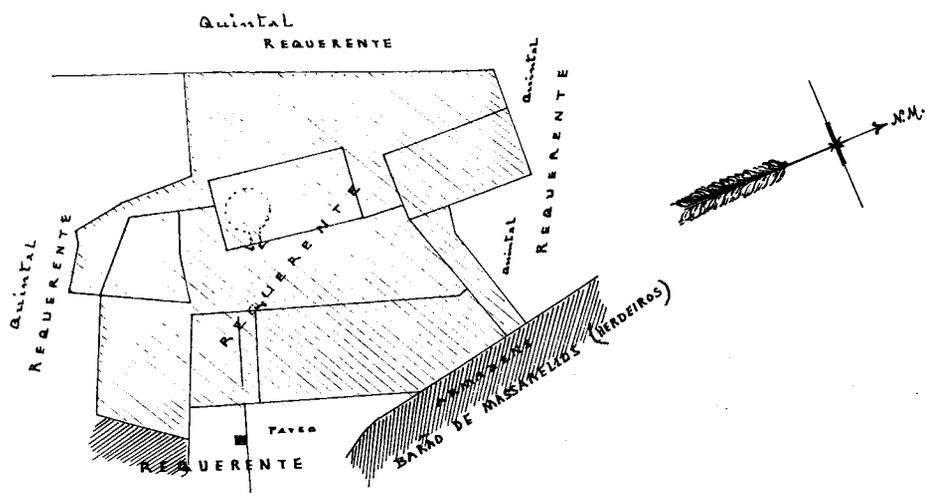


Fig. 12.2. - Remodelação das instalações de Vale de Piedade, no início do século XX (Esc. apr. 1:1000).



Fig. 13 – Localização e estado actual das instalações da Fábrica do Vale de Piedade.

Depois das guerras liberais esta fábrica de louça foi em 1834 arrendada, com os seus utensílios, a uma sociedade em que entrava João de Araújo Lima¹⁴³, um dos industriais mais dinâmicos da sua época, fundador da Associação Industrial Portuense e o grande organizador da Exposição Industrial de 1861, ainda que tenha morrido nas vésperas da sua inauguração. Logo no ano imediato a propriedade de Vale de Piedade, incluindo a fábrica, muda para a posse de Joaquim Augusto Kopke, sem quebra do anterior contrato de arrendamento¹⁴⁴. Aliás, o arrendatário acaba por a adquirir em 1842, e também a azenha de moer o vidro, com o seu armazém¹⁴⁵, reconstituindo assim o complexo produtivo inicial.

Araújo Lima parece ter-lhe imprimido grande desenvolvimento, contratando pelo menos um mestre da Vista Alegre, e concorrendo tanto em louça de forma como em louça de pó de pedra, azulejo e telha pintada com as suas rivais de Miragaia e Cavaquinho. Inaugura ainda o fabrico de grés, ao que tudo indica em colaboração com Veríssimo Álvares Pereira, que tinha a respectiva patente desde 1847. A fábrica acolheu em 1852 muitos operários especializados que deixaram a unidade de Miragaia quando esta encerrou, ocupando então noventa e cinco homens e dezassete menores¹⁴⁶. Foi então construído um forno com várias alturas para diferentes cozeduras e depois introduzida uma máquina Clayton¹⁴⁷.

Posteriormente à morte de Araújo Lima (1861), já sob a direcção de João do Rio (seu cunhado) introduziram-se modificações que levaram à produção de peças de ornamentação em relevo para interiores e exteriores, nomeadamente artefactos para jardins. Aqui realizou Soares dos Reis algumas das suas esculturas mais significativas. A sua produção era marcada por grande diversidade, que incluía, para lá dos tipos citados, louças de mesa e sanitárias.

O Inquérito Industrial de 1881 apresenta esta fábrica ainda como um estabelecimento de manufactura, descrevendo-a como um edifício sobranceiro ao Douro, encravado entre as casas, de acesso íngreme, do tipo de habitação comum, desenvolvido em altura por três andares, organizando-se a produção de cima para baixo: nos vãos do telhado ficavam estufas de seca, oficinas de formaria e depósitos, no terceiro andar as oficinas de fabrico de louça, tendo apenas tornos ou rodas comuns, no segundo a prensa para fabricação de azulejos, no primeiro as oficinas de pintura e vidragem. Havia apenas um forno central, com duas câmaras sobrepostas, com abertura ao nível do primeiro andar. O transporte interno era apenas o braçal, utilizando as escadas, como braçais eram todos os equipamentos, indignando-se o inquiridor quando o fabricante «*diz que não sente necessidade de alterar o existente, nem sabe que outras máquinas devesse empregar*». Por ali se acotovelavam 148 operários (6 mulheres e 22 rapazes). Em suma, «*uma péssima instalação*», para quem já se habituara a perspectivar a instalação fabril com outras exigências. E no entanto havia um lucro declarado de 15%, número que suscitou dúvidas ao inquiridor¹⁴⁸. A versão que outro contemporâneo dá deste estabelecimento é oposta à precedente. Pinho Leal¹⁴⁹ caracteriza a fábrica como uma das melhores do reino, instalada em edifício vasto, construído expressamente, com as paredes em granito revestidas na frontaria por azulejos da própria fábrica, bem iluminado por trinta janelas e com boa ventilação. O afastamento do rio seria uma garantia contra as inundações em tempo de cheia. Dispunha já de uma máquina a vapor fabricada na Fundação do Ouro.

143 — VALENTE, Vasco - *Jeronimo Rossi, fidalgo ceramista*. Porto, 1931, p. 94 e segs; VALENTE, Vasco - *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1950, p. 204 - 206.

144 — VALENTE, Vasco - *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1950, p. 206 - 215.

145 — VALENTE, Vasco - *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*. Porto, Livraria Fernando Machado, 1950, p. 220 - 224.

146 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12.

147 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)». *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882; AZEVEDO, João Antonio Monteiro de - *Descripção topographica de Villa Nova de Gaya e da festividade, que em acção de graças pela restauração de Portugal se celebrou na Igreja matriz em 11 de Dezembro de 1808. Accrescentada com muitos additamentos, e noticias interessantes sobre a sua historia por Manoel Rodrigues dos Santos*, 2ª ed., Porto, Imprensa Real, 1881, (2ª reimpressão, Vila Nova de Gaia, Rocha/artes gráficas, 1995), p. 184.

148 — *Relatorio apresentado ao Ex.c.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 295 - 297.

149 — LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal Antigo e moderno. Diccionario...*, v. 10, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1882, p. 78.

Em 1883 (3 de Março) constituiu-se uma sociedade tripartida, com o capital de 12500\$000 rs, cujo objectivo foi comprar todas as propriedades da fábrica e dinamizá-la, mas o sócio indicado para administrar e assumir a direcção técnica (A. Monteiro) saiu da sociedade cerca de seis meses depois. Ficaram os dois restantes (Augusto Leite & Seabra), mas a previsão de 20 anos para duração do contrato não se concretizou: terá durado apenas três, não obstante estes sócios, que eram também fornecedores da fábrica, cederem as respectivas comissões pelo fornecimento de matéria-prima e até o privilégio do fabrico de botijas de grés de que um deles era titular por contrato¹⁵⁰.

Depois de vários arrendamentos, ardeu em 1886, indo alguns dos seus operários para as Caldas, por iniciativa de Feliciano Bordalo Pinheiro. Foi um ano depois adquirida e reconstruída por António José da Silva, entrando assim em nova fase de laboração.

Charles Lepierre¹⁵¹ conheceu a fábrica de Vale Piedade já na posse de Silva & Silva, a partir de 1897, reconstruída e ampliada, empregando de setenta a oitenta operários. O edifício compunha-se de dois corpos a níveis diferentes, com cerca de 300m², tendo no pavimento térreo o depósito, a base do único forno, circular, e a área de pintura, as rodas, oficina de modelação e a secagem. No segundo corpo preparavam-se os barros e secava-se a louça. Nesta época já tinham desistido do fabrico de grés por incapacidade de fazer frente à concorrência da Fábrica das Devesas. Afastadas, em Quebrantões, ficavam as moagens do vidro. A sociedade que a explorava transformou-se em 1902¹⁵², introduziu antes de 1912 um motor de gás pobre com a força de 15 cv¹⁵³, continuando a renovar-se¹⁵⁴ e a laborar até ao dealbar dos anos trinta.

3.5. Fábricas da Afurada

Pequena fábrica surgida em 1789 no lugar do Lazareto, Afurada / Gaia, por iniciativa de Joaquim Ribeiro dos Santos, antigo oficial da fábrica do Cavaquinho. Nunca atingindo grandes dimensões, terá suspenso o funcionamento durante as invasões francesas, para reabrir por 1830¹⁵⁵. Na *Carte topographique des lignes d'Oporto*, do início da década de trinta, podemos localizar o Lazareto, que servira de referência. Mais ainda, nela se regista um estabelecimento fabril, *Fabrica de D. Rosa*, sem que no entanto o possamos relacionar com a fábrica de louça que agora nos interessa e que sabemos ter perdurado pelo menos até à década de setenta.

Em 1806 a Junta do Comércio¹⁵⁶ indefere um pedido de Teixeira Pinto e Rebelo e Joaquim Teixeira de Sousa para instalarem na Afurada uma fábrica de louça. O processo arrastava-se desde 1802¹⁵⁷, quando estes mesmos dois negociantes haviam requerido o estabelecimento de uma fábrica de louça em Campanhã, para produzir louça grossa semelhante à de Coimbra, artigo a que as demais fábricas da cidade não se dedicavam e que tinha grande procura, sendo difícil o seu transporte sobretudo no inverno. Obtida a licença, vemos estes dois homens três anos depois a solicitar que a mesma seja válida para o lugar da Afurada, visto ainda não terem conseguido terreno capaz em Campanhã. Mas a Junta nega esta segunda hipótese de localização, acusando os requerentes de quererem apropriar-se do forno de cal aí existente em terreno público, estabelecido por Francisco de Almada Mendonça para abastecer as obras da cidade. Insiste para que construam a fábrica em Campanhã, como lhes havia sido concedida, ao que os interessados voltam a replicar com a escassez de terrenos disponíveis. A falta de notícias posteriores sugere que este empreendimento acabou por não ser concretizado.

150 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 644, fl.77; ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, Lv. 647, fl. 92.

151 — LEPIERRE, Charles - *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 106 - 106.

152 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 776, fl.24.

153 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 21 - 22.

154 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mc. 1448.

155 — OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de cerâmica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915. Breves estudos*. Porto, Tip. O Commercio do Porto, 1920, p. 173; VITORINO, Pedro - *Cerâmica Portuense*, Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 36 - 37; Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto - *30 anos de actividade corporativa. 1937 - 1967*. Vila Nova de Gaia, S.N.O.I.C.O.C., 1967; *História da Cerâmica em Gaia*. Vila Nova de Gaia, Casa-Museu Teixeira Lopes: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1990, p. 19.

156 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

157 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

Segundo Joaquim de Vasconcelos e Luís A. Oliveira¹⁵⁸ numa fábrica na Afurada trabalharia, entre a década de trinta e a de sessenta, Jerónimo Gomes, barrista que fazia figuras de costume por enxacote, para além da faiança. Era proprietário da fábrica Albino Maximiano Gomes de Almendra, da freguesia de Vilar de Paraíso, que em 1867 encontramos a fazer sociedade com Manuel Rodrigues, de Coimbrões, a fim de fabricar louça. O primeiro autorgante ficava como sócio capitalista, entrando com um conto de réis, enquanto que o segundo, certamente um profissional, participava com os seus conhecimentos e trabalho, dirigindo a produção, sem direito a salário. Dos lucros, 2/3 iriam para Albino Maximiano Gomes de Almendra e 1/3 para o outro sócio¹⁵⁹.

O terreno no qual se instalara a fábrica fora vendido por José Augusto Cardoso de Castro, em 1861 (Set., 18), a António Nicolau da Silva, residente no Rio de Janeiro, Brasil. Este passa em 1871 (Fev., 8)¹⁶⁰ a fábrica, fechada desde 1866, para João do Rio Junior, António Rodrigues de Sá Lima, Tomás Nunes da Cunha, Joaquim Nunes da Cunha e Angelo da Silva Macedo, grupo que reunia nem mais nem menos do que os proprietários das principais fábricas de cerâmica do Porto e de Vila Nova de Gaia, certamente mais interessados em eliminar definitivamente este pequeno concorrente do que em injectar nova vida ao estabelecimento, uma vez que imediatamente (1872, Out., 4) o vendem a João Henrique Andressen, por 1 200\$000 rs¹⁶¹. Tratava-se de «*uma propriedade ...sita no lugar d'Afurada, freguezia de Santa Marinha desta Villa, cuja propriedade se compoem de cazas sobradadas, e terras contiguas, e aquellas com suas lojas, e bem assim a fabrica de fazer louça com todos os seus aprestes bem como o terreno adjacente pelos lados do Sul e Nascente cujo terreno tem desde o cunhal da caza pelo lado do Norte, athe um marco, quinze metros e quarenta centimetros, e d'ahi pelo lado do Nascente athe outro marco em linha recta ao caminho tem cincoenta e cinco metros e deste marco athe tocar na parede junto do cunhal do portal, pelo lado do Sul quatorze metros e trinta centimetros; pelo lado do Norte chega athe ao caminho junto do Rio Douro; confronta toda esta propriedade pelo Sul com o monte do Doutor Anthero Albano da Silveira Pinto, do Nascente com elle vendedor, e Poente com propriedade de José Augusto Cardozo de Castro; tem por este lado um pequeno tanque, e agua corrente de uma mina pertença desta propriedade vendida; e toda esta propriedade é de natureza enfiteutica, e deste praso é Senhoria directa a Illustrissima Câmara deste concelho, sendo o seu laudemio de quarentena, e o dominio enfiteutico pertence ao dito Jose Augusto Cardozo de Castro; e o foro anol imposto nesta propriedade é de quatro mil reis*»¹⁶².

3.6. Fábrica das Regadas

José dos Reis & C.^a, homens de negócio da cidade do Porto, dirigem-se em 1811 à Junta do Comércio para que esta autorize a abertura de mais uma fábrica de louça, porque a que se conseguia nos quatro estabelecimentos da cidade não era suficiente para o consumo do reino e para a exportação¹⁶³. Falecido o capitão José dos Reis (do lugar do Monte, Santa Marinha) em 1813, André de Castro, seu sócio, continua com a fábrica e, para melhor assegurar a manutenção do labor, pede à Junta que transfira para seu nome o alvará antes emitido. O exame ao local, realizado a 1 de Junho de 1818, descreve o estabelecimento dizendo que está erecto em terreno do próprio, e que consta de um grande forno e outro mais pequeno de calcinar vidro, a cargo de um forneiro e dois aprendizes, tem duas rodas em que se ocupam dois oficiais e um aprendiz, uma casa de pintura com dois pintores e um aprendiz e ainda um armazém separado com muita louça, em que esta é encaixotada. Nela trabalhavam ao todo o dono e administrador, um mestre, dois trabalhadores e oito rapazes¹⁶⁴.

158 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882, p. 562; OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de cerâmica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915. Breves estudos*. Porto, Tip. O Commercio do Porto, 1920, p.173

159 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 12º, lv. 26, fl. 52.

160 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 12º, lv. 36, fl.14v - 15.

161 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 597, fl. 65 - 65v. QUEIRÓS, José - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, 2º ed., Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 122; VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 36 - 37; VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936, p. 17

162 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 12º, lv. 36, fl.14v - 15.

163 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

164 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

3.7. Fábrica da Rasa

Esta fábrica, que não localizamos com exactidão, existiria segundo José Queirós, a quem Pedro Vitorino¹⁶⁵ secunda, desde os finais do século XVIII. De momento documentamos na Rasa uma unidade que entrou em funcionamento na primeira década do século XIX.

Pertencia a João Henriques de Magalhães & C^a ¹⁶⁶, comerciantes do Porto, que, em 1804, alegam perante a Junta do Comércio que tinham descoberto novas técnicas para depurar os barros e estampar a louça, experiências que desenvolviam há dois anos por sua conta, pelo que pediam para estabelecer uma fábrica à qual fosse atribuído o exclusivo destas produções. Não se fez esperar a contestação de Domingos Vandelli, não só evocando os produtos saídos da sua fábrica como o direito ao exclusivo para as províncias do Norte, sugerindo que os pretendentes fossem estabelecer-se para outra região. Mais, acusava-os de terem aliciado um oficial que fora da sua fábrica. Perante o dilema, a Junta realiza um auto de exame aos quatro estabelecimentos existentes na cidade e às suas produções, concluindo que a nova empresa, Magalhães & C^a, fabricava com melhor qualidade e mais barato, sendo-lhe por isso concedida nos finais de 1808 licença, mas não o exclusivo, não devendo temer o exclusivo já existente no Cavaquinho. O auto de exame registou: «1804, aos 18 de Outubro, presente João Henriques de Magalhães, no estabelecimento da fabrica de louça e dos 2 fabricantes Francisco Pereira Barbosa e João José Bandeira que tão somente se ocupão e trabalham nelle, hua roda de fazer louça de varias formas e modellos, dous piquenos fornos, de experiencias de preparação do vidro e gesso, outro mayor de cozer a louça, duas piquenas rodas com suas pedras de moer o seixo, e vidro á mão, e diferentes qualidades de argila e pederneira, prepara a cal, ou no seu estado natural e de que tudo se achou louça fabricada com vidro ou sem ele das seguintes qualidades 1^a louça amarella pintada, e vidrada que os ditos fabricantes declararão ser feita do barro ordinario de Ovar composto com outro branco extraido nas vezenhanças deste estabelecimento, que mais fina e polida que a de Ovar, Aveiro, Coimbra e Prado que se vendem no Porto = 2^a louça preta, e emcarnada, sem vidro, que declararão ser simplesmente do barro de Ovar, com a composição de varias tintas e pedras e se asemelha a louça preta da mesma qualidade que vem de Inglaterra. = 3^a Louça a que vulgarmente chamam de pó de pedra, estampada que declarão ser fabricada de argilas de Alvaraens e Soure, composta com o pó de pederneira ingleza, calcinada e muida e de areyas de Coima, destrito de Lisboa, cuja louça parece igualmente feita da mesma qualidade de que a fabricada na Fabrica do Cavaco e tem demais que ella o ser estampada depois de cozida em lugar do que na dita fabrica somente se costuma fazer pintada sobre o vidro antes da ultima cozedura ou rajada de cores naturaes ou simplesmente branca e da mesma materia desta e da precedente qualidade se achavão varias figuras vidradas e pintadas, tudo feito e fabricado, assim como o preparado barro, tintas, pinturas, formas, modellos, e estampas pellos ditos dous officiaes Francisco Pereira Barboza e João Joze Bandeira, que declararão acharsse neste estabelecimento por conta e a despezas do dito João Henriques Magalhães e Companhia, ha couza de vinte mezes tendo vindo para elle depois de ser acomodados da referida fabrica do Cavaco, onde declarou terem aprendido o dito Francisco Pereira Barboza e o dito João Joze Bandeira que aprendeu na Fabrica de Rossara do que tudo se fez auto» ¹⁶⁷.

Quanto à fábrica de louça de Francisco Pereira Barbosa (que tinha sido oficial do Cavaquinho e depois da fábrica anteriormente referida), com Provisão de 5 de Fevereiro de 1819 ¹⁶⁸, tratava-se certamente da mesma unidade, ainda com reduzidas dimensões pois nesse ano empregava somente um mestre, dois oficiais, dois aprendizes e dois serventes, consumindo na sua laboração 4 arrátéis de chumbo, 1 arrátel de estanho e 18 carradas de barro, quantitativos que pouco oscilaram nos dois anos seguintes, acrescidos das viagens de areia que no primeiro ficaram esquecidas.

165 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica Portuguesa*. Gaia, Ed. Apolono, 1930, p. 47.

166 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

167 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

168 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

3.8. Fábrica da Fervença

Constituiu o ponto de partida da família Nunes da Cunha na cerâmica portuense. Foi criada segundo alguns autores em 1824, junto à cerca do convento da Serra do Pilar, em casa alugada, depois adquirida pelo fabricante, dedicando-se à produção de louça e azulejos.

Manuel Nunes da Cunha pede licença em 1826 para estabelecer uma fábrica de faiança no sítio da Mesquita, em terreno arrendado. Para a sua efectivação contava, como sócio, com José Fernandes Cruz, oficial que fora da fábrica do Cavaquinho¹⁶⁹. A vistoria realizada em Novembro do mesmo ano encontrou uma grande propriedade de casas por acabar, com quatro janelas de peitoril do lado Norte e outras quatro do lado Sul, quatro grandes lojas que servem para estabelecer as oficinas da fábrica, uma boa cozinha e no 1º andar uma boa sala e quatro quartos divididos por madeira. Ao lado da casa estava principiada uma fonte e um tanque de cantaria¹⁷⁰. Em 31 de Janeiro de 1827 a fábrica obtém o desejado alvará, nela trabalhando, no ano seguinte, um mestre, sete oficiais, dois aprendizes e dois serventes¹⁷¹.

Também esta fábrica da Fervença integrou o depósito geral da rua da Esperança, parecendo estar o estabelecimento a crescer no princípio dos anos cinquenta, empregando dezanove homens e seis menores¹⁷².

Foi parcialmente expropriada e destruída em 1858 pela nova estrada que atravessou Vila Nova de Gaia (rua General Torres), o que levou um dos filhos do fundador, Joaquim Nunes da Cunha, a abandoná-la e a transferir-se para a Fábrica do Cavaquinho, em 1860, facto lamentado na época: *«he pena que esta fabrica tenha de ser eliminada da industria fabril desta Villa pela nova estrada que segue pello centro della, em razão de lhe destruir algumas officinas, e o forno grande, que he uma peça de muito merecimento pela sua optima construção»*¹⁷³.

3.9. Fábrica do Monte Cavaco

Deveu a sua origem, segundo vários autores, ao ex-frade Gualter da Piedade Queirós, que entretanto passara a ordens seculares. Viajando para o Brasil, em 1818, onde foi recolher a herança de um parente, no regresso decidiu investir no sector, começando por estabelecer uma fábrica de cal, em sociedade, no lugar do Cavaco, pouco depois abandonada e que evoluiu para uma fábrica de louça, mais tarde transferida para o monte da Afurada¹⁷⁴.

No Monte Cavaco instala Antonio Nicolau de Queiroz & Filho, em 1824, uma fábrica de louça para a qual solicita a necessária provisão, que lhe é passada a 11 de Julho do mesmo ano depois de prévio exame em que se verificou serem os requerentes proprietários de um grande pedaço de terra, junto ao rio Douro e ao antigo cemitério dos ingleses, onde já se achava principiada a casa para a fábrica, com quatro janelas sobre o rio e ao lado uma mina de água¹⁷⁵. Dois anos volvidos trabalhavam nela dois mestres, seis oficiais, quatro aprendizes e dois serventes, consumindo já 120 barcos de barro, 30 barcos de barro azul, 20 barcos de barro para caixas e consertos do forno, 1 barco de areia de Coina, 180 arr de chumbo, 38 arr de estanho, 240q de esmalte, 10q de safra, 4q de fezes de ouro, 2q de antimónio e 620 centos de carqueja. Com isto se produziam cerca de 500 000 peças por ano, vendidas no reino e no Brasil¹⁷⁶. Mais dois anos passados e a fábrica continuava a produzir bem, mas aparecem as queixas de que o mercado estava estagnado¹⁷⁷, continuando a firma

169 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

170 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

171 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

172 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

173 — AZEVEDO, João Antonio Monteiro de - *Descrição topographica de Villa Nova de Gaya e da festividade, que em acção de graças pela restauração de Portugal se celebrou na Igreja matriz em 11 de Dezembro de 1808. Accrescentada com muitos additamentos, e noticias interessantes sobre a sua historia por Manoel Rodrigues dos Santos*, 2ª ed., Porto, Imprensa Real, 1881, (2ª reimpressão, Vila Nova de Gaia, Rocha/artes gráficas, 1995), p. 185.

174 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882; VITORINO, Pedro - Cerâmica portuense. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 42 - 43.

175 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

176 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

177 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

a designar-se Antonio Nicolau de Queiroz & Filho pelo menos até 1830. Nos inquéritos de 1852 e 53 aparece já como titular o Padre Gualter Queirós, empregava então trinta homens e cinco menores¹⁷⁸.

Pouco antes de falecer e já crivado de dívidas, chegando mesmo a hipotecar a propriedade em que habitava para obter 500\$000 rs a juros¹⁷⁹, Gualter Queirós estabeleceu, em 10 de Novembro de 1858, uma sociedade com João Nunes da Cunha, sob a firma Cunha & C^a, para exploração da fábrica, entrando ele com o edifício e equipamento e João Cunha com a sua agência e um conto de réis, devendo a dita sociedade ter uma duração de dez anos, ao longo dos quais os lucros seriam repartidos igualmente, retirando cada um 400 rs. diários. A caixa e a administração passavam a ser da responsabilidade de João Cunha¹⁸⁰. Entretanto desaparecido o Padre, a fábrica passa em 1861 ou 63 para a posse de Angelo da Silva Macedo, que a manterá até adiantada a década de oitenta¹⁸¹. O Inquérito Industrial de 1881 refere-a, classificando-a de pequena, mas não a descreve¹⁸².

No final do século Charles Lepierre noticiou esta fábrica, na posse da firma Nunes & Leite, instalada em «edifício bastante espaçoso, ocupando uma area de 150 metros quadrados aproximadamente, com dois pavimentos em boas condições de ventilação e luz...Tem um só forno e o combustível é chamiça. Motor a vapor¹⁸³ para 10 moinhos; 10 rodas»¹⁸⁴. Empregava quarenta pessoas.

Em 1908 volta a mudar de mãos, para a firma António Macedo & C^a, que aumentou o número de operários para cinquenta e um em 1912 e reformou o edifício¹⁸⁵. Em Outubro de 1918 os banqueiros Borges & Irmão, proprietários do terreno em que se encontrava instalada a fábrica, solicitam à Câmara de Gaia a reconstrução do imóvel «onde se encontra instalada a Fabrica de Louça de Antonio Macedo & C^a, fabrica que ardeu por completo¹⁸⁶». Juntamente com o pedido de licença foi apresentada a respectiva memória descritiva, a qual refere: «O projecto... comprehende não só a reconstrucção de um predio, destruido pelo incendio e situado á beira rio no local conhecido pelo Monte Cavaco e onde os Snrs Antonio Macedo & C^a tinham installado uma fabrica de Louça, como tambem uma parte nova annexa á antiga pelo lado poente do mesmo predio, onde se encontram dois vastos salões, sendo um ao rez do chão para a installação dos tanques de seccagem dos barros. Na reconstrucção projectou-se um novo forno em tudo semelhante ao antigo que será reconstruido.... Não servindo o predio para moradia do pessoal, não existem quartos nem aposentos particulares, a não ser os indispensaveis á laboração da mesma Fabrica».

A fábrica laborou até meados do século XX, sendo as suas instalações, paralisadas, desafectadas para a construção da Ponte da Arrábida.

3.10. Fábrica da Bandeira

Apontada por alguns autores como sucessora da fábrica da Rasa¹⁸⁷ e por outros como tendo estado sediada no Largo da Feira, em Santo Ovídio¹⁸⁸, sem que tenham sido aduzidos argumentos

178 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

179 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia, Po 5^o, DA, mc. 1, 12 de Maio 1853.

180 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 12^o, lv. 11, fl. 72 - 72v.; AZEVEDO, João Antonio Monteiro de - *Descrição topographica de Villa Nova de Gaya e da festividade, que em acção de graças pela restauração de Portugal se celebrou na Igreja matriz em 11 de Dezembro de 1808. Acrescentada com muitos additamentos, e noticias interessantes sobre a sua historia por Manoel Rodrigues dos Santos*, 2^a ed., Porto, Imprensa Real, 1881, (2^a reimpressão, Vila Nova de Gaia, Rocha/artes gráficas, 1995), p. 185.

181 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)», *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto*, Porto, 2 (11) 1882, p. 562; QUEIRÓS, José - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, 2^a ed., Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 116; VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*, Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 42 - 43.

182 — *Relatorio apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 298.

183 — A máquina a vapor fora instalada em 1891, tinha sido fabricada em França, segundo o sistema Pantin: GCP - *Fábricas e Estabelecimentos Insalubres*, mc. 1448.

184 — LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 107 - 108.

185 — GCP - *Fábricas e Estabelecimentos Insalubres*, mc. 1448.

186 — AGCMVNG - Pç. 304 S.M.

187 — LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 108-109, seguido por José Queirós e Pedro Vitorino.

188 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1^a Circunscção dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 32.

A CERÂMICA PORTUENSE

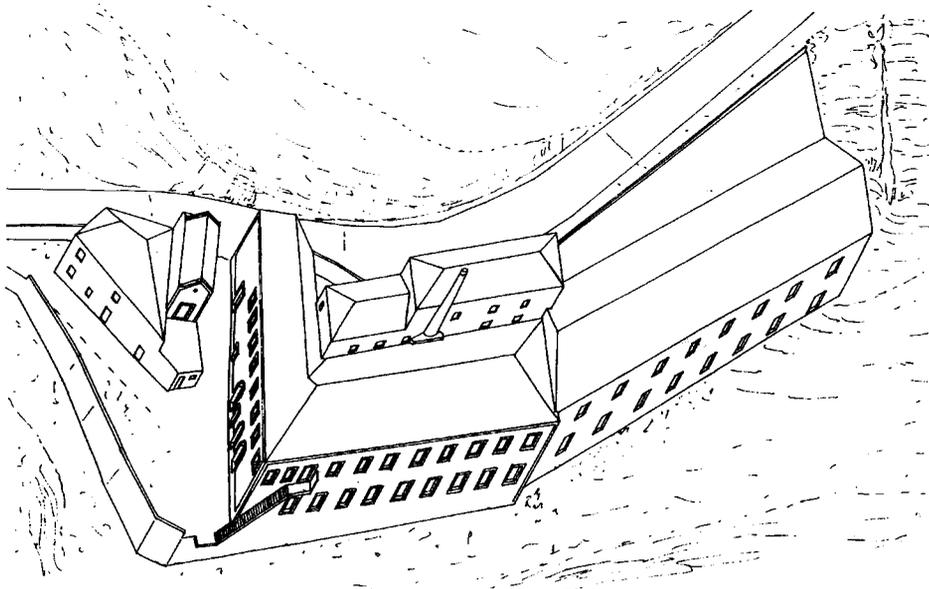
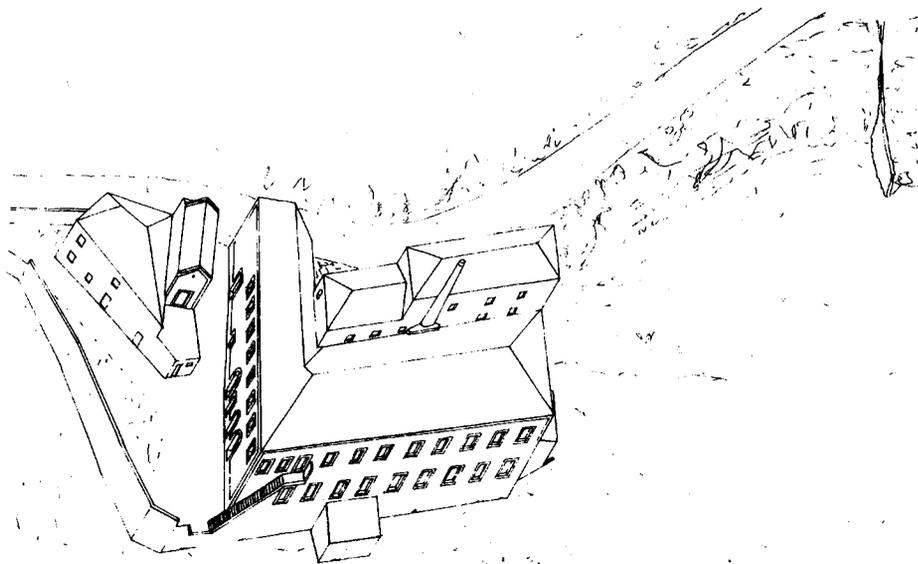


Fig. 14 – Perspectiva axonométrica da Fábrica do Monte Cavaco em 1845/98 e depois de ampliada nos inícios do século XX (Esc. apr. 1:1000).

PORTUGALIA

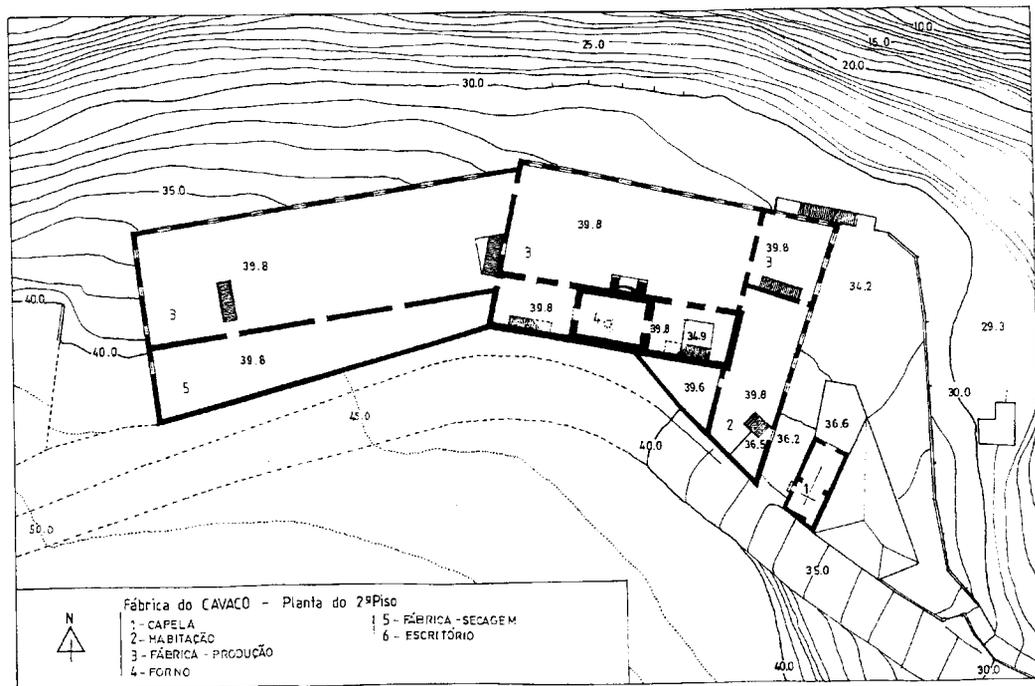
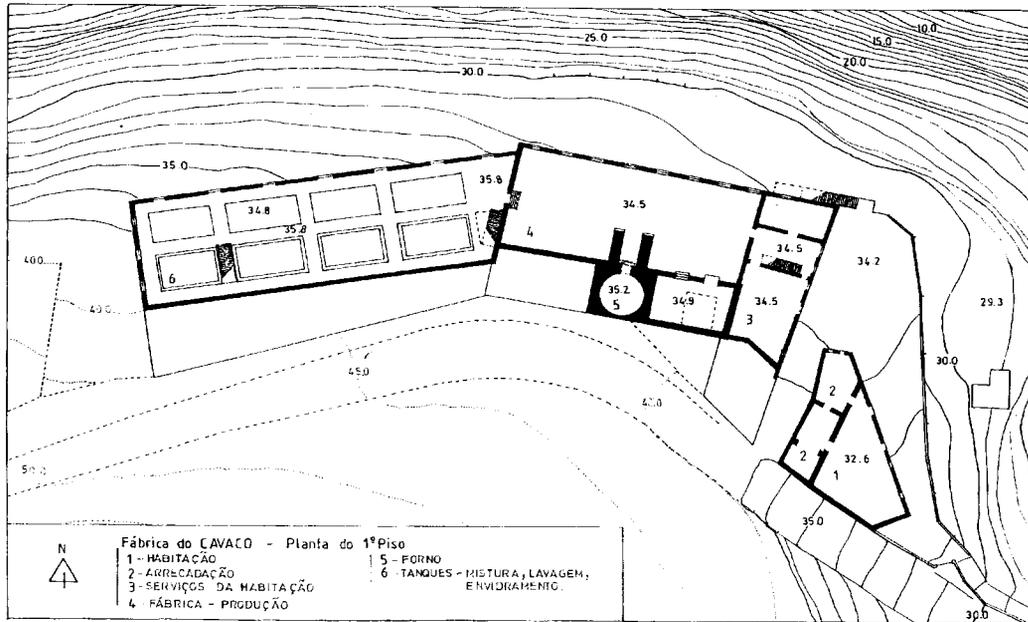


Fig. 15 - Planta da Fábrica do Monte Cavaco, depois da ampliação (Esc. apr. 1:1000).

A CERÂMICA PORTUENSE

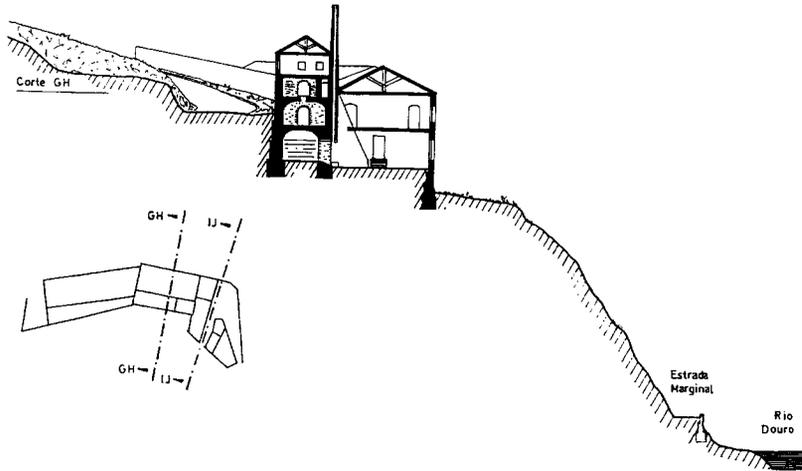


Fig. 16.1. – Postal ilustrado e perfil mostrando a implantação da fábrica do Monte Cavaco (Esc. apr. 1:800).

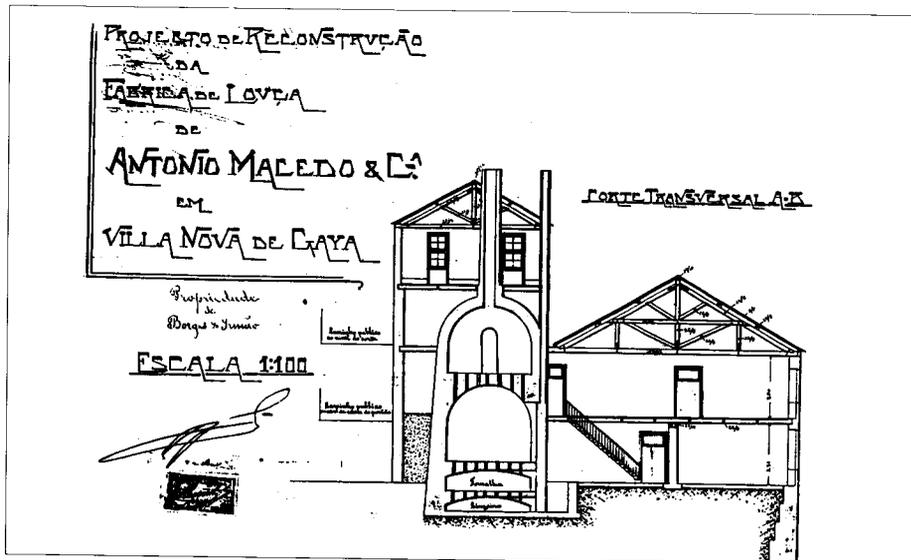


Fig. 16.2. – Projecto de reconstrução das instalações, pormenor do corte compreendendo o forno (Esc. apr. 1:375).
CMVNG - Arquivo Geral - P.O.P.

clarificadores, a Fábrica da Bandeira teria sido fundada em 1835 por Gaspar Gonçalves de Castro¹⁸⁹ no Largo do Mártir S. Sebastião, hoje Largo dos Aviadores, no extremo da Bandeira, início da rua que conduzia à igreja de Mafamude, agora rua Pádua Correia. Mais precisamente a fábrica ficaria no piso térreo do número 10¹⁹⁰, uma boa casa de habitação de três pisos, com a fachada recoberta de azulejos, que ainda ostenta as já pouco vulgares telhas de beiral pintadas e vidradas.

Ao anterior dono sucedeu na década de setenta a viúva e os filhos, com gerência de Candido Augusto de Sá Castro, que surge no Inquérito de 1881¹⁹¹ como proprietário da fábrica. Empregava então quinze homens (salários entre 260 e 550rs) e cinco menores (salários entre 80 e 120rs), os quais produziam louça no valor de 5 000\$000, sendo o capital orçado em 2 000\$000. Dez anos volvidos¹⁹² a situação alterara-se pouco, continuando esta pequena unidade, de um só forno, a laborar todo o ano, empregando quinze operários e quatro aprendizes. Charles Lepierre¹⁹³ informa que desde 1896 a fábrica passara de facto para a posse de Candido Augusto de Sá Castro, que continuava a trabalhar apenas com um forno de pequenas dimensões, de sistema português, aquecido a lenha, tendo seis rodas e empregando vinte operários, dos quais quatro menores (salários de 400 a 750rs para operários e 120 a 180rs para os menores).

Em 1912 Luís Ferreira Girão¹⁹⁴ deparou com esta fábrica na mesma situação, como anteriormente foi descrita, registando apenas a inovação de existir uma caldeira com a força de 4cv. Pouco depois teria encerrado definitivamente.

3.11. Fábrica das Palhacinhas

Estabelecida (nas Palhacinhas, rua Cândido dos Reis) por Bonifácio José de Faria e Costa, um brasileiro que em 1837 se dizia que habitava na fábrica da louça. Passou depois para a posse de André de Castro, que a teria encerrado transferindo a laboração para o estabelecimento que há muito possuía nas Regadas¹⁹⁵.

Possuímos no entanto um projecto para refazer a Fábrica das Palhacinhas já da segunda metade do século XIX, permanecendo a dúvida sobre a sua efectiva reconstrução¹⁹⁶.

3.12. Fábrica do Alto da Fontinha

Também conhecida por fábrica do Bairro Alto, sita na rua das Musas à Fontinha, Porto, era constituída por barracões em madeira, tendo sido iniciada em 1837 por Manuel Joaquim Gonçalves & Irmão, laborou efectivamente entre 1844 e 1860¹⁹⁷. Em 1845 esta fábrica era uma das que assistia no depósito geral das louças na rua da Esperança.

189 — OLIVEIRA, Luis Augusto de - *Exposição retrospectiva de ceramica nacional em Viana do Castelo no anno de 1915. Breves estudos. Porto, Typ. O Commercio do Porto, 1920, p. 135 - 136*; AZEVEDO, João Antonio Monteiro de - *Descrição topographica de Villa Nova de Gaya e da festividade, que em acção de graças pela restauração de Portugal se celebrou na Igreja matriz em 11 de Dezembro de 1808. Acrescentada com muitos additamentos, e noticias interessantes sobre a sua historia por Manoel Rodrigues dos Santos, 2ª ed., Porto, Imprensa Real, 1881, (2ª reimpressão, Vila Nova de Gaia, Rocha/artes gráficas, 1995), p. 185*

190 — Informação do proprietário, a quem desde criança disseram que naquela casa tinha funcionado a fábrica de louça.

191 — *Relatorio apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 298.*

192 — PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - *Inquérito Industrial de 1890, vol. IV ("Indústrias fabris e manufactureiras")*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

193 — LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 108 - 109

194 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscção dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 32.

195 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 49 - 50; *Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Offícios Correlativos do Distrito do Porto - 30 anos de actividade corporativa. 1937 - 1967*. Vila Nova de Gaia, S.N.O.I.C.O.C., 1967.

196 — GCP - *Fábricas e Estabelecimentos Insalubres*, mc. 1448.

197 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portugueza (subsídios historicos)», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882; VASCONCELLOS, Joaquim de - «Exposição de ceramica», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 3 1883, p. 316; *Cerâmica portugueza*, p. 562; VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 48 - 49.

A CERÂMICA PORTUENSE



Fig. 17 – Fábrica da Bandeira, estado actual.

Em 1854 a fábrica pertence a Joaquim Maria de Carvalho, que contrata um oficial morador em Miragaia, destinado à sua fábrica do Bairro Alto¹⁹⁸. Pouco depois constituiu sociedade com António Martins Laginha, ficando o primeiro a gerir a produção e o segundo com a caixa e administração das vendas.

3.13. Fábrica da Rua do Sol

Dispomos de vários documentos sobre esta fábrica de louça e cal que existia na rua do Sol, Porto, desde o início da década de trinta. Um contrato, levado a efeito em 1838 entre pai, António Luís Alves Viana, e filho, José Luís Alves Viana, que com ele morava e o ajudava na laboração¹⁹⁹. Este instrumento notarial refere, «duas fabricas uma de cal e outra de olaria estacionadas na rua do Sol, com grande trafico e laboração», explicitando ainda que o filho tinha sido contratado desde 1832, com o ordenado de 38.400 rs anuais além de comida, bebida, cama e vestuário.

Uma nova sociedade para explorar os três fornos de que dispunha a fábrica de louça e cal da rua do Sol, arrendada a José Luís Alves Viana, fez-se em 1876, entre Lino Soares Guedes e José Lino Soares Guedes, sob a firma Soares Guedes & C^a. O primeiro sócio entrava com o capital, até 4 contos à medida que fossem necessários, e o segundo com o seu saber e trabalho, para uma divisão final dos resultados por igual²⁰⁰. Teria encerrado no início da década de oitenta, com a dissolução da sociedade que se dedicava ao fabrico de cal, louça e gesso. Os resultados económicos não deveriam ser brilhantes; José Lino Soares assume por inteiro as responsabilidades do activo e passivo da empresa e no mesmo dia recebe de seu pai a quantia de 6 contos, por conta da sua legítima paterna.

3.14. Fábrica do Carvalhinho

É dada como tendo origem em 1840, mas o seu início é ainda discutível. Foi estabelecida na misteriosa e fantasmática quinta da Fraga, na zona entre as Fontainhas e a Corticeira, antiga propriedade dos Jesuítas. Serviram como primeiras instalações a capela do Senhor do Carvalhinho²⁰¹, com alguns barracões anexos, daí o nome²⁰². Propriedade de Tomás Nunes da Cunha e António Monteiro Cantarino, este antigo mestre da fábrica de S. António do Vale de Piedade, segundo uns, ou de uma olaria da rua da Rasa, segundo Fausto Martins²⁰³, girou sob a firma Tomás Nunes da Cunha & C^a. Em 1848 era já um dos fabricantes associados no depósito de louças da rua da Esperança, liderado por Rocha Soares. Empregava em meados do século vinte operários e doze a dezasseis menores²⁰⁴.

Tomás Nunes da Cunha faz obras na fábrica no início de sessenta²⁰⁵, toma para si a sociedade desde 1868, que passa uma década depois ao seu genro, João Camilo Castro Junior, não sem antes ter pensado a construção do edifício dos armazéns e habitação junto ao rio²⁰⁶. Não foi visitada pela comissão que percorreu as fábricas em 1881²⁰⁷ mas em 1890 diz-se que empregava trinta e nove operários e vinte e três aprendizes, laborando todo o ano na produção de louças e de materiais para a construção. Charles Lepierre descreve o edifício em que estava instalada na Corticeira, ampliado

198 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^a, lv. 545, fl. 20.

199 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^a, lv. 488, fl. 90v.

200 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 9^a, 4^a série, lv. 373, fl. 82v.

201 — No final do século verificou-se a tentativa de lançar sobre os operários da fábrica uma contribuição de 20 rs semanais para a reparação da capela, facto que levou a vários protestos: *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, 2 Abril de 1899.

202 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 38 - 41; VILA, Romero - «A Fábrica Cerâmica do Carvalhinho (sua história e seu fabrico)», *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1(8) 1980, p. 17 - 23.

203 — MARTINS, Fausto - "Subsídios para a História da Fábrica Cerâmica do Carvalhinho", *Revista Gaia*, Vila Nova de Gaia, 2 1984, p. 448.

204 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

205 — AHMP - Livro de Plantas de Casas, lv. XXV, fl. 489 - 490.

206 — AHMP - Livro de Plantas de Casas, lv. LIX, fl. 102 - 104.

207 — *Relatório apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 299.

A CERÂMICA PORTUENSE

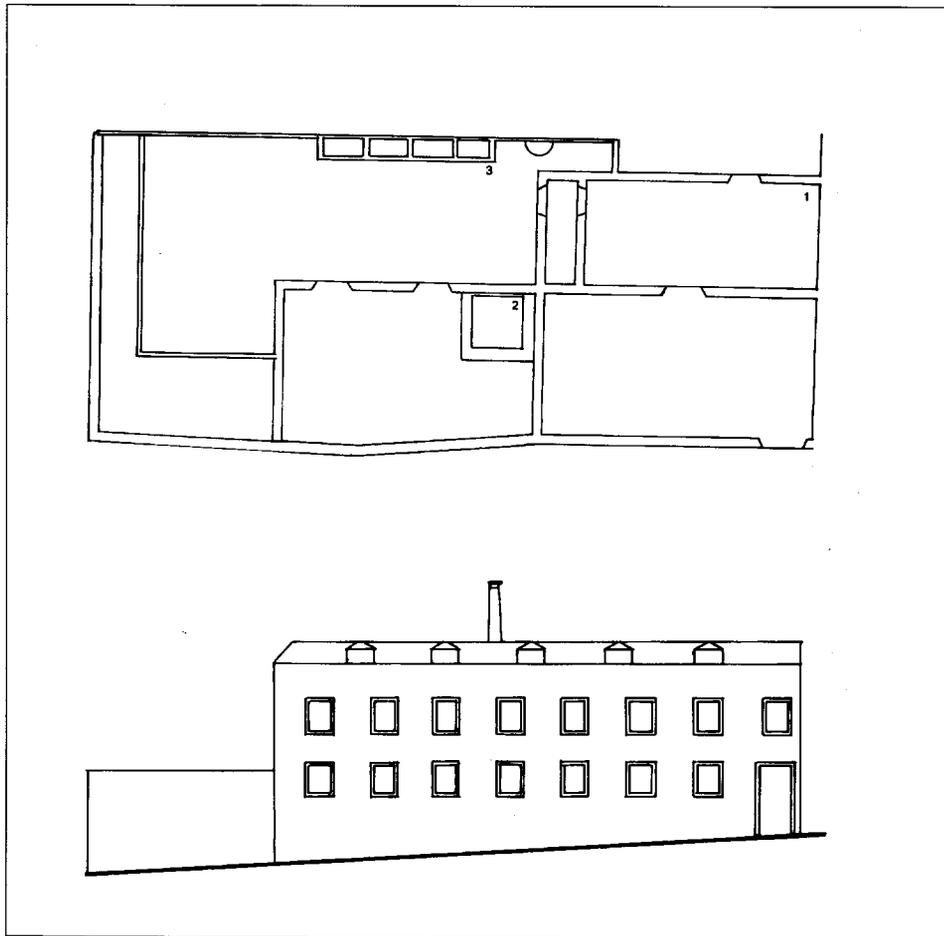
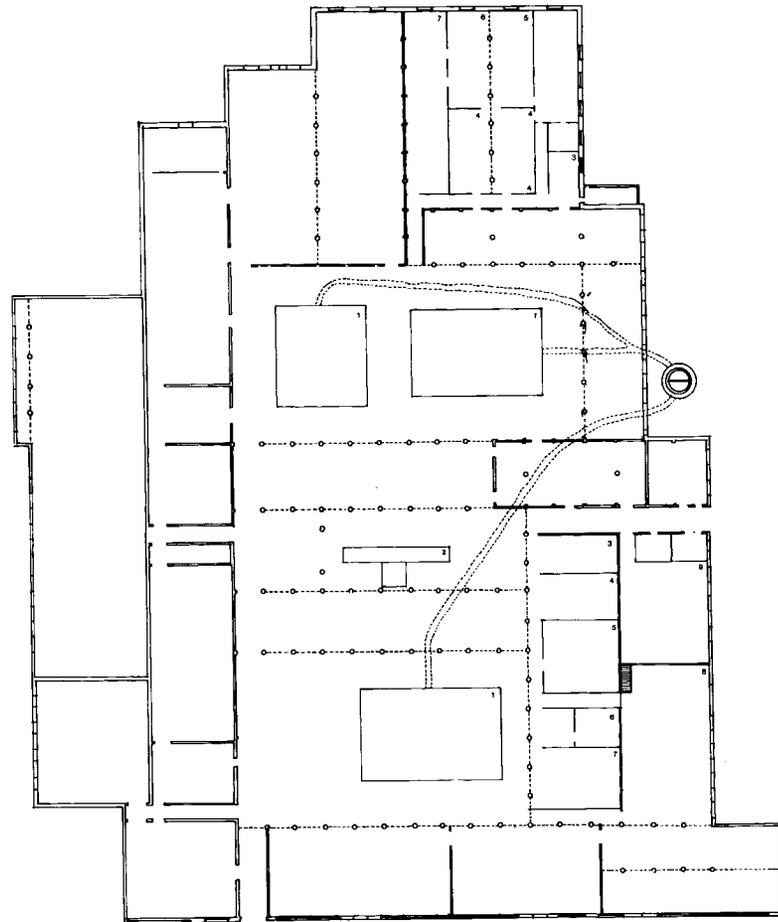
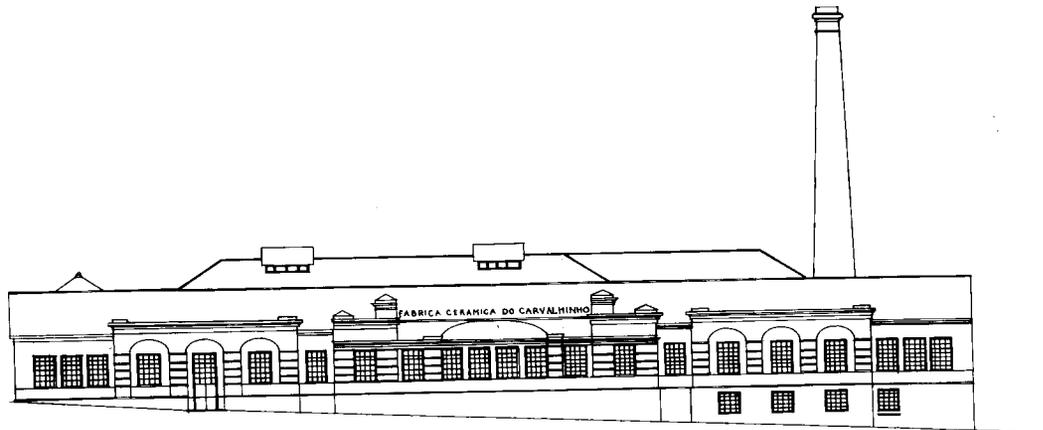


Fig. 18 - Projecto para a Fábrica das Palhacinhas (escala aprox. 1 : 300)

PORTUGALIA



1. Fornos; 2. Mufia; 3. Moagem; 4. Vidração; 5. Estamparia / Pintura; 6. Limpeza / Composição;
7. Biscuit de louça; 8. Armazém de Louça; 9. Embalagem de azulejos

Fig. 22 – Fábrica do Carvalhinho, planta e alçado principal das instalações no Arco do Prado (Esc. apr. 1:900).

A CERÂMICA PORTUENSE

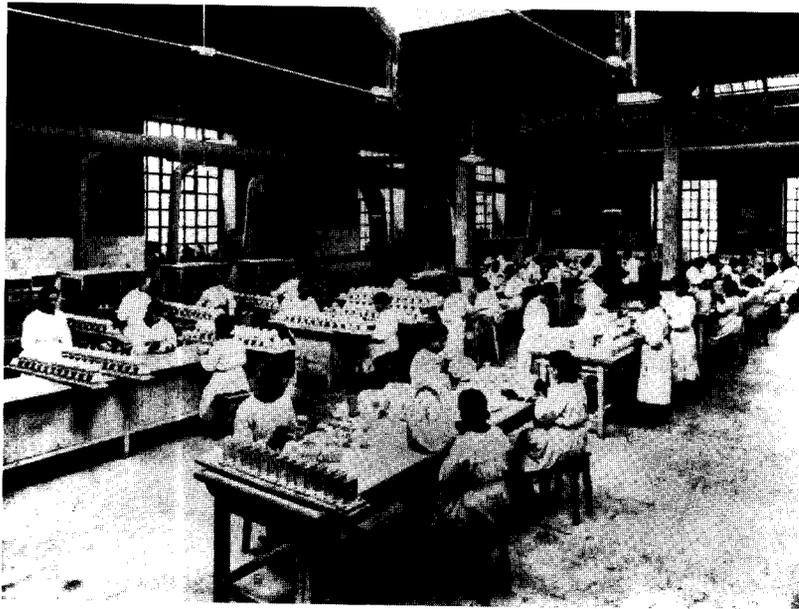
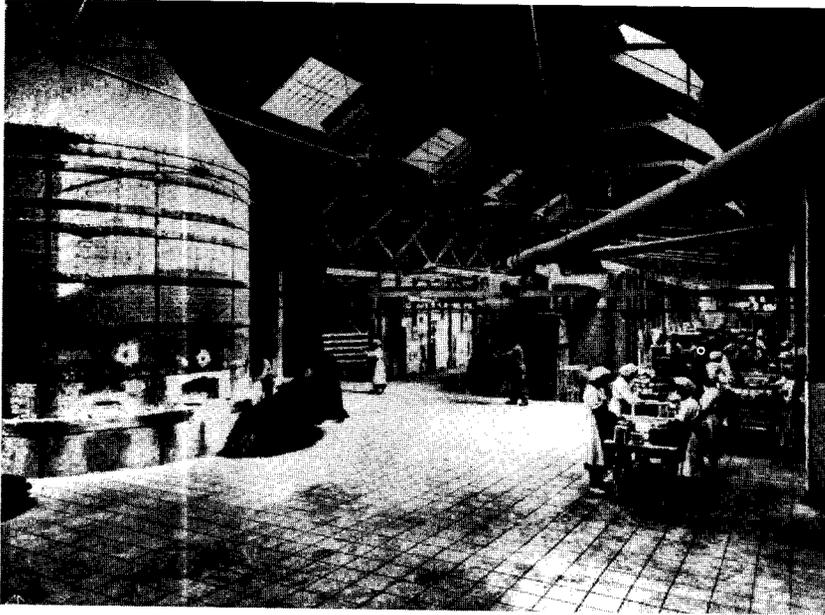


Fig. 23 – Fotografias da secção de fornos e da oficina de pintura incluídas no álbum 1840 - 1940. Centenário Carvalhinho



Fig. 24 – Estado actual das instalações da Fábrica do Carvalhinho no Arco do Prado.

Em meados da década de cinquenta empregava vinte e quatro homens e vinte e dois menores²¹². Passou então para a gerência da viúva que a manteve por longos anos, referindo-se-lhe os Inquéritos Industriais de 1881 e 1890, mencionando este último que trabalhava todo o ano dando emprego a dezanove operários e atingindo uma produção no valor de 5 700\$000, que escoava para o mercado nacional²¹³.

Utilizou mais tarde a designação Viúva Soares Rego & Sucessores, sociedade constituída no ano de 1896²¹⁴ e logo dissolvida no ano seguinte, em que os herdeiros entravam com os meios técnicos existentes (*propriedade de casas para a fabrica, com seu forno telheiros, e mais pertenças no valor de dois contos de reis*) e se associava com um sócio capitalista que forneceria dois contos de réis em dinheiro²¹⁵. Continuou em laboração, como nos diz Charles Lepierre que a encontrou no mesmo local, «o edificio compõe-se de dois corpos, um de dois pavimentos e outro terreo, alem de um barracão para deposito e preparo dos barros...Tem 1 só forno e emprega lenha como combustivel. A pequena distancia da fabrica (1/4 de legua) tem por arrendamento uma azenha e moinhos para vidro e tintas; 6 rodas. Emprega 20 operários adultos e 3 menores»²¹⁶.

Em 1912 Luís Girão já viu na fábrica uma máquina a vapor de 4cv que movia as cinco rodas em que se levantava a louça. O forno continuava a ser um, de sistema português²¹⁷. Ramiro Mourão, que reencontraremos na Electro-Cerâmica, dirigiu, segundo alguns autores, esta fábrica no principio do século²¹⁸.

3.16. Fábrica do Choupelo

A fábrica do Choupelo, aberta em 1852, junto à quinta de Álvaro Leite, durou poucos anos mas parece ter sido uma unidade de desenvolvimento técnico apurado uma vez que nela fabricou grés Carlos Vazine, que já o ensaiara sem sucesso em Miragaia. Junto da fábrica existiria uma oficina de escultura e modelação também com direcção excepcional, desta vez de um lente da Academia Portuense. Em 1854 Joaquim da Cunha Lima e Veríssimo Álvares Pereira formam sociedade por um ano, sendo o segundo o sócio que efectivamente dirigia a fábrica, porque além do saber dispunha da patente do grés (12 de Outubro de 1847)²¹⁹.

3.17. Fábrica de Entre Quintas

Esta pequena fábrica, formada por Guilherme de Sousa Reis, existiu efemeramente na Quinta do Passadiço, entre a rua de Entre Quintas e o Campo do Duque de Bragança, perto da rua da Restauração, propriedade localizada, por exemplo, na planta desta zona do Porto levantada em 1860²²⁰. Laborou a partir de 1855, sendo destruída por um incêndio em 1857. Produzia louça de pó de pedra, grés e porcelana e é mencionada nos almanaques da cidade anteriores a 1864²²¹.

212 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 12

213 — PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV ("Indústrias fabris e manufactureiras"), Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

214 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 12º, lv. 153, fl.50v.

215 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 12º, lv. 159, fl.83.

216 — LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portueza moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 109 - 110

217 — GIRÃO, Luis Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa, 67 1913, p. 25 - 26.

218 — QUEIRÓS, José - *Cerâmica portuguesa e outros estudos*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1987, p. 122 (nota acrescentada); SANDÃO, Arthur de - *Faiança portuguesa séculos XVIII e XIX*, vol. 2, Lisboa, Livraria Civilização, 1976, p. 185.

219 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolono, 1930, p. 52 - 56.

220 — AHMP - MNL, 2/A' - 16.

221 — VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882, p. 563; VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolono, 1930, p. 57 - 58; LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portueza moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 113.

3.18. Fábrica do Senhor d'Além

Mais uma fábrica instalada em Gaia, nas ruínas do hospício dos Carmelitas do Senhor d'Além, junto ao Douro e em frente à zona da Corticeira, quase em paralelo à fábrica inicial do Carvalhinho, apenas na outra margem. Terá surgido antes de 1861, por iniciativa de António e Manuel Rodrigues dos Santos, que pedem licença ao Governo Civil (renovada em 1870), em que é feita uma descrição da fábrica, acompanhada de planta «*O edificio compõe-se de salão terreo - b - de 33 m. 3 de extensão, onde do lado do Nascente - * - se hão-de vir a colocar os tanques necessarios para a preparação da argila, servindo igualmente para depósito da chamiça, ou urze combustível empregado, e do lado do poente tem de fazer-se o deposito de caixarias, e a porta ou entrada do forno - f - Este salão tem do lado do nascente uma porta que da saída para o rocio e capela do Hospicio - C - que he logradouro público; uma casa de pedra que comunica com o interior do edificio e além disso uma porta interior que comunica com outro armazem sobradado de 11 m de extensão e que tem de servir de escritório e depósito de louça e inferiormente uma pequena loja lageada para deposito de areia, vidro e outros objectos.*

Junto do local do forno encontra-se a pequena casa antiga habitação dos religiosos um tanto isolada do edificio, em cujo pavimento inferior se ha-de depositar a argila e nos 2 inferiores a louça, quando abunde, servindo principalmente de habitação dos operários. Pela parte superior deste armazem fica outro sobrado - g - da mesma extensão que ha-de dividir-se de forma seguinte: para o lado do Nascente, casa das rodas e pintura e para o lado do poente a casa do forno, ou estufa para secar a louça, na ausencia de sol ou vento. Pelo lado do Nascente é a primeira propriedade da povoação e do lado do poente tem a distancia de 30 m, uma pequena casa terrea que ainda assim fica num plano muito superior ao do edificio. O terreno sobre o edificio assenta na rocha granitica com uma tenue camada de humos vegetal.

A agua para uso da fabrica provem de uma abundante mina existente dentro do edificio donde é conduzida para os tanques por canos também antigos, vai desaguar no rio Douro com aguas pluviias. Os ventos dominantes são de norte e seu quadrante e por isso seco e arejado o local.

O combustível empregado he chamiça ou urze e o forno solidamente construido e ingastado na rocha de 2,5 m de diametro elevando-se de altura 50 p., desde o fundo da caldeira até ao extremo do berzinate, apresentando a caldeira 2 m de altura, o crivo 1 p., o enxacote em que tem lugar a 1ª cozedura 10 p. e o bezinote 4 m....»²²².

Adquirida em 1862 por João Vieira Braga²²³, que em 23 de Outubro de 1875 constituía sociedade com o irmão, passou à firma João Vieira Braga & Irmão²²⁴, de pequena dimensão, avaliando no entanto em 8 contos todas as suas propriedades. Tinha cais para o rio, única forma de acesso aos meios de transporte, salvo o de peões por terra. Pelo inquérito de 1881²²⁵, a sua imagem era dantesca: «*é o typo da immundicie, da ruina e da sordidez na casa, e os productos infimamente grosseiros representam os primordios de uma arte bárbara*», ambiente este em que se processava a produção animada na altura por 25 operários, dos quais dez rapazes, com um capital inicial de seis contos de réis. No final do século²²⁶ continuava com apenas um forno aquecido a chamiça, tinha três moinhos e oito rodas, empregava vinte a trinta operários e estava decadente, com produção anual de valor entre um e dois contos, de má qualidade.

Depois de uma vida de meio século pouco auspiciosa a fábrica do Senhor d'Além renova-se, com a entrada em 1908 de importantes artistas, que constituem a firma Barbosa, Branco & C^a. Mecanizada, com trinta operários, todos alfabetizados, e uma produção artística de maior qualidade, renovadas as instalações, a empresa torna-se mais capaz de competir²²⁷. Esteve na década seguinte

222 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mç. 1448.

223 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 56 - 57.

224 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8^o, lv. 555, fl. 27.

225 — *Relatorio apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 297 - 298.

226 — LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 109.

227 — Numa imagem recolhida pela Fotografia Beleza pode-se ver à frente da vela enfonada de um rabelo o anúncio existente na fachada da fábrica voltada ao rio: Porto. *Margens do tempo*. Porto, Livraria Figueirinhas, 1994, nº 2.

A CERÂMICA PORTUENSE



Fig. 25 - Fábrica do Senhor d'Além, na década de setenta no século XIX.

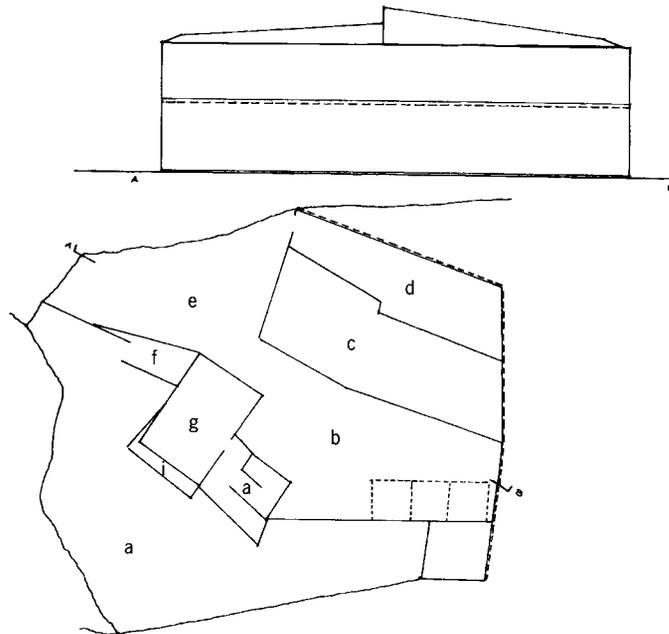


Fig. 26.1. - Planta das instalações da Fábrica do Senhor d'Além, em 1861/70

Concelho de Santa Freixo de Santa Marinha - Lugar do Senhor d'Além



Planta a que se refere o requerimento de
Jose Pereira Valente

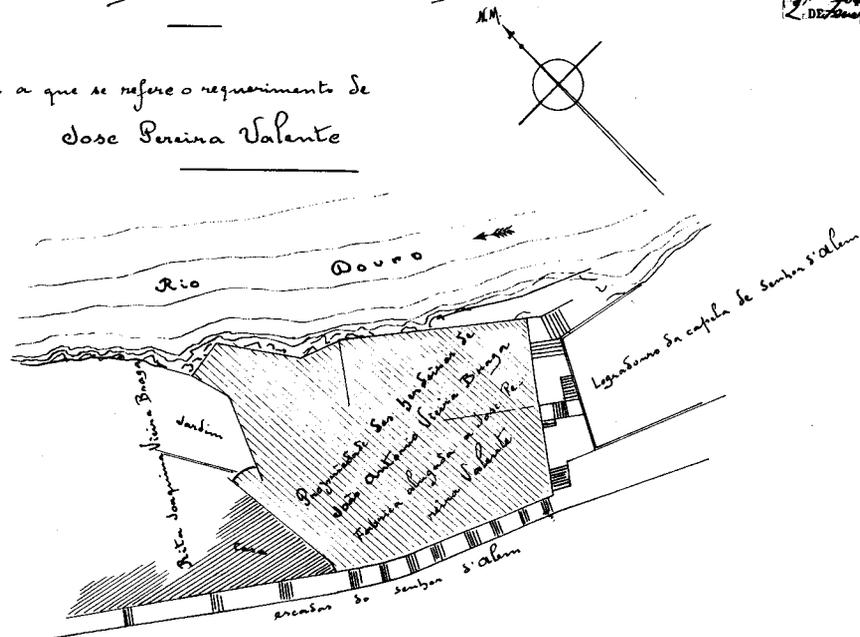


Fig. 26.2 - Planta relativa ao pedido para melhorar a Fábrica, de 1916

alugada a José Pereira Valente Junior, um industrial do ramo, já estabelecido, que tinha dissolvido a sociedade com os seus irmãos na Fábrica de Louça das Devesas.

3.19. Fábrica do Candal

Esta empresa formaliza-se pela constituição, em 1860, da sociedade entre Félix de Araújo Guedes, ceramista, morador no Candal, que já laborava no ramo²²⁸ e o sócio capitalista Bernardino Severo de Carvalho, do Porto²²⁹. O primeiro entrava nesta sociedade, estabelecida pelo prazo de três anos, com os utensílios e outros bens existentes, enquanto que o segundo contribuía com 300\$000rs em dinheiro. Sob a designação Carvalho & Guedes, a firma, sediada em casa alugada junto à capela do Candal, teria, segundo Pedro Vitorino, suspenso a laboração ainda em vida de Félix de Araújo Guedes por este ter chegado a acordo com João de Araújo Lima, de Vale de Piedade, de quem recebia uma quantia certa em troca da paralisação²³⁰. Charles Lepierre atribui o encerramento desta pequena unidade a um incêndio²³¹.

3.20. Fábrica da Rua do Almada

Trata-se, na realidade, de uma pequena oficina, instalada por 1871 no cimo da rua do Almada, número 627, por Joaquim José Pereira, com quatro operários cujos salários oscilavam em 1881 entre 360 e 500rs. Dedicava-se ao fabrico de telha, canos e tijolo, imitando os artigos da Fábrica das Devesas²³². O proprietário da fábrica já vivia neste local pelo menos desde o final da década de cinquenta, quando pede licença para erguer um sobrado sobre a sua casa térrea²³³. Vêmo-lo dez anos depois reconstruir o edifício, sob um modelo bem conhecido das casas portuenses desta época²³⁴.

Além da pouco conhecida unidade de cerâmica de construção, esta casa albergava uma fábrica de asfalto em que, dada a pouca adequação do prédio, as caldeiras tinham de ser colocadas na via pública²³⁵.

3.21. Fábrica Nova do Arnaud

Clementina Vieira da Rocha e o marido, Alvaro Arnaud, que em 1892 entregaram em arrendamento Massarelos, teriam aberto uma nova fábrica (alvará de 19 de Setembro de 1892), também na rua da Restauração, fronteira à igreja paroquial, bem apetrechada mas certamente de dimensões bastante mais modestas, conhecida, segundo Vasco Valente²³⁶, como a *Fábrica Nova do Arnaud*. Durou apenas três anos, fechando pois no mesmo momento em que Massarelos também suspendia a laboração.

228 — Joaquim de Vasconcellos data o início da actividade em 1858: VASCONCELLOS, Joaquim de - «Cerâmica portuguesa (subsídios históricos)», *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 2 (11) 1882, p. 562.

229 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 1^o, lv. 693, fl. 89v.

230 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 58 - 59

231 — LEPIERRE, Charles - *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 113

232 — *Relatório apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 299; VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 60; Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto - *30 anos de actividade corporativa*. 1937 - 1967. Vila Nova de Gaia, S.N.O.I.C.O.C., 1967.

233 — AHMP - Livro de Plantas de Casas, lv. XXV, fl. 78 - 80.

234 — AHMP - Livro de Plantas de Casas, lv. XLII, fl. 26 - 28.

235 — Há pedidos de licença para esta ocupação de espaço público pelo menos desde 1873 até 1891: AHMP - Livro de Plantas de Casas, lv. XLVIII, fl. 229 a lv. CXVIII, fl. 4.

236 — VALENTE, Vasco - *Uma dinastia de ceramistas: elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade*. Porto, Imprensa Moderna, 1936.

237 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5^o, 7^a série, lv. 53, fl.6v.; ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5^o, 7^a série, lv. 56, fl.65v.

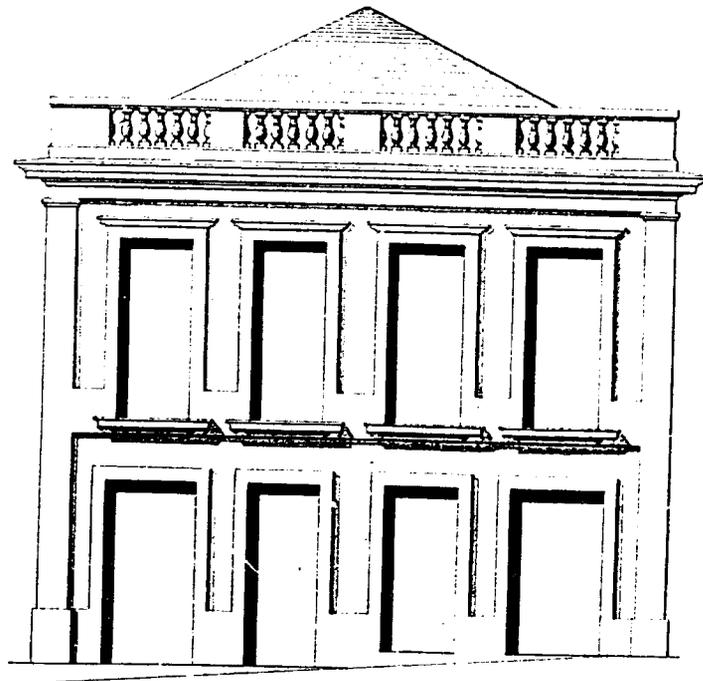


Fig. 27 – Alçado principal da Fábrica da Rua do Almada.

3.22. Fábrica das Devesas

A fábrica de produtos cerâmicos terá sido criada em 1865 por António Almeida da Costa, em nome individual, depois de este ter no ano anterior estabelecido na Quinta das Devesas uma pouco duradoura sociedade para exploração de fornos de cal²³⁷. Em 1874 foram criadas condições societárias para ir mais além, através da constituição da sociedade António Almeida da Costa & C^a, por escritura de dois de Julho²³⁸, em que aquele agrega José Joaquim Teixeira Lopes e Feliciano Rodrigues da Rocha. Tratava-se, sem dúvida, de fazer subir dois trabalhadores a sócios, como forma de assegurar a sua fidelidade à empresa, na típica formulação de sócios de capital e de trabalho, fazendo-se remontar o início da sociedade ao primeiro de Janeiro de 1873. Com efeito, o capital, já realizado e representado em haveres sociais, era de 15274\$024 rs, entrando A. Costa com 14614\$024 rs (95,7%), Teixeira Lopes com 160\$000 rs (1%) e Feliciano Rocha com 500\$000 rs (3,5%). O primeiro ficaria com a direcção financeira e negócios sociais, o segundo com a modelação das esculturas e a sua administração e o terceiro com a escrituração e cobrança. No mesmo dia, por nova escritura, António Almeida da Costa e mulher alugavam à sociedade encabeçada pelo primeiro os terrenos e edifícios das Devesas, que descrevem como terrenos, uma casa e alguns barracões para estatuária e depósito de materiais e de cal, além de dois fornos cobertos, na freguesia de Santa Marinha, tudo por 480\$000 rs anuais e pelo tempo de vinte anos²³⁹.

Situava-se esta fábrica, conhecida como a *Fábrica do Costa*, junto à estação do caminho-de-ferro das Devesas, em Gaia, tendo de um lado da estrada o estabelecimento para cerâmicas de construção civil e do outro lado oficinas para louça de faiança comum, apostando, portanto, na diversidade produtiva. Associava à cerâmica uma fundição²⁴⁰.

Procurava colocar nos lugares de direcção pessoas altamente qualificadas em termos de frequência escolar, tendo a direcção técnica sido entregue durante muito tempo a José Teixeira Lopes (pai), que frequentara a Escola de Belas-Artes do Porto e a Escola Imperial de Paris. Mas a administração sabia também captar para a empresa outro tipo de pessoas, como o mestre cerâmico João José da Fonseca, que já tinha trabalhado com Rocha Soares, administrado a fábrica do Cavaco e introduzido o grés na fábrica de Vale de Piedade no tempo de Araújo Lima. Esta preocupação com o capital humano era uma realidade, como o revela o facto da Escola de Desenho Industrial de Gaia, criada em 1884, ter funcionado inicialmente numa das suas dependências.

Segundo o inquérito industrial de 1881²⁴¹, o capital já subia nessa altura a 45 contos de réis. Enquanto a unidade das porcelanas surgia como uma unidade vulgar, com dois fornos de 3 câmaras sobrepostas (Sèvres), além de rodas ou tornos comuns, já as instalações para o fabrico de artefactos para a construção civil se apresentavam altamente modernizadas, com quatro fornos que apresentavam compartimentos horizontais, utilizando mecanismos de rotação, através de uma máquina a vapor (uma locomóvel de 16 cavalos comprada em segunda mão à Companhia Aurifícia). Para além disso, dispunha de um conjunto variado de máquinas desenhadas pelos directores da fábrica ou copiadas de modelos estrangeiros e mandadas executar nas fundições do Porto. Telhas (nacional e marselha), grés, azulejos e tijolos, cal e gesso, além da louça, eram os produtos fabricados, sendo de sublinhar que aqui se iniciou o fabrico da telha francesa em Portugal, através de moldes criados para o efeito, tal como adaptaram um aparelho para fazer mecanicamente a campana do grés. O serviço interno de transportes estava já bastante racionalizado, com um caminho-de-ferro que ligava as várias oficinas, uma nora movida a vapor para fazer chegar os produtos aos armazéns de seca, além de um ascensor.

238 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 604, fl. 59v - 60, dissolvida em 1880: ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 628, fl. 48v - 49v.

239 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 604, fl. 60 - 61.

240 — LEPIERRE, Charles - *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 111 - 113, 150 - 151, 167, 179; GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1^a Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 22- 23; VILA, Romero - «A fábrica do Costa das Devesas», *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia, Vila Nova de Gaia*, 1(6) 1991, p. 5 - 10.

241 — *Relatório apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 289 - 295.

Planta

o que se refere o requerimento de Antonio Affonso da Costa.

a b e d = Linthophas do terreno e edificações pertencentes a
fábrica de requemate.

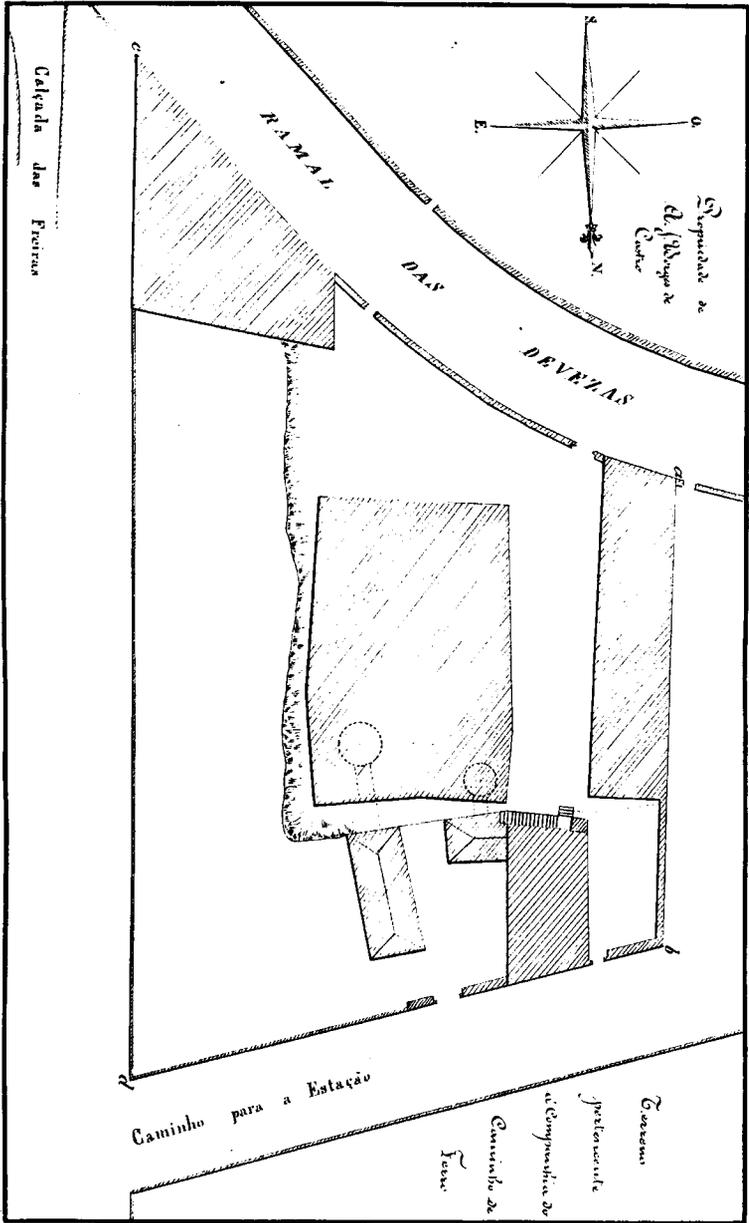


Fig. 28 - Fábrica das Devesas, implantação inicial (Esc. apr. 1:750
GCP - Fábricas e estabelecimentos insalubres, mc 1448)

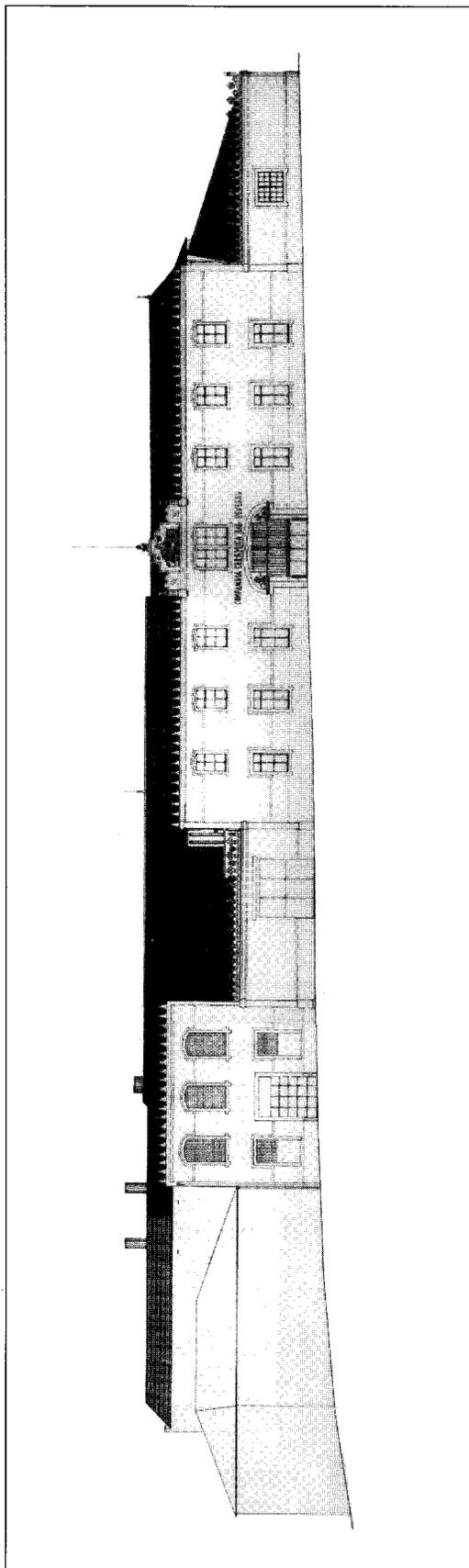


Fig. 29 – Alçado principal da Fábrica das Devesas (Esc. apr. 1:450).

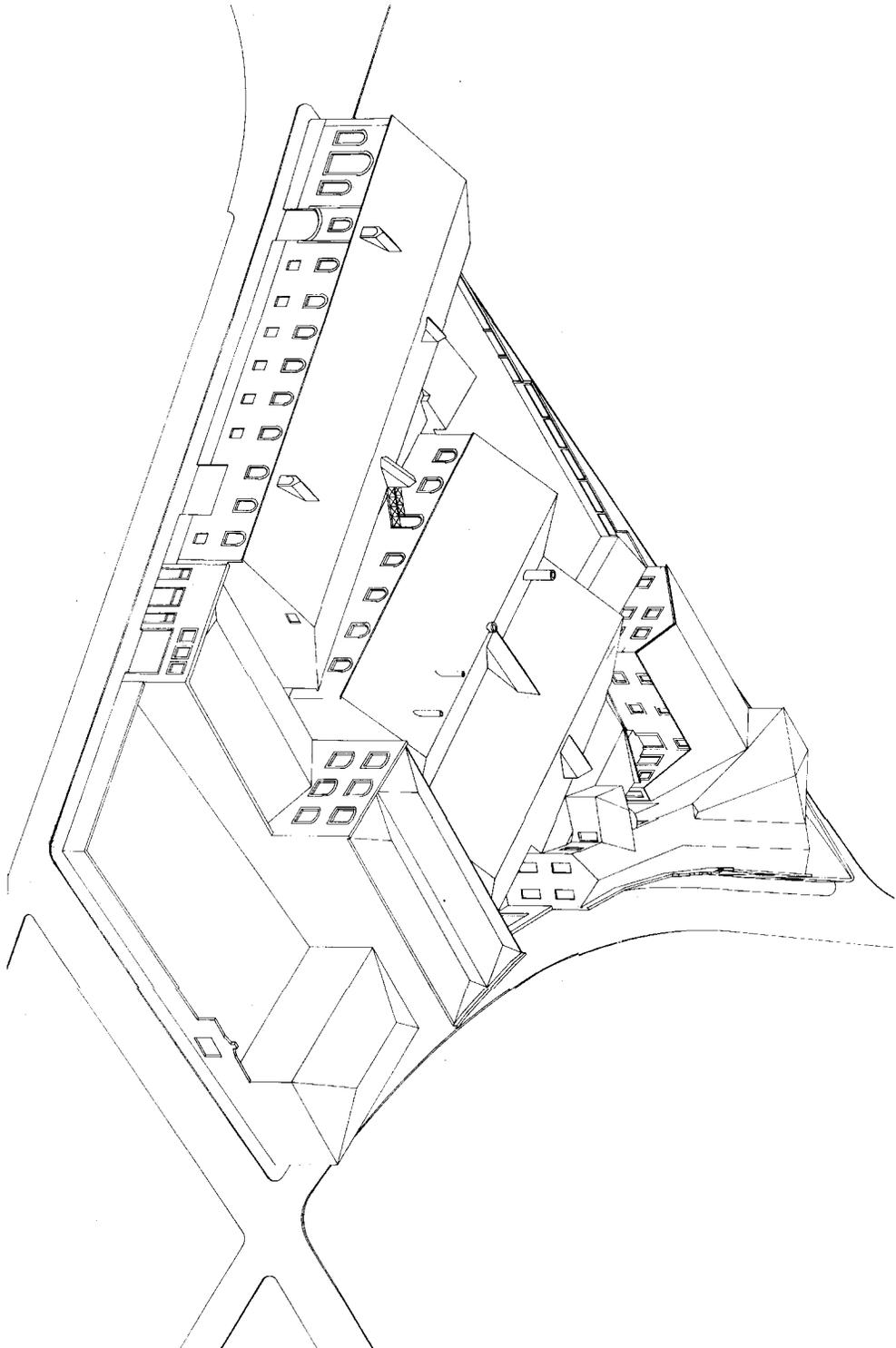


Fig. 30 – Perspectiva axométrica evidenciando o conjunto da Fábrica das Devesas (Esc. apr. 1:750)

A CERÂMICA PORTUENSE

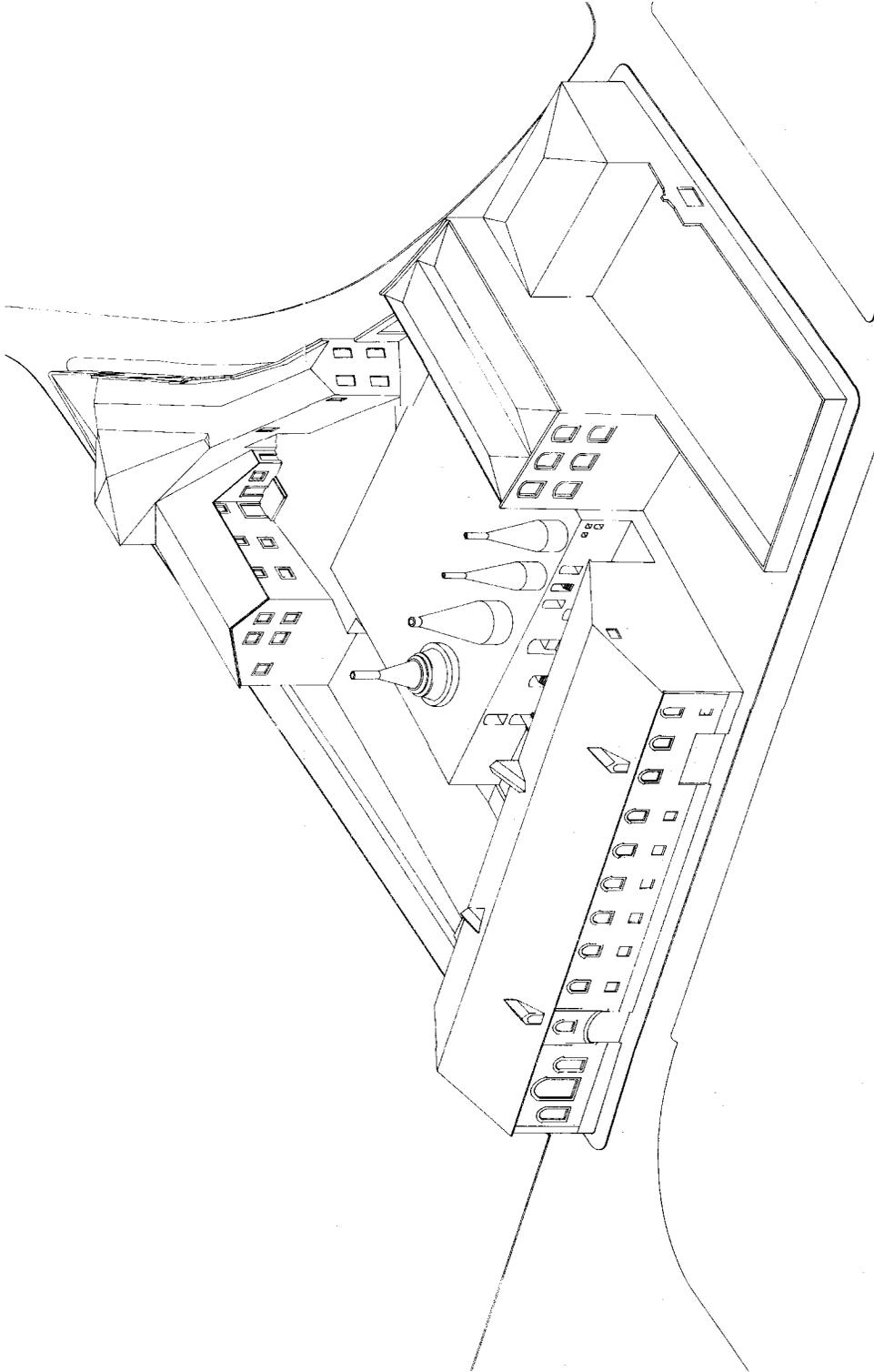


Fig. 31 – Perspectiva axiométrica evidenciando os fornos da Fábrica das Devesas (Esc. apr. 1:750)

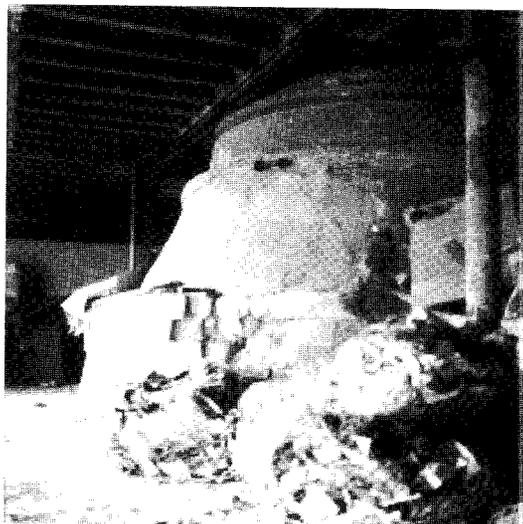
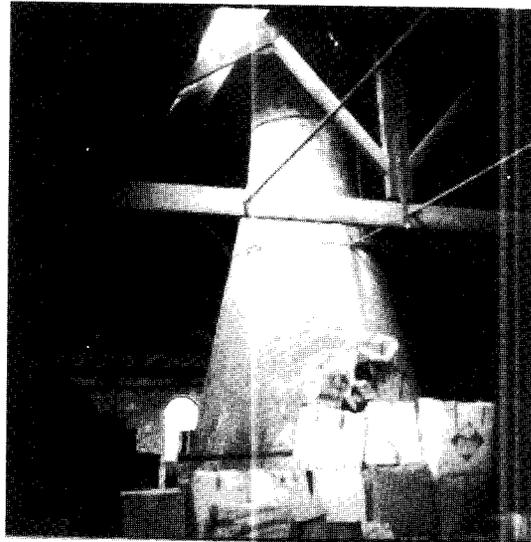


Fig. 32 – Exterior da Fábrica das Devesas e vista do forno atravessando vários pisos.

A CERÂMICA PORTUENSE

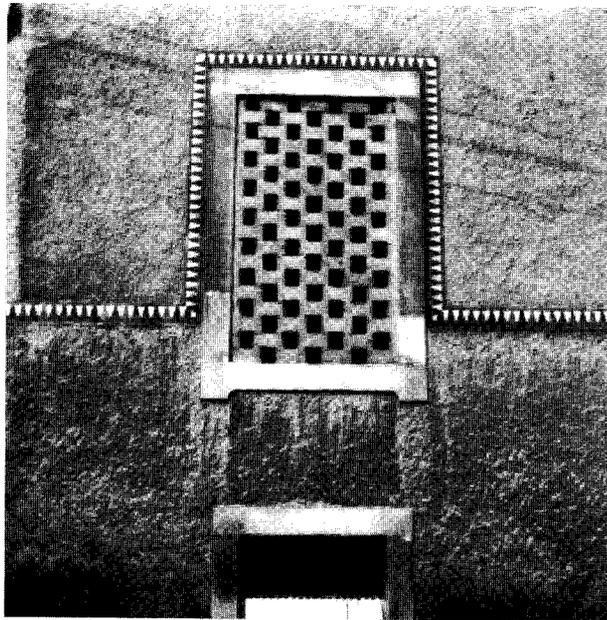


Fig. 33 – Fábrica das Devesas, pormenores.

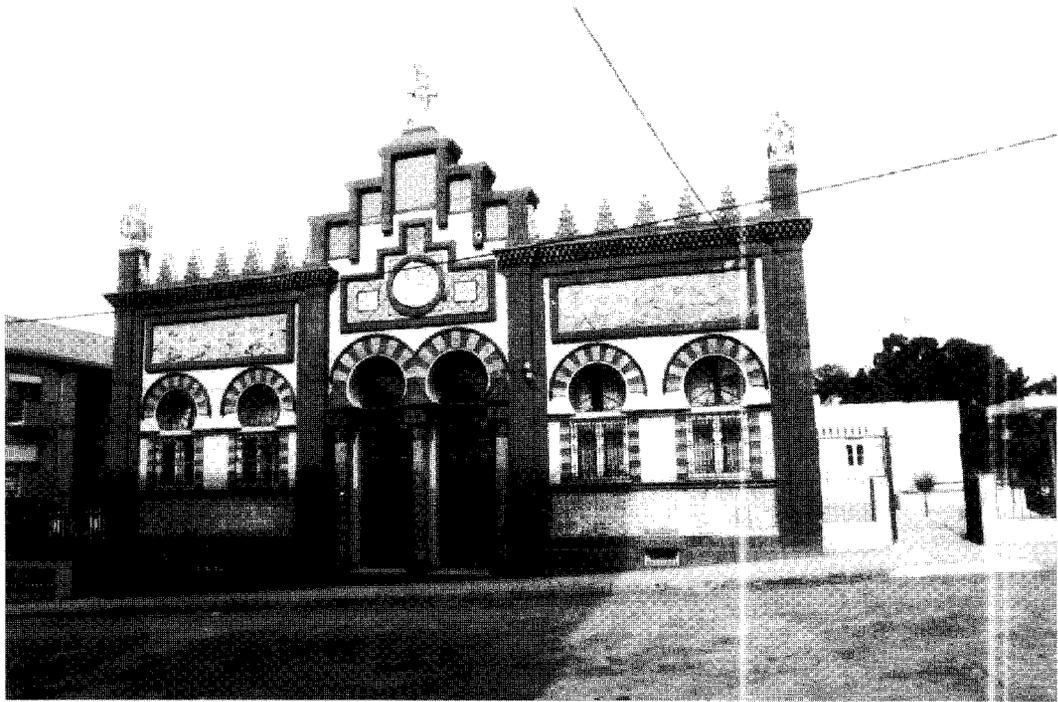


Fig. 34 - Fábrica das Devesas: instituição de solidariedade, casa do proprietário e bairro social.

A afirmação, em 1881, por parte da administração de um lucro médio de 10% induz um progresso fabril que pode medir-se pela evolução da concentração operária: 180 operários (100 H, 50 Mu e 30 Me) em 1881 na zona de cerâmicas de construção e mais 30 pessoas na zona de faiança; e, como já referimos atrás, 700 operários (400 H, 50 Mu e 250 Me) em 1897, números estes que a colocam à frente, de forma destacada, entre as fábricas portuenses do sector.

Por escrito particular, em 1893, reorganizaram a sociedade, alargando as finalidades «*fabricação de tudo o que diz respeito à indústria e arte de cerâmica, fornecimento de materiais, oficinas d'obras de mármore, fundição de ferro e outros metaes e ainda qualquer outra industria que de futuro a sociedade resolva explorar*». Tinham já uma fábrica na Pampilhosa do Botão (Mealhada) e uma oficina de obras de mármore e depósito de materiais no Porto. Mas Feliciano Rocha saía de sócio, continuando os outros dois, com A. Costa «*na qualidade de sócio capitalista e de gerente ou administrador da mesma sociedade*», agregando a quota do sócio que saía, e Teixeira Lopes continuava como sócio industrial. Note-se que este escrito só ganha forma notarial a 1 de Agosto de 1903²⁴². O capital desta sociedade foi, em 1906, elevado a 330 contos de réis e alargado a Aníbal Mariani Pinto, Eduardo Rodrigues Nunes e Emília de Jesus Costa (esposa de A. Costa), continuando Teixeira Lopes nas condições anteriores até 1909, altura em que saiu, dando então oportunidade a uma redistribuição igualitária do capital, recebendo A. Costa as diferenças e ficando com direito de preferência para a hipótese de alienações²⁴³.

Sublinhe-se que António Almeida da Costa desenvolveu nos inícios do século vinte uma política de benemerência local, patrocinando um asilo e uma creche, e a aplicação do filantropismo patronal em relação aos seus operários, com a construção de bairros sociais que envolviam as unidades fabris e que ainda hoje constituem um conjunto arquitectónico digno de observação pela hierarquização e exemplificação de técnicas e modelos de construção baseadas em material cerâmico, a conjugar com um olhar aos painéis de azulejos das paredes fabris. De notar, em cota topográfica superior às fábricas, o palacete do proprietário, também ele um exemplar típico desta arquitectura neo-árabe, cujo posicionamento altaneiro permitia uma observação pessoal e tutelar sobre todo o complexo industrial.

A empresa evoluiu depois para Companhia Cerâmica das Devesas, tendo, entretanto, abandonado a produção de obras de arte e privilegiado os artefactos de construção civil.

3.23. Fábrica de Monchique

Sociedade instalada no antigo convento de Monchique, em 1879, pela sociedade Eduardo de Magalhães & C^a. Eduardo Augusto Pinto de Magalhães, residente em Lisboa e sócio de uma fábrica em Sacavém, era inicialmente o principal investidor, tendo depois cedido uma parte do capital a Joaquim António Machado, numa sociedade efémera dissolvida logo a 23 de Dezembro de 1881²⁴⁴. Produzia ladrilhos de cimento, cal e areia por compressão a crú, através de moldes e uma prensa braçal, ocupando apenas 10 operários, em 1881²⁴⁵. Processo de fabrico que era patente dos proprietários, baseado na utilização do cimento de Portland, então material novo na construção.

Eduardo Augusto Pinto de Magalhães surge no relatório de 1912 como proprietário de uma outra fábrica de mosaico, fundada em 1905 e sediada na rua de Miragaia, empregando nove operários.

242 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5^o, 7^a série, lv. 216, fl.91.

243 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 816, fl. 76v - 79.

244 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 9^o, 4^a Série, lv. 385, fl. 87v-89v.

245 — *Relatório apresentado ao Exc.mo Snr Governador Civil do Districto do Porto ... pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriaes*. Porto, Typ. de Antonio José Teixeira, 1881, p. 300

246 — *1^a Exposição de cerâmica de Gaia*. Fábricas: Carvalhinho (1840); Costa das Devesas (1865); Pereira Valente (1884); Valadares (1921); Soares dos Reis (1941). Porto, Associação Cultural "Amigos de Gaia", 1979, p. 5-6.

247 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mç. 1448.

3.24. Fábrica de Pereira Valente

Constituiu, no início, uma pequena fábrica de faiança, que representou a autonomia de um ceramista da fábrica das Devesas, José Pereira Valente, sob os auspícios de António Almeida da Costa, a quem vendia grande parte da produção²⁴⁶. Criada em 1884, na rua Dona Leonor, nºs 114-134²⁴⁷, nas imediações daquela fábrica, dispunha de um forno, empregava quarenta operários e dez aprendizes²⁴⁸. Em 1891 instalou uma máquina a vapor cilíndrica tubular, vinda de Inglaterra²⁴⁹. No final de século continuava a fabricar louça, azulejo e plástica ornamental, no valor de 20 contos anuais, dando trabalho a quarenta e oito homens e doze menores²⁵⁰.

Foi continuada por herança familiar, tendo os quatro filhos estabelecido para o efeito uma sociedade comercial em nome colectivo, em 1904, com a firma *José Pereira Valente, Filhos* e um capital de 20 contos de réis²⁵¹. Acabou por sobreviver e desenvolver-se, empregando em 1912²⁵² cerca de cem operários. A 23 de Janeiro de 1915²⁵³ resolveram dissolver a sociedade recebendo, em dinheiro, José Pereira Valente Junior e Augusto Pereira Valente o valor do seu investimento. Os outros dois irmãos, Júlio Pereira Valente e Feliciano Pereira Valente assumiram as responsabilidades de todo o activo e passivo da empresa. Esta dissolução explica porque razão vamos encontrar o primeiro destes empresários ligado à fábrica do Senhor d'Além, para a qual requer licença de renovação do edifício.

A necessidade de expansão, conjugada com as dificuldades em obter novo capital, inerentes ao período de guerra, obrigou ao alargamento, a 24 de Fevereiro de 1915²⁵⁴, da empresa a um novo sócio, Joaquim Moreira Gandra da Fonseca, o qual investiu 5 contos em dinheiro, elevando o capital social para 15 contos de reis. Interessante é ainda a referência, neste último documento notarial, ao estado financeiro da nova sociedade *Valentes & Moreira*: «*Que aquele activo se compõe das verbas seguintes: maquinas, aprestes, moveis e utensilios no valor de sete mil oito centos vinte e seis escudos sessenta e tres centavos e nove decimos; fazendas existentes no valor de quatro mil quinhentos quarenta e um escudos e trinta centavos; materiais no valor de tres mil seis centos sessenta e tres escudos e vinte e nove centavos; dividas activas na importancia de cento e cinco escudos e vinte e nove centavos; e devedores gerais na importancia de nove mil cento e quatro escudos cincoenta centavos e nove decimos*». Os problemas relacionados com a estrutura familiar da empresa parecem ter sido determinantes na sua progressiva decadência. «*Com o falecimento do sócio Feliciano Pereira Valente, em 1946, a sua sucessão foi novo abalo na estrutura económica da sociedade. Habilitando-se à herança do sócio maioritário 33 herdeiros, a solução foi dada através do Tribunal*»²⁵⁵.

3.25. Fábrica de Oliveira do Douro

A única notícia que temos desta fábrica é a constituição da sociedade em 1886, Cardoso, Pinto & C²⁵⁶. Deveria funcionar no lugar de Sá da freguesia de Oliveira do Douro, em casa alugada, e reunia quatro fabricantes de louça e um negociante, tendo entrado cada um deles com 200\$000 para a sociedade de forma a perfazer um conto. Previa-se que os sócios pudessem trabalhar nela, retirando vencimento.

248 — PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV ("Indústrias fabris e manufactureiras"), Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

249 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mc. 1448.

250 — LEPIERRE, Charles - *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 110 - 111.

251 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5º, 7ª série, lv. 224, fl. 35 - 36.

252 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 31 - 32.

253 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5º, 7ª série, lv. 299, fl. 80v-81v.

254 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5º, 7ª série, lv. 300, fl. 55v-57v.

255 — MARCOLINO, Luis - "As últimas fábricas de louça de Gaia: a fábrica do «Zé-Pereira»", *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 10(9) 1980, p. 39.

256 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5º, 7ª série, lv. 128, fl. 34v.

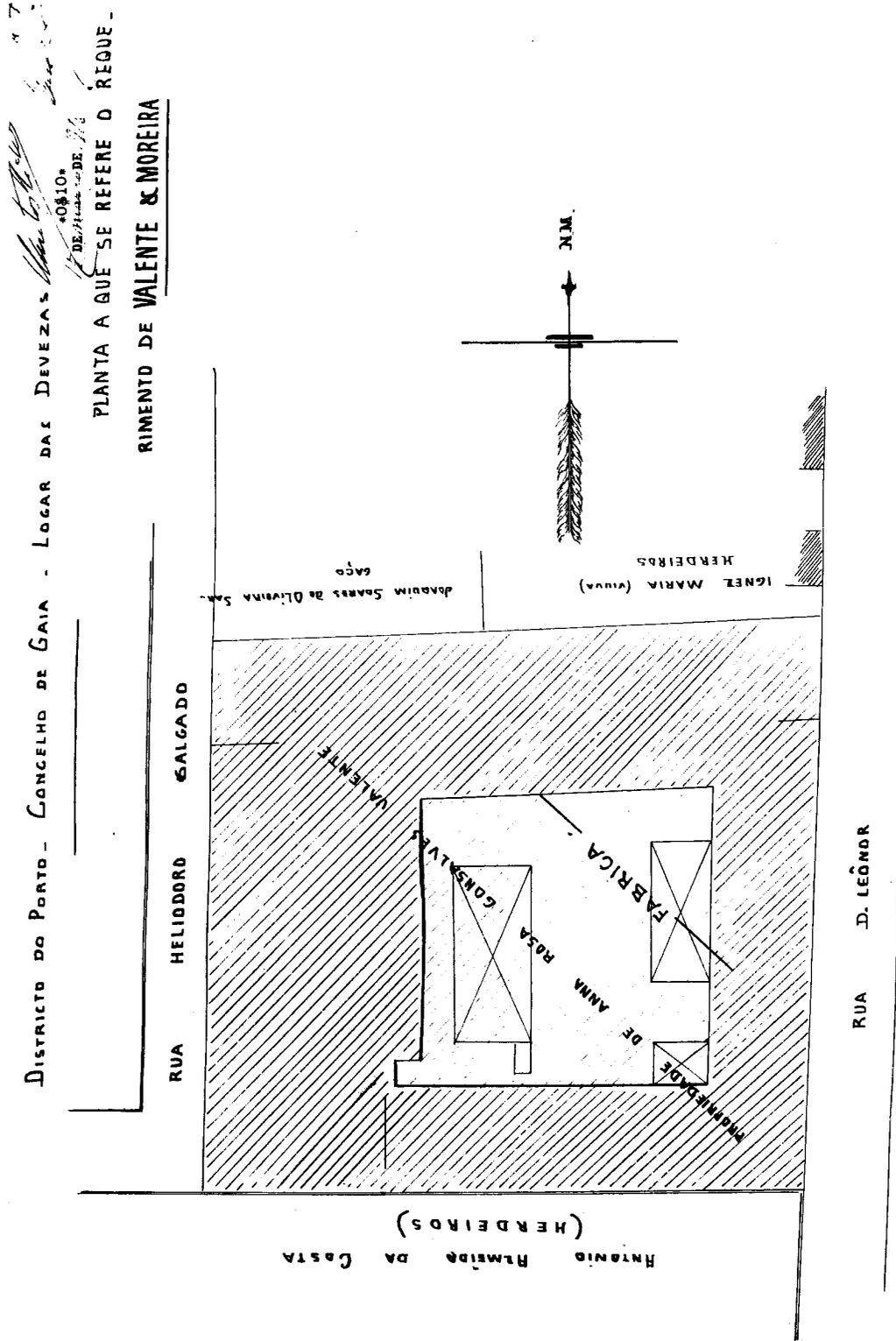


Fig. 35 - Fábrica de Pereira Valente, implantação inicial (Esc. apr. 1:500).

3.26. Fábrica de Mosaicos de José Fernandes Dias & C^a L^a

Fundada na rua do Príncipe (hoje Miguel Bombarda), em 1888, por Joaquim António Machado, foi objecto de ampliação em 1909, construindo-se um amplo barracão para secadouro dos mosaicos²⁵⁷. Empregava por 1912 vinte e três pessoas, com equipamento moderno e trabalhando matéria prima importada, obtinha uma produção de qualidade no valor de 15 contos. Nessa época explorava-a a firma José Fernandes Dias & C^a, com capital de 8 contos²⁵⁸.

3.27. Fábrica de Vilar do Paraíso

Esta fábrica teria sido fundada em 1900 por António Filipe dos Santos em propriedade sua, no lugar da Junqueira, em Vilar do Paraíso, tendo como associado Francisco Xavier Esteves, que entrara com o capital. A sociedade é dissolvida em 1904 ficando o primeiro com todos os pertences e recebendo o segundo 20 contos²⁵⁹. Em 1909 vemos o proprietário a fazer nova sociedade, Santos & Mendonça, desta vez com Augusto César de Mendonça, comerciante das Devesas, parceria infrutífera dissolvida no final do mesmo ano, quando o segundo sócio ainda devia dinheiro à empresa²⁶⁰. Luís Girão encontrou em 1912 esta fábrica, António Filipe dos Santos & C^a a trabalhar, mecanizada²⁶¹ e ocupando quarenta e sete trabalhadores²⁶².

Em Vilar do Paraíso individualizou o Inquérito de 1890²⁶³ outras duas fábricas de cerâmica, a de Joaquim Domingues Ventura, na Calçada, com um forno, seis operários e dois aprendizes, e a de Joaquim Ferreira Salgado, também só com um forno, em que trabalhavam quatro operários e dois aprendizes, esta última dispoñdo desde 1895 de uma máquina a vapor multitubular fabricada na Fundação de Massarelos²⁶⁴.

Em 1910 constituiu-se em Vilar de Paraíso outra sociedade, Barros & Ventura, para explorar o fabrico de cerâmica e ao mesmo tempo negociar em produtos alimentares. A fábrica ficava no lugar do Guardal. O primeiro sócio, Joaquim Manuel de Barros, entrava com 5 contos e o segundo, Manuel Domingues Ventura, com a sua indústria²⁶⁵.

3.28. Fábrica de Santo Ovídio ou do Senhor do Padrão

Fábrica inaugurada em 1893, em Santo Ovídio²⁶⁶, propriedade de Justino Assis Vieira, que produzia louça comum e ornamental. Ardeu em 1898 mas veio a ser prontamente reconstruída pelo proprietário²⁶⁷. Por escrito particular de 23 de Julho de 1903, toma a designação de firma Vieira & Montes, sita na r. Lopo Vaz - alto de Santo Ovídio -, sociedade que se dissolve em 1905²⁶⁸, devido a incompatibilidade profissional de Carolina Alvares de Guimarães Montes, a qual assume toda a responsabilidade pelo activo e passivo da empresa. Esta unidade teria encerrado definitivamente em 1907, devido a outro incêndio²⁶⁹.

257 — AHMP - AG, Licenças de obras, lv. 232, fl. 40 - 49

258 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1^a Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa, 67 1913, p. 34.

259 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 788, fl. 94v. - 96

260 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 815, fl.80; ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 827, fl.26v.

261 — Instalara uma máquina a vapor horizontal, fabricada na Companhia Aliança, em Novembro de 1911: GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mc. 1448.

262 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1^a Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa, 67 1913, p. 33.

263 — PORTUGAL, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria - *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV ("Indústrias fabris e manufactureiras"), Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

264 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mc. 1448.

265 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 820, fl. 48.

266 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mc. 1448. O forno desta fábrica foi arqueologicamente documentado em 1988: GUIMARÃES, Gonçalves - *Roteiro arqueológico de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia, Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, 1993, p. 48; CORDEIRO, José Manuel Lopes - «A arqueologia industrial: uma vertente da arqueologia urbana», *Bracara Augusta*, Braga, 45 1994, p. 187 e segs. 267 — LEPIERRE, Charles - *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 112

268 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 9^o, 4^a série, lv. 444, fl. 73-73v.

269 — VITORINO, Pedro - *Cerâmica portuense*. Gaia, Ed. Apolino, 1930, p. 61.

DISTRITO e CIDADE DO PORTO - FREGUEZIA DE CEDOFEITA

RUA MIGUEL BOMBAIDA N.º 77

PLANTA A QUE SE REFERE O REQUERIMENTO DE HENRIQUE JOSE REBELO DE LIMA

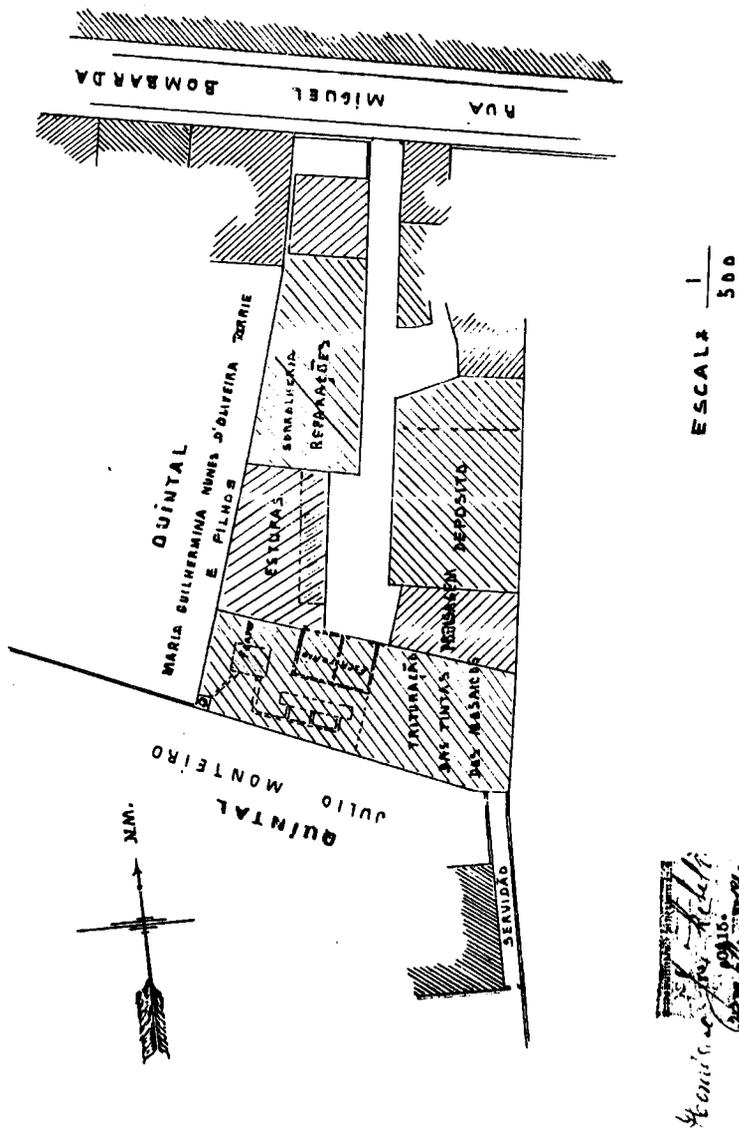


Fig. 36 - Planta da Fábrica de Mosaicos de José Fernandes Dias (Esc. apr. 1:500)

Também referente ao sítio de Santo Ovídio temos documentada a formação de uma sociedade²⁷⁰, em 1905, entre Joaquim Luzia da Costa e António de Oliveira Rios, com o capital de 1 conto repartido igualmente, tendo por objectivo explorar o negócio do fabrico de louça e azulejos. Não sabemos se esta sociedade visava explorar a fábrica anterior ou outra, mas apenas que o industrial António Rios a dirigia em Outubro de 1905, comentando os seus operários que ele era um *escravizador* e que desconhecia por completo *o ramo da industria ceramica*²⁷¹.

3.29. Fábrica de José Monteiro de Lima

Na rua de Valverde, em Santa Marinha, montou José Monteiro de Lima uma complexa empresa, de pequenas dimensões e péssimas instalações, em que se dedicava simultaneamente à destilação, à tanoaria e ao fabrico de cerâmica para a construção. Alojada em três barracões de madeira e laborando promiscuamente nos vários ramos, a empresa dispunha de máquina a vapor pelo menos desde 1894²⁷². Em 1912²⁷³ utilizava um motor de 38cv de gás pobre. Empregava vinte e dois operários no fabrico de tijolo, telha marselha e tubos de grés.

3.30. Fábrica Cerâmica do Fojo

Criada em 1896 na Quinta do Fojo, Canidelo, pelo seu proprietário, José Maria Rodrigues Ascensão, que verificou existirem no terreno jazidas de matéria prima apta para o fabrico de telha e tijolo. A firma Lopes & Ascensão, passou a escrito em 1898, por iniciativa de Joaquim António Lopes que deveria entrar com 20 contos, uma vez que o outro sócio José Maria Rodrigues Ascensão era proprietário da Quinta do Fojo, entrando com o capital de 15 contos, representados pelos terrenos e utensílios²⁷⁴. Especializada em telha marselha, tijolo, grés e outros materiais para a construção, era na primeira década do século das mais mecanizadas e modernas do sector na região do Porto, tal como descreveu Luís Ferreira Girão²⁷⁵. Deu lugar em 1920 à Empresa Cerâmica do Fojo, e ainda hoje se dedica à produção de materiais de construção.

3.31. Fábrica de Silva Moreira

Unidade dedicada ao fabrico de mosaicos, com matéria prima importada e produto final, no valor de 4 contos anuais, destinado ao mercado local, empregava em 1912 vinte e um operários. Tinha sido implantada por Silva Moreira, em 1905, na rua da Torrinha, Porto, dispondo de um capital de 2 contos²⁷⁶.

3.32. Fábrica de S. Paio, Afurada

Em 1914 Manuel Marques Gomes, de Canidelo/V. N. de Gaia, requer autorização para construir em S. Paio, Afurada, uma fábrica de produtos cerâmicos, nomeadamente materiais de construção. Estabelecida a mais de 300 m das habitações como a lei impunha, junto ao rio Douro²⁷⁷, em edifício a construir, de que reproduzimos o projecto²⁷⁸, talvez nunca tenha chegado a concretizar-se.

270 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5º, 7ª série, lv. 225, fl. 47.

271 — *A Luz do Operário*, Vila Nova de Gaia, 8 Outubro 1905.

272 — Em 1894 pede autorização para instalar uma máquina tubular semi-fixa vinda de Inglaterra e outra fabricada na Fundação do Ouro. Três anos depois tem licença para instalar outra máquina a vapor: GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mc. 1448.

273 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 27.

274 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4º, lv. 746, fl. 92v. - 95v.

275 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 28 - 29.

276 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 35.

277 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mc. 1448.

278 — A M V N G - P.O.P.

A CERÂMICA PORTUENSE

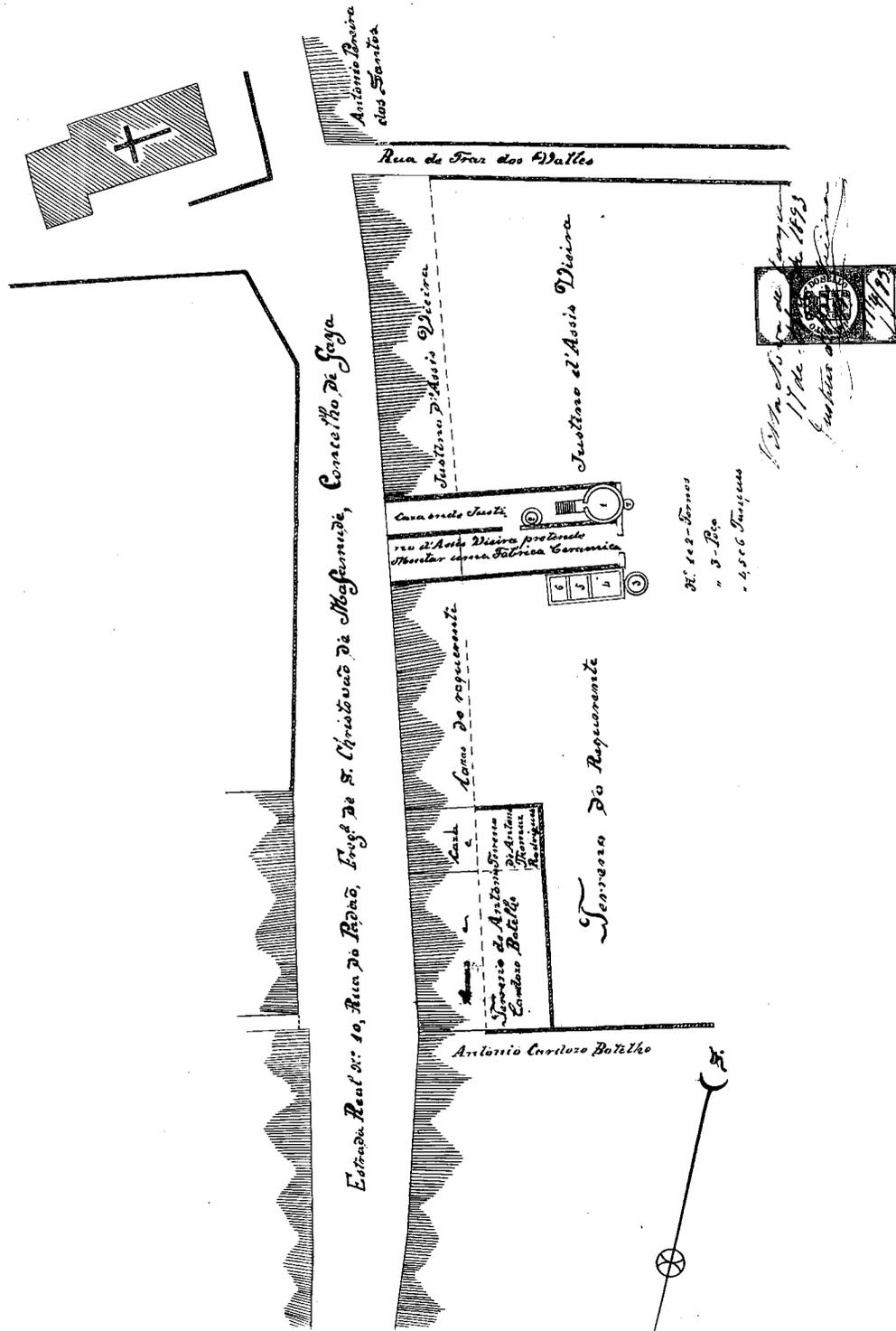


Fig. 37 - Implantação da Fábrica de Santo Ovídio, em 1893 (Esc. apr. 1:1000).
GCP - Fábricas e estabelecimentos insalubres, mc 1448

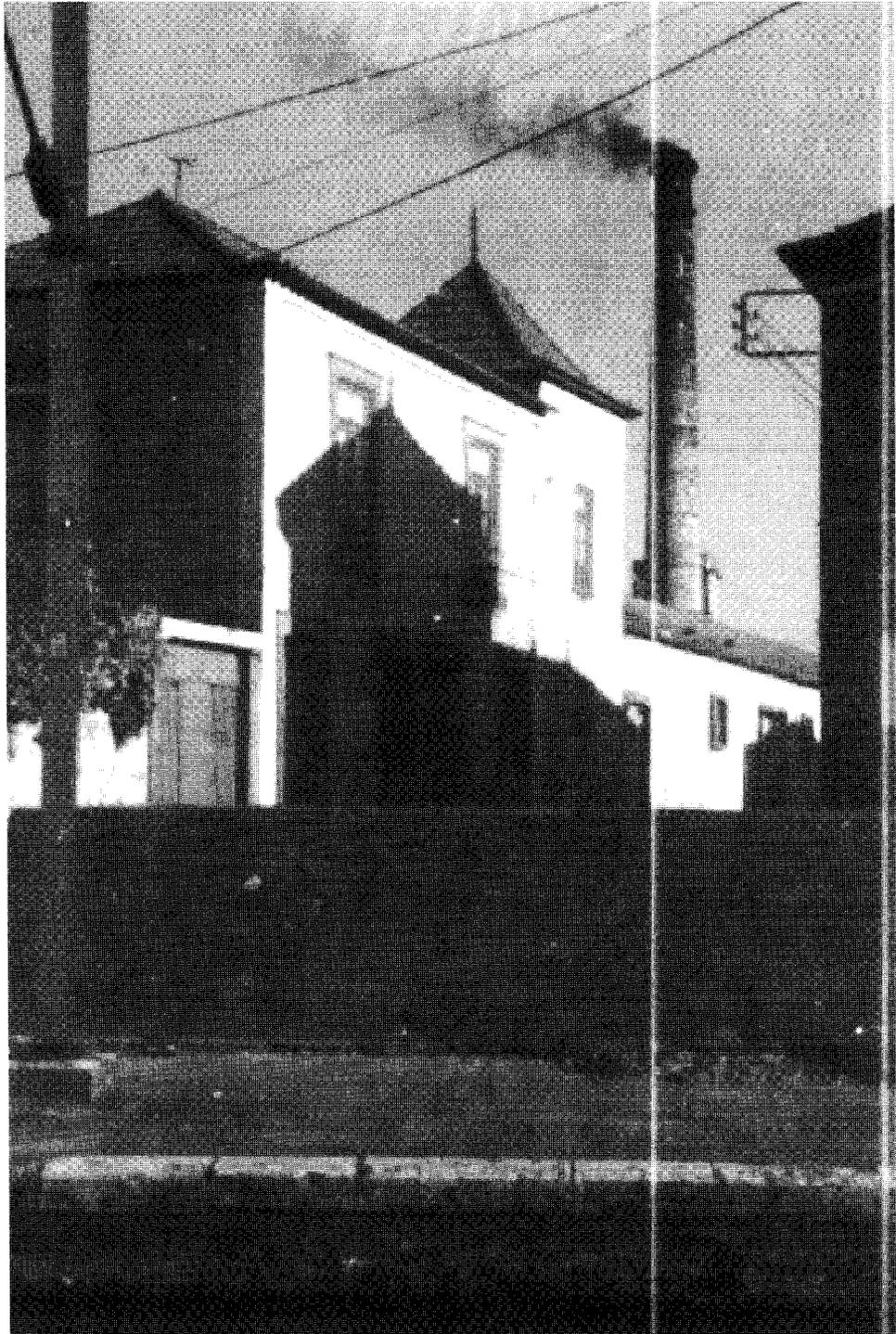
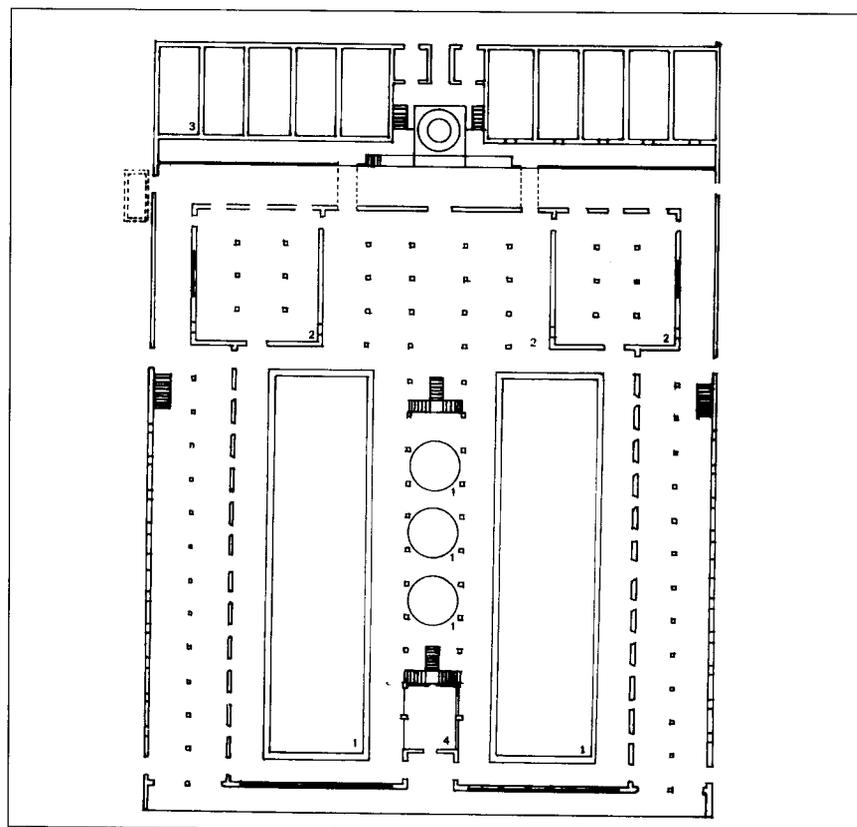
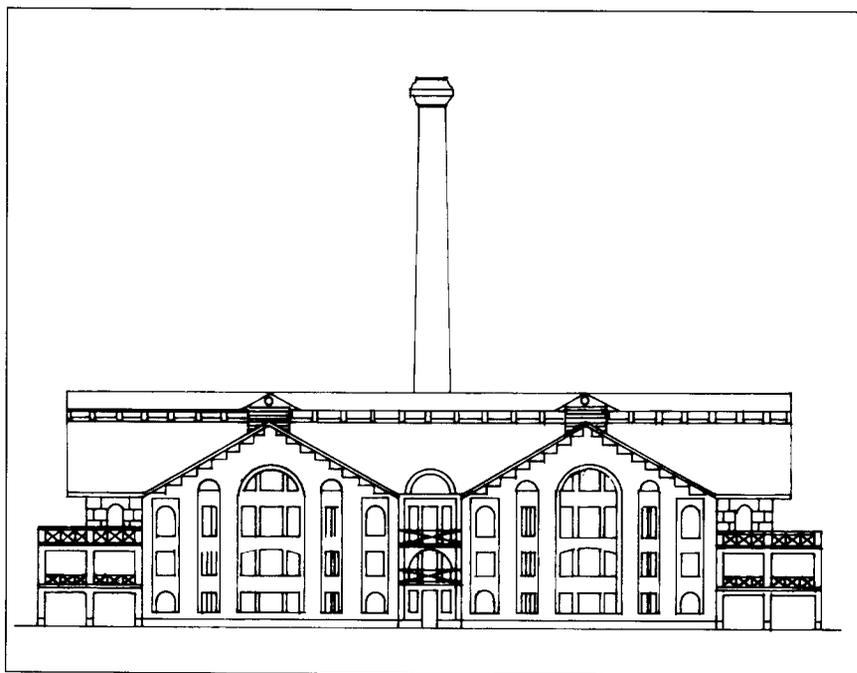


Fig. 38 – Fábrica Cerâmica do Fojo, em laboração.

A CERÂMICA PORTUENSE



1. Forno; 2. Máquina de comprimir; 3. Tanques de barro; 4. Escritório

Fig. 39 – Alçado principal (Esc. apr. 1:500) e planta da Fábrica de S. Paio da Afurada (Esc. apr. 1:700)

3.33. Empresa Electro-Cerâmica

A 17 de Janeiro de 1914²⁷⁹ foi lavrada a escritura notarial que marca o início das actividades da firma Mourão & C^a, constituída por 1 capitalista, 1 proprietário, 4 comerciantes, todos residentes na cidade do Porto, e ainda 1 advogado residente em Matosinhos. O objecto desta sociedade era «exercer a indústria e comércio de artigos de porcelana, acessórios electricos e quaisquer outros artigos que os socios julguem conveniente... designada em público por «Eletro-Cerâmica»». Estabeleceu como sede o concelho de Vila Nova de Gaia, no lugar da Fonte das Regadas, onde estavam instalados a fábrica e os escritórios. A propriedade era composta de «um edificio, com chaminé, destinado a fábrica, de duas outras construções destinadas a escritorio e armazem, de terra lavradia conhecida pelo nome de «Quinta da Fonte» e de três campos chamados do Rio, tudo isto no valor de 8 contos. Os maquinismos existentes foram por sua vez avaliados em 900 escudos. O capital inicial foi definido em 20 contos, com quotas que oscilam entre os 100\$00 e os 9450\$00, envolvendo as propriedades imobiliárias e os maquinismos já existentes. De referir ainda que no mesmo dia Júlio Francisco de Moraes cede a sua quota ao Dr. Soares Vieira e a Joaquim Mourão²⁸⁰. A direcção técnica da fábrica e oficinas foi entregue ao Dr. Joaquim da Costa Carvalho Junior, a quem competia também a escolha do pessoal.

Em Outubro de 1914 a firma Mourão & C^a requer ao Governo Civil²⁸¹ autorização para construir junto da fábrica que possui nas Regadas, Candal, uma moderna unidade cerâmica instalada em três dependências especificamente projectadas para o fim em vista, ou seja fabricar porcelana.

Em 1915 «verificando os socios a sua insuficiencia [de capital] para o desenvolvimento das operações sociais resolveram eleva-lo a 30 contos»²⁸². O aumento de capital foi feito à custa de Francisco da Silva Sampaio Pombinha, residente em Lisboa, integrando ainda a firma Silva Pombinha & Ramos, Ld^o, da qual ele era sócio gerente. Esta alteração da razão social implicou a dissolução da anterior firma Mourão & C^a e passou a adoptar a denominação de *Empresa Eletro-Ceramica, Limitada*.

Foi uma das empresas mais modernas da altura: a primeira a instalar electricidade para produzir porcelana; sessenta e quatro motores em 1923²⁸³, com uma potência de 405 HP. Ocupava então uma área coberta de 25 000 m², empregando 1200 operários. Mais tarde, na década de 40, foi absorvida pela Fábrica de Vista Alegre, que a orientou para a produção de porcelanas eléctricas, mercado subitamente aberto pela 1^a guerra mundial que dificultava a chegada destes produtos habitualmente importados da Alemanha. Vendia a produção para a Espanha, França, Bélgica, Itália, Suíça, USA, Argentina e Brasil, um mercado bastante alargado mas em que se faziam sentir as restrições proteccionistas dos vários países, obstáculo maior a um aumento de produtividade para o qual dispunha de condições técnicas.

3.34. Fábrica Cerâmica de Soares dos Reis

Estabelecida em 1919 no sítio do Agueiro, Mafamude, dedicada ao fabrico de louça e azulejo, foi continuada por impulso de José de Almeida Pinheiro, em 1941, sendo conhecida sob a firma Cerâmica Soares dos Reis L^a. Manteve-se em laboração até 1964²⁸⁴.

279 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 844.

280 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 844, fl. 98v-99.

281 — GCP - Fábricas e Estabelecimentos Insalubres, mç. 1448.

282 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4^o, lv. 858.

283 — «Relatório dos serviços das circunscrições industriais no ano de 1923». *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 128 1926, p. 26 - 29.

284 — Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto - 30 anos de actividade corporativa. 1937 - 1967. Vila Nova de Gaia, S.N.O.I.C.O.C., 1967, p. 47.; 1^a Exposição de cerâmica de Gaia. Fábricas: Carvalhinho (1840); Costa das Devezas (1865); Pereira Valente (1884); Valadares (1921); Soares dos Reis (1941). Porto, Associação Cultural "Amigos de Gaia", 1979, p. 11-12.

PORTUGALIA

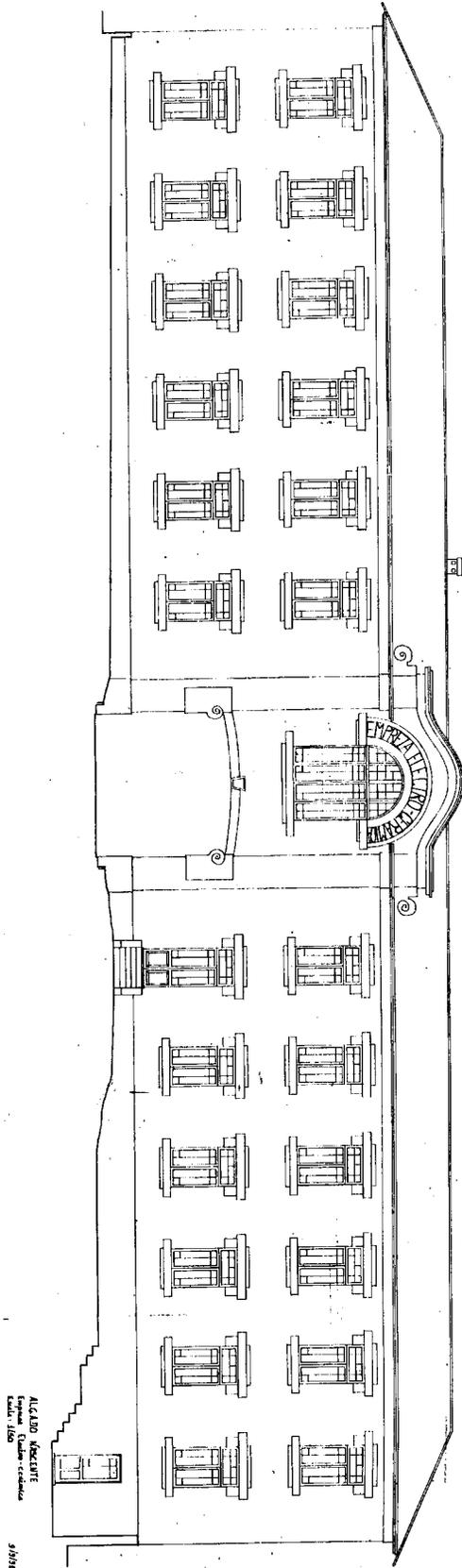


Fig. 41 - Empresa Electro-Cerámica, alçado principal (Esc. apr. 1:250).

ALVARO SAGASTUI
Arquiteto
Fundador 1929

3/1931

3.35. Fábrica da Madalena

A única referência localizada até ao momento é a escritura de dissolução e liquidação de sociedade entre António da Rocha Silvestre, acompanhado pela esposa Cristina de Oliveira e o irmão Manuel da Rocha Silvestre e esposa Clara Teixeira. Estes dois industriais estavam associados desde Janeiro de 1919, sob a firma *A. R. Silvestre & Irmão*, com sede no lugar da Gandara, freguesia da Madalena, para exploração da «*industria de ceramica*»²⁸⁵. Referem ainda que «*a constituição da aludida sociedade não consta de documento algum, e em nome da dita firma mandaram edificar um armazem de dois cumes, onde instalaram a sua fabrica*». No contracto de dissolução António da Rocha Silvestre assume todo o activo e passivo da sociedade, no valor líquido de 21 contos, sendo 2 contos das benfeitorias realizadas na construção do armazem da fábrica, entregando ao irmão 10500\$00 em dinheiro e 2 letras.

3.36. Fábrica Cerâmica de Valadares

Fundada em 1921 por uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada com seis sócios²⁸⁶, sob a firma *Fábrica de Cerâmica Valadares, Limitada* e instalada em terrenos de dois deles, utilizando um capital social de 140 contos. Sucessivas alterações no volume de capital obrigaram a repetidas alterações de estatutos. O desenvolvimento deve ter sido muito rápido, vindo a admitir mais 1 sócio no ano seguinte²⁸⁷ e a transformar-se em sociedade anónima em 1924²⁸⁸.

ANO	Capital (contos)
1921	140
1922	144
1924	2000
1925	2000
1930	1600
1932	400
1949	3000
1963	16000
1964	8000
1972	16000
1973	40000
1976	160000
1988	1360000
1989	2380000

Teve um período áureo de fabricação de louça decorativa, nos anos 20, indicando um catálogo dos inícios dos anos 40 que eram mais de 286 os tipos de peças de faiança pintadas principalmente a azul com fundo branco, dedicando-se posteriormente, com maior incidência a partir da década de 50, quase em exclusivo à louça sanitária e materiais de construção, tornando-se um dos maiores centros fabris nacionais neste domínio²⁸⁹.

285 — ADP - Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia - Po 5ª, 7ª série, lv. 375, fl. 87.

286 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4ª, lv. 933-B, fl. 25-27v.VILA, Romero - «Fábrica Cerâmica de Valadares. História da sua fundação». *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. Vila Nova de Gaia, 1(7) 1979, p. 20 - 24.

287 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 4ª, lv. 940-B, fl. 65v-66.

288 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 8ª, lv. 1063-B, fl. 43-50. Em sucessivos averbamentos a esta escritura ficaram registadas as alterações estatutárias e respectivos volumes de capital realizados em 19 de Dezembro de 1972; 21 de Novembro de 1974; 2 e 3 de Janeiro de 1976; 17 de Fevereiro de 1978; 15 de Junho de 1988; 30 de Novembro de 1988; e 19 de Abril de 1989.

289 — Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto - *30 anos de actividade corporativa. 1937 - 1967*. Vila Nova de Gaia, S.N.O.I.C.O.C., 1967, p. 43; *1ª Exposição de cerâmica de Gaia. Fábricas: Carvalhinho (1840); Costa das Devezas (1865); Pereira Valente (1884); Valadares (1921); Soares dos Reis (1941)*. Porto, Associação Cultural "Amigos de Gaia", 1979, p. 7-8.



Fig. 42 - Fábrica Cerâmica de Valadares, implantação (Esc. apr. 1:2500)

A CERÂMICA PORTUENSE

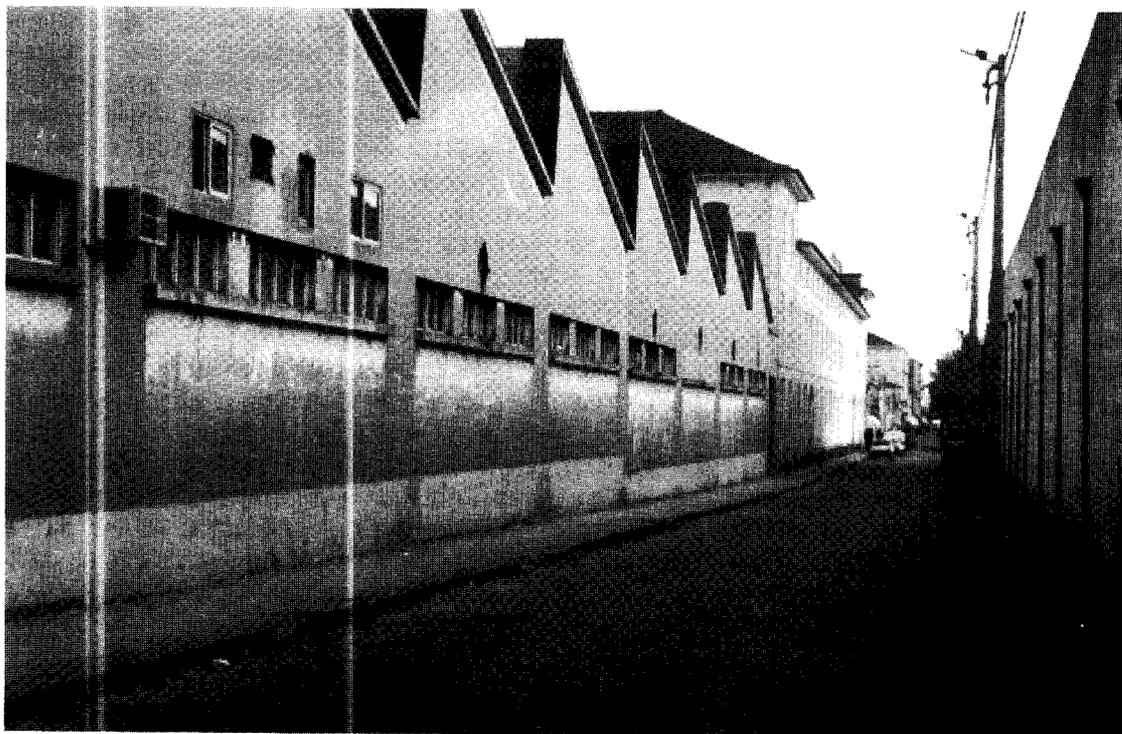
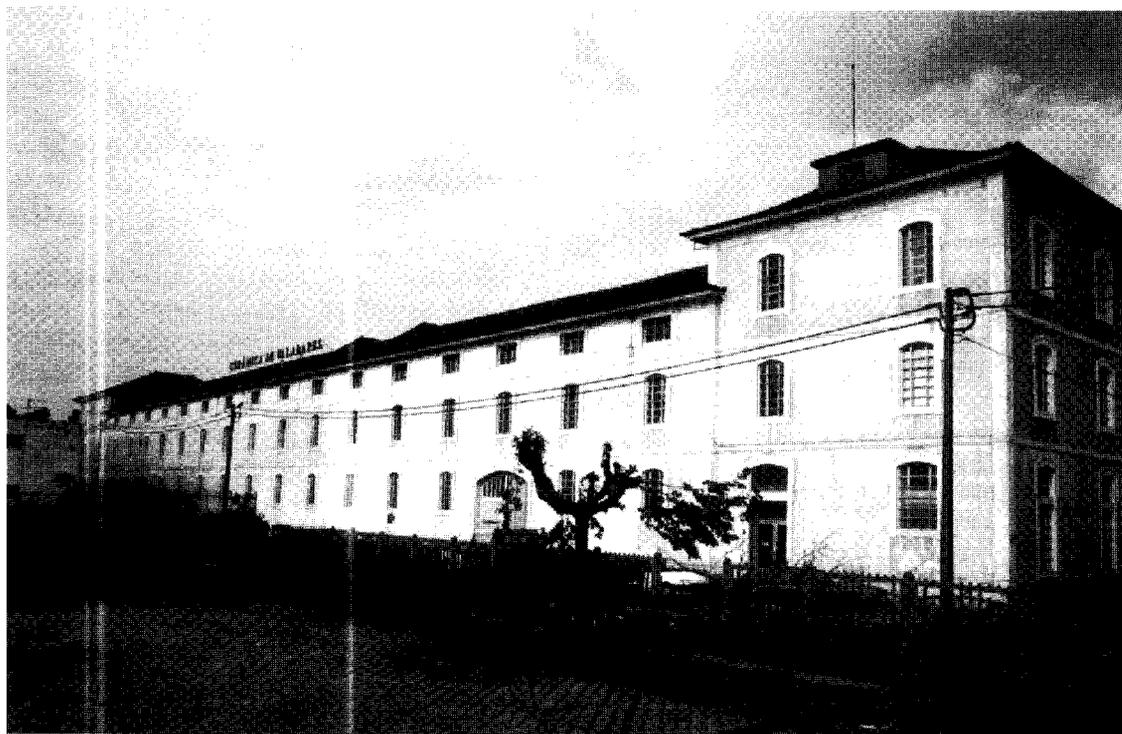


Fig. 43 – Fábrica Cerâmica de Valadares, em laboração.

3.37. Fábrica da Corticeira

Desta fábrica quase nada sabemos, apenas que teria ficado a laborar nas instalações abandonadas pela Fábrica do Carvalhinho, na Corticeira, sob a direcção do industrial António Silva, passando posteriormente a um funcionário seu, António Pereira da Silva²⁹⁰.

Para além destas fábricas cuja produção cerâmica é conhecida, prova irrefutável de que de facto laboraram, conhecemos documentalmente outras tentativas para estabelecer unidades deste ramo, que em alguns casos chegaram pelo menos a fazer ensaios, mas das quais não recolhemos até ao momento outras notícias. Estão neste caso Bernardo Feliciano da Silva²⁹¹, mestre fabricante de louça antes empregado numa das fábricas da cidade, a quem em 1787/88 é passada licença para se estabelecer por conta própria desde que não inquietasse oficiais das empresas existentes. João Alves Pereira da Silva²⁹², negociante, solicita em 1804 licença para estabelecer uma nova fábrica de louça porque as três que existiam na cidade não satisfaziam a procura. A implantação escolhida era a Corticeira, local onde uma oficina fabricava telha caleira e tijolo. Tinha pretensões de ser Real Fábrica e poder apôr à louça as armas reais. Este sítio da Corticeira foi também o escolhido para montar uma fábrica de louça fina pela sociedade formada entre Manuel Luís Alves e João Jozé Marques, com capital de dois contos repartido por igual, mas que o primeiro adiantava de momento. O segundo, da freguesia de Miragaia, era mestre no ofício²⁹³.

De intenção vaga não deve ter passado o pedido de José Ferreira Souto e António Rodrigues Oliveira, há muito oficiais de Jerónimo Rossi e que em 1810/11 se queriam estabelecer²⁹⁴.

Também no final do período estudado existiam na cidade e em Gaia outras fábricas de pequena dimensão e oficinas de escultura e pintura em barro, deficientemente recenseadas, como as de Manuel António Machado, na travessa da Póvoa e a de Manuel José dos Santos, na rua das Taipas, ambas no Porto²⁹⁵.

CONCLUSÃO

Sob o ponto de vista implantacional das unidades produtivas de cerâmica no território, temos de considerar um primeiro momento estreitamente relacionado com a produção familiar. É a fase das pequenas unidades que se caracterizam frequentemente pela simples existência de um forno e um pequeno telheiro. Mas as olarias e os fornos de cozer cal e telha vão ser agentes influenciadores do desenvolvimento das novas instalações. Com a gradual concentração operária e a introdução de maquinismos passa a ser necessária uma estrutura albergadora. Então, o edifício fabril ganha corpo, surgindo os fornos verticais, a especialização da mão-de-obra, o desenvolvimento técnico, seguidos das sucessivas adaptações e/ou ampliações das estruturas edificadas, em consonância com a expansão do mercado. Este desenvolve-se essencialmente em torno do processo de urbanização, quer no que respeita à procura do material cerâmico não só como material construtivo mas também para aplicações decorativistas (azulejos e outros elementos, em resposta às posturas municipais relativas ao tratamento das fachadas urbanas). Surge então um terceiro momento que coincide com a introdução de novas técnicas de cozedura, através de fornos horizontais, para responder eficazmente aos novos produtos - telhas, tijolos, tubos para saneamento e águas pluviais, etc., de que é vivo exemplo a telha tipo Marselha da Fábrica das Devezas. Com as novas perspectivas criadas pelo combóio, as novas unidades industriais deixam de se relacionar com o elemento tradicional - o rio. A este momento corresponde uma nova dimensão conceptual das estruturas edificadas, em que passa a dominar a horizontalidade, o que implica mesmo a transferência de unidades já existentes para novos locais, como aconteceu com a Fábrica de Massarelos que se instalou na quinta do Roriz, em Campanhã, ou com a Fábrica do Carvalhinho que se transferiu para Gaia.

290 — Sindicato Nacional dos Operários da Indústria de Cerâmica e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto - 30 anos de actividade corporativa. 1937 - 1967. Vila Nova de Gaia, S.N.O.I.C.O.C., 1967, p. 39.

291 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

292 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

293 — ADP - Cartório Notarial do Porto - Po 2º, lv. 403, fl 131v.

294 — AHMOP - Junta do Comércio, J C 8 - Louça

295 — GIRÃO, Luís Ferreira - «Estudo sobre a indústria cerâmica na 1ª Circunscção dos Serviços Técnicos da Indústria», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 67 1913, p. 35 - 36.

Hoje, o sector industrial da cerâmica tradicional, no que ao distrito do Porto concretamente se refere, está transformado num montão de ruínas. O processo de desindustrialização já não é recente e mesmo as fábricas que ainda subsistem apresentam dificuldades de sobrevivência e necessidades de redimensionamento para enfrentarem os desafios da globalização.

Se correremos os locais tradicionais da cerâmica na cidade do Porto, as evidências fabris são já mínimas, só ao alcance do arqueólogo. Se passarmos para a margem esquerda do Douro e visitarmos os *sítios* cerâmicos de Gaia, muitas ruínas estão ainda à vista de todos, à espera de qualquer aproveitamento e da tomada de decisões neste domínio. Para lá das ruínas submersas pelo mato da secular fábrica do Monte Cavaco, inevitavelmente prejudicada pela construção da ponte da Arrábida, é confrangedor observar o espectáculo que nos oferece a antiga Fábrica do Carvalhinho, cujas novas instalações foram construídas de raiz na década de 20 e depois sucessivamente melhoradas, hoje já só com as paredes, completamente esventrada. Também a célebre fábrica das Devesas e o seu característico bairro social envolvente apresentam imagens de acentuada degradação. Mais previdente, e como exemplo a seguir, a Electro-Cerâmica, ainda a funcionar, soube reverter parte das suas instalações e encontrar soluções arquitectónicas para criar um ninho de empresas.

Já em 1957, por alturas da adesão à EFTA, se vislumbravam problemas para o sector, dada a inevitável abertura do mercado, não obstante algumas fábricas terem procedido a grandes investimentos, sobretudo na década de 50, por ocasião do surto industrialista coincidente com os planos de fomento. E, excluindo-se embora a pequena produção de tipo regional, apontava-se a necessidade de concentração e de incremento da automatização para enfrentar a concorrência que viria por parte de países com uma indústria modernizada, cientificamente estruturada e fortemente automatizada. A concorrência era temida sobretudo nas loiças de uso comum, sanitárias e azulejo, e encarada com mais optimismo nos sectores da telha, tijolos e produtos refractários²⁹⁶. Então havia ainda uma considerável exportação para as colónias africanas, além de outros países, mas esta apenas no ramo de porcelanas e faianças. Com o decorrer do tempo e as alterações estruturais no material de construção civil as perspectivas só pioraram, sobretudo desde que deixou de se verificar o condicionamento industrial que tinha ainda permitido a sobrevivência de muitas unidades já próximas da obsolescência. Condicionamento isento para as modalidades de barro vermelho desde 1947, o que terá levado à proliferação de pequenas unidades de tipo caseiro e ao nivelamento por baixo dos níveis concorrenciais, facto que serviu de argumento para a sua manutenção no sector das porcelanas.

Assim o sector cerâmico nacional apresentava em 1955 uma situação de forte concentração, sobretudo no sector das porcelanas e faianças. Para além de existirem apenas 38 fábricas neste sector, enquanto se verificavam 203 na cerâmica de construção civil, a situação era quase de duopólio: o grupo Vista Alegre (que controlava as fábricas de Vista Alegre, Electro-Cerâmica e Sociedade de Porcelanas) tinha uma quota de mercado de 100% em louça electrotécnica e de 47% em louça doméstica; o grupo Sacavém (fábricas de Sacavém e Carvalhinho) controlava 29% da louça doméstica, 47% da louça sanitária e 53% nos azulejos e mosaicos²⁹⁷. Deste modo, as duas empresas que nesta época preponderavam no Porto estavam, na realidade, já integradas em grupos empresariais dirigidos a partir de Lisboa, medida esta que lhes foi necessária nos anos 20/30 para sobreviverem, para ultrapassarem a dimensão regional e alcançarem penetração no mercado nacional, beneficiando de sinergias ao nível do capital, do apetrechamento técnico e de economias de escala.

Estabelecer o percurso da cerâmica portuense ao nível das unidades fabris é, em grande medida, produzir uma história de autêntico *fazer e desfazer*, em que as soluções empresariais são quase sempre débeis e profundamente afectadas pelo ciclo de vida familiar dos seus proprietários, acusando por isso profundas marcas de falta de capital e de recursos técnicos, o que provoca frequentes descontinuidades de produção e uma dificuldade histórica em descolar das características artesanais. Apesar de tudo surgiram algumas excepções a este quadro, emergindo fábricas que assumiram algumas características exemplares no seu sector, crescendo e modernizando-se, ganhando espaço no mercado nacional.

296 — *Indústria do Norte*, Porto, nº 451, Julho de 1957.

297 — MOURA, Francisco Pereira de et al. - *Estudo Sobre a Indústria Portuguesa*. Lisboa, 1957, pp. 139-155.

